

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E EDUCAÇÃO BÁSICA**

OTAVIO BENINCÁ TOSCANO

**ANÁLISE DA PRÁTICA DIDÁTICA SOBRE O USO DA
LITERATURA NO ENSINO DE HISTÓRIA**

São Mateus

2022

OTAVIO BENINCÁ TOSCANO

**Análise da Prática Didática sobre o uso da Literatura no Ensino
de História**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica. **Linha de pesquisa:** Ensino, Sociedade e Cultura.

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria Alayde Alcantara Salim.

São Mateus
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

T713a Toscano, Otávio, 1993-
ANÁLISE DA PRÁTICA DIDÁTICA SOBRE O USO DA
LITERATURA NO ENSINO DE HISTÓRIA / Otávio Toscano.2022.
111 f. : il.

Orientadora: Maria Alayde Salim.
Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte
do Espírito Santo.

1. Ensino de História. 2. Literatura. 3. História. 4. Personagens
Históricos. 5. História Regional e Local. I. Salim, Maria Alayde.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro Universitário Norte
do Espírito Santo. III. Título.

CDU: 37

OTÁVIO BENINCÁ TOSCANO

**ANÁLISE DA PRÁTICA DIDÁTICA SOBRE O USO DA LITERATURA
NO ENSINO DA HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Aprovada em 20 de dezembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof^ª. Dr^ª. Maria Alayde Alcantara
Salim**
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sandro Nandolpho de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARIA ALAYDE ALCANTARA SALIM - SIAPE 2571155
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES
Em 20/12/2022 às 15:55

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/625935?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
SANDRO NANDOLPHO DE OLIVEIRA - SIAPE 2219551
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES
Em 20/12/2022 às 17:54

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/626090?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através



Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
UEBER JOSE DE OLIVEIRA - SIAPE 3700496
Departamento de História - DH/CCHN
Em 21/12/2022 às 15:06

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:

<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/626090?tipoArquivo=O>

De todo o amor que eu tenho
Metade foi tu que me deu
Salvando minh'alma da vida
Sorrindo e fazendo o meu eu
(Dona Cila, Maria Gadú)

Em tributo a Laudise Barbieri Benincá

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Dra. Maria Alayde Alcantara Salim por todo o seu trabalho de orientação. Agradeço imensamente a oportunidade de ter sido orientado por você e por todos os ensinamentos oriundos desse processo. Meu muito obrigado pela paciência e gentileza.

Ao professor Dr. Ueber José de Oliveira, por suas sugestões e críticas feitas com tanta gentileza a este trabalho, no momento da qualificação.

Também gostaria de agradecer à professora Dr. Sandro Nandolpho de Oliveira, por ter aceito o convite para compor a banca de defesa.

Especialmente, aos meus avós paternos Sylvio Toscano e Marlene Toscano e meus avós maternos Octávio Benincá e Laudise Barbieri Benincá, por terem edificado um lar em ambos os lados que me possibilitaram realizar os meus sonhos.

De maneira especial, à minha avó Laudise Barbieri Benincá, que foi a primeira pessoa a quem contei que tinha passado no vestibular e mesmo debilitada, pulou, torceu e vibrou junto comigo, infelizmente faleceu antes que pudesse me ver concluindo, mas cada etapa vencida é por ela.

À minha mãe Vânia Benincá Toscano, imensamente, pelo apoio e incentivo desde sempre. Por sempre ter lutado para que eu realizasse o que amo, por me amar incondicionalmente, por ter acreditado em mim e torcido por mim, você esteve comigo nos momentos mais difíceis. Sem você, a conclusão deste trabalho não teria sido possível.

A três mulheres, que não me geraram, mas que sempre me trataram como filho, Maria Auxiliadora, Lucia e especialmente a Vilma que sempre cuidou de mim, mesmo não estando perto.

Ao meu pai, por ter sempre me apoiado financeiramente e sempre ter me desafiado a superar as suas expectativas sobre mim. Aos meus irmãos João Vítor e Gabriel, que sempre estiveram comigo durante essa caminhada.

À minha família, em especial às minhas tias Sueda, Maria da Penha, Simone, Alecia que me acolhem e incentivam todas as vezes que preciso. Aos meus tios Vagner, Geraldo, Salvador, Brás, Mateus, Silmar e Tito Lívio por me acolherem em suas casas e cuidarem de mim.

A duas mulheres extremamente amorosas e carinhosas que eu tive a oportunidade de ser sobrinho, as minhas tias Margarete Benincá Pimentel e Mara Toscano Destefani, que me ensinaram a somar, ler e escrever.

Ao meu padrinho Laudecir, por sempre estar presente em todos os momentos da minha vida, obrigado por todo amor e carinho.

Aos meus primos e aos meus amigos Camila, Fernanda, Ana Livia, Maria Eduarda, Jhenny, Eliane, Samara, Sarah, Alanne, Giovana, Cissa, Amanda, Bruna, Luana, Bárbara, especialmente a Soraia, Helena e Laila por continuarem ao meu lado em todo o processo, que me escutaram, aconselharam e mesmo distante se mantiveram perto. Moises, que sempre foi compreensivo comigo durante todo esse tempo e continuou ao meu lado, Rayane e Jheniffer, Esther, que foram minhas alunas e hoje se tornaram minhas amigas, obrigado pelo incentivo, presença e carinho.

Aos amigos que fiz no mestrado e que me apoiaram: Cristina, Ana, Franciely, Ellen, Kesya, Jussanã, Caio, Camila e etc. Nós sofremos juntos, choramos juntos e vencemos juntos.

Aos meus colegas de trabalho que se tornaram meus amigos: Paula, Sirley, Soni, Andressa, Débora, Joelaine, Leandro, Mary Ellen, Ana Paula, Kelly em especial Aline Fuzaro, que se tornou um grande apoio nessa reta final, obrigado a vocês que tiveram paciência comigo durante todo esse processo, me escutaram, auxiliaram e aconselharam.

Aos meus mestres que me guiaram e incentivaram a seguir essa profissão: Karina de Souza Faria, Rosangela Bueno, Vanair Curti do Nascimento, Ires Pizzeta, Jania Aranda Corrêa Raimondi e Vagner Pires Amaral e especialmente a Maria Cristina Dadalto e toda a equipe do LEEM.

Obrigado a todos que estiveram presentes em minha vida, de alguma forma, e que eu tenha esquecido de colocar aqui.

RESUMO

O trabalho “Análise da prática didática sobre o uso da literatura no ensino de História” tem por foco analisar como o uso da literatura poderia auxiliar na construção do conhecimento histórico escolar. A partir desse objetivo, desenvolveram-se duas aplicações com alunos do Ensino Médio, da rede privada do município de São Mateus/ES. As aplicações se utilizaram dos livros *Panelinha de Breu* (1992) e *A Capitoa* (2014) da autora capixaba Bernadette Lyra. Utilizou-se uma metáfora com a fala de Bernadette Lyra: “A vida de uma mulher é feita de três vidas: aquela que se diz que ela teve; aquela que ela bem poderia ter tido; aquela que ela teve, de fato, e não será conhecida jamais” (Lyra, 2014). A autora pretende, com essa frase, mostrar que a memória dessas mulheres que ela tenta retratar podem ser apresentadas tanto pela literatura quanto pela história.” Aquela que se diz que ela teve” é do campo da história, que monta de documentos, fotos, jornais, livros, uma narrativa. “Aquela que ela bem poderia ter tido” cabe à literatura que cria tramas e enredos com a ausência de detalhes. “Aquela que ela teve, de fato” é a vida cotidiana que nunca poderá ser representada de forma escrita por ninguém. A proposta desse trabalho era recompor o campo da história das personagens que a Bernadette trabalha, pesquisando no que foi possível para recompor a trajetória das personagens, culminando na organização de uma minibiografia, além de reapresentar as personagens em contos ficcionais. Nas duas narrativas os alunos se apropriaram tanto da produção historiográfica, como dos livros ficcionais de Bernadette, utilizaram através de suas narrativas as questões sobre o papel da mulher na sociedade e na história, compreenderam a diferença de uma produção história e a literária, produziram obras ficcionais na qual foi possível trabalhar os conceitos de anacronismo e negacionismo. A conclusão a que se chegou foi que a utilização da literatura como recurso aliada a documentos históricos transformados em materiais didáticos apresentou grande potencial como estratégia de ensino.

Palavras-chave: Ensino de História, Literatura, História, Personagens Históricas, História Regional e Local.

ABSTRACT

The work "Analysis of didactic practice using literature in history teaching" focuses in analyzing how the use of literature helps constructing school history knowledge. Based in these objective, two applications were developed with high school students from private schools of São Mateus/ES. The applications were made using two books, "Panelinha de Breu" (1992) and "A Capitoa" (2014) by the capixaba author Bernadette Lyra. A metaphor from Bernadette speech has been used: "The life of a woman is made by three lives: the one people say she had, the one she could have had, but the one she did have will be never known, indeed" (Lyra, 2014). The author intends, with this quote, to show that the memory of the women she tries to portrait could be represented for both literature and history. "The one they say she had", belongs to the history field, made by documents, photographs, journals, books, a narrative. "The one she could have had", is due to literature, which creates plots with absence of details. "The one she did have, in fact, is the everyday life which will never be represented in written way for no one. The purpose of this work is to remake Bernadette's characters history, searching in what was possible to recompose the path of characters, culminating in a minibiography organization. In addition, it represents the characters in fictional stories. In both narratives, students appropriated both the historiographical production and the fictional books of Bernadette; they used through the narratives the issues about women's role in society and history, they understood the difference between history and literary production, they made fictional works in which they could work the concepts of anachronism and denialism. The conclusion reached was that the use of literature as a resource combined with historical documents transformed into didactic materials showed great potential as a teaching strategy.

Keywords: History teaching, Literature, History, Historical Characters, Regional and Local History.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Primeira Aplicação	Fotografia 01: Primeira Aplicação	68
Fotografia 02: Árvore Genealógica.....		76
Fotografia 03: Estatua da construção da cidade.....		78

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	108
Figura: 2.....	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Mapa 01: Localização do Centro Educacional São Gotardo LTDA . .63

Mapa 02: Colégio Conhecer..... 64

LISTA DE SIGLAS

- AN – Arquivo Nacional.
- AESL – Academia Espírito-santense de Letras.
- CEUNES – Centro Universitário do Norte do Espírito Santo.
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.
- FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
- FAPES – Fundação de Amparo e Pesquisa do Espírito Santo.
- IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.
- IHGES – Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo.
- LEPHIS – Laboratório de Ensino e Pesquisa em História: Cultura e História Local.
- PPGEB– Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica.
- PPGCOM – Pós-graduação em comunicação.
- PPGL – Pós-graduação de Letras.
- SCINE – Sociedade de Pesquisadores de Cinema e Audiovisual.
- UALG – Universidade de Algrave.
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- UNIP – Universidade Paulista.
- UTP – Universidade Tuiuti do Paraná.
- USP – Universidade de São Paulo.
- FERNÃO – Variante de Fernando. Inteligente, Protetor.
- RLL – Biblioteca de empréstimo de recursos.

SUMÁRIO

Análise da Prática Didática sobre o uso da Literatura no Ensino de História.....	2
1. INTRODUÇÃO	18
2. HISTÓRIA E LITERATURA.....	27
3. MARIA BERNADETTE CUNHA LYRA (BERNADETTE LYRA)	35
4. ESTUDO HISTÓRICO	39
5. ESTUDO LITERÁRIO	62
6. EXPERIÊNCIA DIDÁTICA	70
7. CONCLUSÃO	92
8. REFERÊNCIAS:.....	98
9. APÊNDICES	105
10. ANEXOS	108

1. INTRODUÇÃO

O interesse sobre a história do Espírito Santo e literatura capixaba surge durante no ensino médio, foi quando tive o primeiro contato com obras literárias e o conteúdo da história regional. Na época, estava em dúvida entre História e Direito, e o vestibular nesse período contava com duas etapas: a primeira era uma prova objetiva realizada através do ENEM e a segunda etapa composta por discursivas organizadas pela UFES. Por conta da minha indecisão, treinei para as discursivas dos dois cursos. A do curso de História contava com as disciplinas de História e Geografia e as discursivas de Direito contavam com História, Língua Portuguesa e Literatura.

Por meses frequentei as quatro disciplinas para a segunda etapa. Nessa fase do vestibular era cobrado dos estudantes conteúdos específicos sobre História e Literatura regional, como maneira de incentivar que as vagas da Universidade ficassem com os residentes do estado. Foi no terceiro ano do ensino médio que conheci, junto a professora de Língua Portuguesa, Betina Baptista, alguns dos autores capixabas e aprendi com o professor de história, Vagner Pires Amaral, um pouco sobre a história do Espírito Santo. Ele era mineiro, recém-chegado no município, e não sabia tanto sobre a história regional. Portanto, estudávamos juntos e aprendíamos sob um viés político e econômico. A decisão em estudar História se deu no ato da inscrição do vestibular, e foi por conta do incentivo no ensino fundamental e médio de alguns professores como Karina de Souza Faria, Rosangela Bueno, Vanair Curti do Nascimento, Ires Pizzeta, Jania Aranda Corrêa Raimondi e Vagner Pires Amaral. Eles cultivaram, em mim, a confiança, autonomia e a curiosidade de aprender mais.

Depois desse contato inicial com literatura e história regional, no curso de Licenciatura Plena em História, da UFES, houve a oportunidade de fazer uma iniciação científica, de 2012 a 2014. A pesquisa, denominada “Da Contemporaneidade Ítalo-Capixaba ao passado histórico no Espírito Santo”, financiada pela FAPES, tinha o objetivo de compreender os movimentos de imigração e emigração dos descendentes de imigrantes italianos do século XIX, através da metodologia da História Oral. Foi o primeiro contato, na universidade, com a História capixaba. De 2014 a 2015, apresentei os resultados dessa pesquisa nos seguintes congressos: XXXIII Encontro Nacional de Estudantes de

História; I Colóquio Internacional de Mobilidade Urbana e Circularidades de Ideias.

A minha orientadora nessa pesquisa foi a Dra. Maria Cristina Dadalto, casada com o escritor Adilson Vilaça, e todos os anos nos reuníamos em sua casa para celebrar o fim dos trabalhos, reuniões e pesquisas. Todos os seus orientandos participavam e havia uma troca de vivências, experiências e, ao final dessas reuniões, os dois sempre nos presenteavam com livros, seja da Maria Cristina Dadalto ou do Adilson Vilaça. Havia lido uma de suas obras para o vestibular da Ufes a “Identidade para gatos pardos” de Vilaça, mas não tive contato com outras obras. Dessa forma, em um desses encontros tive contato com o primeiro livro a tratar sobre a temática da História do Espírito Santo, do escritor denominado Cotaxé, romance histórico que trabalha de forma ficcional o conflito histórico existente na região noroeste do Espírito Santo, nos anos de 1950.

Ainda durante a graduação, fiz a disciplina História da História da Educação, com o professor Dr. Arnaldo Pinto Jr., no qual analisei o Museu Ciência, História e Biologia e, junto a alguns colegas, fiz ponderações sobre o ensino de História no espaço não escolar do museu. Cursei a disciplina História do Espírito Santo, com a professora Leonor Franco de Araújo, estagiei no Projeto Visitar, na época uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Vitória e o Instituto Goia. No projeto tinha a função de estagiário de História, a fim de organizar as pesquisas de História oral, bem como de fazer levantamentos de patrimônio no Centro de Vitória.

Essas experiências durante o ensino médio e graduação delinearam o interesse em trabalhar na interface da história local e da literatura. Na graduação produzi o trabalho de conclusão com objetivo de estudar, sob uma ótica regional e local, obras didáticas do 6º ao 9º ano, sobre a história estadual ou municipal. Na ausência de uma produção desse tipo para o ensino médio, mudamos para livros paradidáticos. Livros paradidáticos são obras escolhidas como material complementar ao conteúdo, para acrescentar os assuntos que são abordados pelos livros didáticos ou pelo professor. A pesquisa foi orientada pela professora Dra. Regina Celi Frechiani Bitte, e consistiu em uma pesquisa teórica sobre o ensino de história local e regional de São Mateus, a partir da análise dos livros paradidáticos existentes dos escritores Maciel de Aguiar e Eliezer Nardoto,

focalizando como era abordada a questão da escravidão e do porto de São Mateus.

É importante salientar, nessa direção, que, enquanto aluno, vi os conteúdos de história regional e local poucas vezes durante o período da educação básica. Geralmente, tais conteúdos são mencionados na semana de festividade da cidade de maneira sucinta, pois as informações são tiradas de livros dos escritores locais. O município e o estado não possuem livros didáticos para o fundamental II específicos para se trabalhar a história estadual. Portanto, a partir das informações levantadas nesses livros paradidáticos que são explanados os conteúdos de história local. E esses livros, muitas vezes, não apresentam as fontes utilizadas para compor o seu conteúdo. São geralmente de natureza memorialística.

Como já mencionado, meu primeiro contato com a história do estado do Espírito Santo e a literatura regional foi por conta de uma parte do processo de estudos para ingressar no curso de História, as discursivas, que foram substituídas por outra forma de ingresso, exigiam esse conhecimento regional dos candidatos. Em 2010 foi instituído o Sistema de Seleção Unificada (SISU) adotado pela UFES em 2016, e a universidade passou a ter uma única fase de seleção de alunos, no caso o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esse sistema proposto pelo governo federal tornou o ensino de história homogêneo, na medida em que deixaram de ser obrigatórios os conteúdos de história regional e local privilegiando uma historiografia tradicional focalizada no eixo Sul e Sudeste.

Durante a formação como professor de História na UFES, segui o currículo da licenciatura, que apresenta cinco disciplinas que envolvem História do Brasil, de colônia à república, porém, apenas uma tratou sobre a História do Espírito Santo. Essa disciplina focalizou o âmbito regional, não se estendendo e restringindo a cada município, visto que são apenas seis meses para trabalhar do início da colonização aos dias atuais. Ademais, a abordagem empregada na oportunidade em que cursei a disciplina, desassociou a história nacional da regional e local, como se não fossem entrelaçadas.

A minha primeira atividade como docente foi no Colégio Conhecer, uma instituição particular do município de São Mateus, onde o público é majoritariamente formado por estudantes do sexo feminino. Essa convivência

instigou o interesse pela questão feminina na história, ao perceber uma relativa falta de informações na historiografia e livros didáticos. Diante disso, fui buscar, dentro da literatura, quadrinhos e outras formas de informação sobre essa presença feminina. Percebi que a abordagem do ensino de História ainda apresenta uma ausência de conteúdo regional e local, sobreposta por uma narrativa nacional. De uma literatura capixaba, esquecida devido os grandes cânones nacionais, a presença feminina é marginalizada pela narrativa tradicional e masculina. Portanto, o interesse sobre a História Regional/Local, literatura e a representação feminina, surge da minha trajetória como aluno, professor e pesquisador dessa área.

No ano de 2019, entrei no LEPHIS e participei de alguns encontros do grupo no CEUNES, no mestrado do PPGEB. Nesse mesmo ano, fiz uma disciplina denominada História da Cultura, com o professor Dr. Ailton Morila, na condição de aluno especial. Em 2020, entrei como aluno regular optando pela área em que atuo e pesquiso, o Ensino de História; Ensino da História Local; Práticas Culturais e Ensino, sendo orientado pela professora Dra. Maria Alayde Alcântara Salim.

A pesquisa se constituiu nas leituras e discussões com membros do LEPHIS sobre as obras literárias. Na minha participação, em um grupo de leitura da Biblioteca Municipal de Vitória Adelpho Poli Monjardim, no qual foram discutidos diversos livros dos escritores cânones capixabas Adilson Vilaça, Bernadette Lyra, Luís Guilherme dos Santos Neves, Elpidio Pimentel, me chamaram a atenção por brincar com a história, escrever sobre o que seria possível acontecer no campo da imaginação para além da ciência.

Portanto, surge o objetivo geral dessa análise que está em investigar as possibilidades do uso da literatura para o ensino de história do Espírito Santo, tornando a construção do aprendizado também algo lúdico. As obras escolhidas foram da autora capixaba Bernadette Lyra, sendo: “Panelinha de Breu” (1992) e “A Capitoa” (2014).

Essas duas obras possuem como protagonistas da narrativa, duas personagens femininas que apresentam traços semelhantes aos de duas figuras do contexto histórico capixaba, Maria Ortiz e Luiza Grimaldi. Isso leva à compreensão de que a autora estereotipou essas duas mulheres de grande

relevância histórica para o estado do Espírito Santo, sobre as quais se tem poucas informações.

A autora Bernadette Lyra escreveu sua obra no estilo literário romance, com histórias que envolvem personagens diversos, incluindo essas duas figuras. Segundo ela, “A Panelinha de Breu e A Capitoa, foi fascinante mesclar ficção e pesquisa na historiografia. E eu pesquisei muito. Antes e durante a escritura. Porém, não faço romance histórico.” sendo assim, a própria autora não compreende suas obras como romances históricos, logo, não há nenhum compromisso com o fato histórico. Diante disso, é com destacar, o presente trabalho não pretende, de maneira alguma, comparar o real com o ficcional, sendo o objetivo analisar como o ficcional pode ilustrar o real por meio de um diálogo entre a ficção e a realidade durante as aulas de história.

Como se pretende trabalhar a ficção e o discurso histórico dentro de sala de aula, é necessário que apresentemos os objetivos específicos para esse trabalho:

- Desenvolver um estudo teórico que enfatize as relações entre história e literatura;
- Estudar a produção historiográfica e literária que existe no estado do Espírito Santo sobre Maria Ortiz e Luiza Grimaldi;
- Desenvolver uma experiência didática no ensino de história com o uso da literatura capixaba, objetivando estudar a presença feminina na história local;

Com a finalidade de cumprir o primeiro e o segundo objetivo, optamos por uma pesquisa qualitativa teórica, utilizamos a metodologia de pesquisa documental, fazendo levantamento daquilo que foi possível ter acesso nos sites institucionais onde localizamos diversos documentos digitalizados, sendo eles livros, jornais, revistas, artigos. Consultamos também livros e documentos físicos, mas por conta do período em que essa etapa da pesquisa foi realizada, a maioria foi acessada remotamente. A opção por fazer, nessa primeira etapa da pesquisa, um levantamento bibliográfico, ocorreu para que seja utilizado com os alunos junto com os textos literários, visto que se compreende o livro da Bernadette Lyra como sendo de cunho ficcional, não sendo, portanto, apropriado nesse trabalho entender os romances da autora como fonte histórica ou de cunho histórico.

No capítulo 2 "História e Literatura", pretendemos dar conta do primeiro objetivo, uma vez que nele intentamos produzir um estudo teórico sobre as relações entre Clio e Calíope. A primeira musa que representa a história e a segunda representa a poesia heroica, para trabalhar a relação entre as duas musas utilizamos as seguintes correntes históricas: o positivismo, historicismo, marxismo e a escola dos Annales. Investigamos como essas correntes discutem, ao longo da construção da ciência histórica a relação entre literatura e história. Todas as correntes citadas foram importantes para a formação da teoria e metodologia que utilizamos na pesquisa, mas optamos, para este trabalho, a definição da Nova História Cultural sobre essa relação e a utilização da literatura. Outra discussão feita nesse capítulo é o conceito de representação, muito importante para a corrente que apoiamos, e foram fundamentadas principalmente no diálogo entre três autores: Chartier, Ginzburg e Pesavento.

Para aplicação da pesquisa, faz-se necessário o estudo da discussão da literatura no ensino de história para compreender as utilizações de outros autores na discussão teórica e metodológica para se trabalhar com a literatura como recurso pedagógico.

O segundo objetivo específico é trabalhado nos capítulos 3 e 4. No 3, fazemos um levantamento sobre a vida e obra da autora, a fim de entender melhor o lugar de que ela parte para escrever sua obra e criar suas personagens. O capítulo 4, realizamos um estudo da produção historiográfica e a discussão literária sobre as obras da autora. Importante salientar que os documentos apresentados, nesse trabalho, foram parte da produção que foi possível encontrar no estado do Espírito Santo sobre Maria Ortiz e Luiza Grimaldi e os artigos, dissertações e teses que foram produzidos pela crítica literária.

No capítulo 4, utilizamos uma metáfora com a fala de Bernadette Lyra: "A vida de uma mulher é feita de três vidas: aquela que se diz que ela teve; aquela que ela bem poderia ter tido; aquela que ela teve, de fato, e não será conhecida jamais"(LYRA, 2014). A autora pretende, com essa frase, mostrar que a memória dessas mulheres, que ela tenta retratar, pode ser apresentada tanto pela literatura quanto pela história, mas nenhuma dessas duas formas de recordações podem representar quem realmente foram essas personagens, por isso, para compreender quem foi Luiza Grimaldi e Maria Ortiz nos utilizamos das

duas únicas formas de vida que podemos trabalhar com a literatura e a história, a terceira nem a autora, nem os historiadores podem recompor.

Primeiro, vamos trabalhar a primeira “Aquela vida que se diz que ela teve”, na qual os historiadores demonstram que elas tiveram através da documentação reunida o longo do tempo. Para isso, elencamos fontes primárias, revistas, jornais e livros, construindo uma pesquisa documental sobre parte do que já foi produzido na historiografia sobre elas, analisando os discursos e debates sobre a duas figuras históricas. Recorremos a alguns dos historiadores capixabas para serem trabalhados. Não nos debruçamos sobre todos, devido à situação pandêmica vivida no período em que essa pesquisa foi realizada. Por isso, boa parte do material utilizado foi do acervo online do Arquivo Público. Entre tais obras, destacamos: Francisco Alberto Rubim “Memória Estatística da Província do Espírito Santo”; José Marcelino Pereira de Vasconcelos “Ensaio sobre a história estatística da província do Espírito Santo”; Basílio Daemon “A Província do Espírito Santo”; Affonso Cláudio “História da Literatura Espírito-santense”; Eurípedes Queiroz Valle “Maria Ortiz não é uma lenda”; José Texeira de Oliveira “História do Estado do Espírito Santo”; Maria Stella de Novaes “História do Espírito Santo”; Nara Saletto “Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo”.

A segunda vida é “Aquela que ela bem pode ter tido” e para isso utilizamos os levantamentos feitos pelos críticos literários, localizando essas personagens ficcionais no texto da Bernadette e as compreendendo como narrativa literária, na qual a autora tem a liberdade para traçar além das fontes o que pode ter acontecido na vida dessas mulheres ou até mesmo as representar de outras formas.

A terceira vida é “Aquela que ela teve, de fato, e não será conhecida jamais”, que diz respeito a quem realmente foi Luiza Grimaldi e Maria Ortiz e que nós nunca conseguiremos saber, integralmente, sobre elas, pois nem a história e nem a literatura são capazes de desvendar por completo a vida dessas mulheres e todas as suas nuances.

Depois de Panelinha de Breu, a autora lançou diversas obras sem ligação com essa primeira, apresentando gêneros textuais e temáticas diferentes. Por isso, denominou por muito tempo essa produção como trilogia interrompida, até publicar, em 2014, sua segunda obra, no caso, A Capitoa. A terceira obra de sua

autora ainda está em fase de produção. Os dois primeiros livros têm como plano de fundo a cidade de Vitória. Já o terceiro, difere um pouco, pois ocorrerá na região norte do estado do Espírito Santo, e falará sobre uma menina negra de quatorze anos, filha de quilombolas que fugiram e se abrigaram na região do Sapê do Norte, herdeira da cultura dos bantos e da cabula. Por ainda não estar publicado, não foi incluído neste trabalho, mas a autora já falou sobre o livro em algumas entrevistas.

Para desenvolver o terceiro objetivo, vamos utilizar uma pesquisa qualitativa de campo, apresentada no capítulo 6 e os resultados e atividades propostas inclusas nos apêndices e anexos, a experiência didática foi realizada no colégio conhecer, no município de São Mateus, Espírito Santo. Os alunos com os quais realizamos foram do primeiro ano do ensino médio, nos anos de 2021 e 2022, vou identificar as turmas como o ano e a série em todo o texto. Em 2021/1 apresentamos um roteiro, para que o aluno fizesse a leitura dos dois livros e apresentasse para o professor e a turma, depois discutiríamos sobre as fontes históricas e as relações entre ficção e histórico, contudo a turma não correspondeu às expectativas, por não ter lido ou ter dificuldade de compreensão das obras, uma vez que não houve o momento inicial para explicar a vida da autora, a forma de escrita e as histórias das personagens. No ano de 2022, foi modificada a forma de aplicação da experiência, decidimos incluir a turma 2021/1 que atualmente cursa o segundo ano do ensino médio e não está inserida no contexto da nova reforma do ensino médio. Portanto, a aplicação dessa experiência foi dentro da disciplina de história, os resultados que tivemos são produções de duas turmas, 2021/1 e a de 2022/1. A turma 2022/1 foi a primeira a estar enquadrada na reforma do ensino médio, desdobramento de uma lei federal, nº 13 415, instituída no ano de 2017, por meio da qual implementa uma flexibilização das disciplinas no ensino médio e institui o ensino integral para as escolas públicas. Portanto, os estudantes envolvidos na pesquisa vão experimentar o modelo de itinerários formativos. O itinerário formativo que aplico se denomina História das Histórias, é proposto pelo material didático da Geekie, e se propõe a estudar fontes históricas, documentos, mapas, etc. com a finalidade de conhecer o processo de pesquisa do historiador e se aprofundar no estudo de determinado personagem histórico.

O itinerário formativo foi dividido em três capítulos: O que é ser brasileiro? As muitas origens dos povos brasileiros; Personagens históricos, o que eles diriam. No primeiro capítulo, utilizamos autores como José Carlos Reis para discutir a formação de narrativa histórica do Brasil, o Bauman para conceituar sobre identidade; no segundo capítulo, trabalhamos com a plataforma Imigrantes do arquivo público e visitamos monumentos públicos para entender mais sobre a identidade do povo capixaba e da nossa cidade de São Mateus; no terceiro capítulo, a partir das discussões levantadas nos dois anteriores fomos atrás de personagens históricos capixabas, produzimos uma minibiografia sobre eles e um fascículo de contos mesclando as informações recolhidas das discussões e pesquisa em sala de aula.

2. HISTÓRIA E LITERATURA

A revista dos Annales, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, surge no século XX, por conta de uma insatisfação com as correntes historicistas, positivistas e marxistas. Para Bloch (2001) o positivismo e o historicismo apresentam uma falha quando descrevem a história apenas como uma observação de fatos, à pura verdade histórica, sem possuir o seu lado estético e poético. Para o autor, uma das virtudes da história é distrair, pois antes do desejo de conhecer, se estuda história pelo “simples gosto”. Portanto, é necessário que toda produção histórica trabalhe com a arte, literatura, representações e as práticas. (LE GOFF, 2001) Essas correntes, anteriores ao que foi apresentado pela história nova, têm a visão reducionista ao tratar a história apenas como um jogo de poder entre grandes homens, países ou pela estrutura econômica, ignorando os campos de forças estruturais, coletivas e individuais que dão à história profundidade e densidade (ODÁLIA, 1991).

Esse grupo vai interrogar o próprio fazer historiográfico quando Bloch (2001) questiona que o passado seja o objeto da história, indo em contrapartida a ideia das outras correntes historiográficas, para as quais a documentação é verdade absoluta e que a história deve ser apenas uma reprodução do documento. É necessário questionar o documento, para entender o contexto em que está inserido e relacionado. O autor não acredita na história como uma ciência do homem, pois isso limitaria a estudar a morfologia do ser humano. Para ele, a história é uma “ciência dos homens no tempo”, pois a ciência da história vai estudar a interação dos homens com o mundo à sua volta. De acordo com Febvre “a história é filha do seu tempo”, portanto, a cada tempo o olhar para o passado vai se modificar (LE GOFF, 2001).

A partir dos Annales, o historiador passa a contar com uma maior diversificação no conceito de fontes históricas e uma dinamização no objeto do pesquisador, devido à nova concepção metodológica sistematizada pelos Annales, em 1929, na França. A denominação Nova História aparece apenas em 1978, no contexto do surgimento do grupo que se convencionou chamar de terceira geração dos Annales. A corrente leva esse nome pois pretende fazer um novo tipo de história (BURDÉ; MARTIN, 2003). Apesar dessa concepção, como teoria, já existir desde o período da formação da revista, segundo Burke (1991)

essa corrente historiográfica começou a dialogar mais fortemente com as outras áreas de conhecimento como a antropologia, sociologia, literatura, geografia e psicologia, e a se interessar por virtualmente toda a atividade humana.

A Nova História Cultural é remodelada em 1970, como uma nova corrente historiográfica das críticas feitas pelas duas correntes do século XX, e se chama “nova” pelo fato de que, antes dela, havia vigorado outra, então deixada de lado pelas compreensões de cultura apresentadas pelo historicismo ou marxismo. Dessa forma, a nova história cultural não rompe com essas matrizes originais, mas foi de dentro dessas correntes que veio a inovação para a mudança no termo “cultura” (PESAVENTO, 2004).

A cultura costumava fazer referência às artes e às ciências. Depois foi utilizada para referenciar o que foi produzido pelo povo como música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração dos historiadores culturais a palavra cultura passou a ampliar uma diversificação maior e as fontes se ampliaram sendo estas agora os artefatos (imagens, ferramentas, casas) práticas (conversar, ler, jogar), essa mudança vai se apropriar da noção antropológica para trabalhar a história, dando origem a era da “antropologia histórica” e da “nova história cultural” (BURKE, 2004, p.43).

A literatura vai ganhando outro olhar com as modificações, ao pensar as fontes, pois se compreende que todo testemunho histórico, independentemente de ser escrito ou não traz, em sua essência, significado sob o contexto histórico no qual ela está inserida, pois ela está imbuída de lutas, apropriações, acomodações. A literatura cumpre seu papel de fornecer escopo para construir outras versões dos fatos e distancia a história da verdade única que representa a vitória de determinado “projeto de cultura”.

A relação entre História e Literatura só se torna possível através da perspectiva da Nova História Cultural, pois o objeto dessa corrente historiográfica é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990). Diversos autores vão discutir essa relação. Um dos primeiros foi Paul Veyne, em 1970, em seu livro “Como se escreve a História”, e logo na introdução o autor destaca:

O que é a história? A julgar pelo que ouvimos à nossa volta, é indispensável que a questão seja recolocada. [...] Não, a história não tem método: tentem pedir que lhes demonstre seu método. Não, ela não explica coisa alguma, se é que a palavra explicar tem sentido [...]. Não basta afirmar, mais uma vez, que a história fala “daquilo que jamais se verá duas vezes;” também não se trata de pretender que ela é subjetividade, perspectivas, que interrogamos o passado a partir de nossos valores, que os fatos históricos não são coisas, que o homem se compreende e não se explica, que dele, não é possível haver

ciência. [...] A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos não existe. [...] Os historiadores narram fatos reais e têm o homem como ator; a história é um romance real (VEYNE, 2008, p. 11-12).

O autor conceitua a história com algo preciso e que não se repete duas vezes, que é subjetiva, pois depende do olhar e dos valores da época em que o pesquisador está inserido. Os historiadores discutiram, por muito tempo, a cientificidade da história e compreendeu-se a distinção do conceito de ciência das ciências humanas e das ciências naturais, que a história possuía metodologia própria para lidar com suas fontes e que, por isso, a história é uma ciência (MORAIS, 2018).

Veyne pontua que a história não é uma ciência, pois não possui um método, que a história construída durante os séculos XIX e XX, discutida e proposta pelos historiadores, não existia, pois, ela não se encaixava no campo das ciências e sim das narrativas, colocando-a como um “romance real”. Afirma ainda que essa narrativa é feita por documentos ou testemunhos, que nunca representam de maneira direta e completa o passado. Portanto, são indícios, constituindo o documento algo fundamental e o papel do historiador é selecionar, organizar, simplificar, fazer um século caber em uma página para compor a reapresentação romaneada do passado. (VEYNE, 2008)

Outro autor que entra nessa discussão é Hayden White, que publicou seu livro “Meta-História” em 1973. Na obra, tece críticas a cientificidade da história e a apresenta com uma ficção literária, assim como entende o romance, sendo uma representação histórica. Para o autor, a história se utilizava das mesmas estratégias tropológicas que as narrativas utilizadas pelos romancistas, como metáfora, ironia, metonímia, sinédoque. White compreende que a história então se encaixava em uma criação literária pois o historiador também organizava um enredo e uma narrativa à sua história, sendo a diferença entre a literatura e ela, é que uma falava das coisas inventadas e a outra sobre a ótica do real (MORAIS, 2018).

Michel de Certeau também disserta sobre a relação entre história e literatura. Publicou “A escrita da História”, em 1975. Nesse livro, o autor apresenta a escrita como um discurso, no qual tenta entender “que aliança é essa entre escrita e história?” (CERTEAU, 2010). Partindo dessa relação, o autor tem como problema o fazer história. Para solucionar esse problema colocado,

apresenta algumas separações como o passado e o presente; a escritura e o social; a verdade do discurso e o mito e a tradição (PESAVENTO, 2004). O autor entende a História como ciência, pois possui método e objeto de pesquisa. Na primeira parte, ele vai se debruçar sobre o conceito de real, o real acontecendo no presente e o real que se encontra no passado e que vai passar por uma análise científica, “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, das práticas científicas e de uma escrita” (CERTEAU, 2010). Essa análise depende do lugar de produção social, econômica, política e cultural, e que vai delimitar os temas, interesses e as questões propostas ao objeto. Nesse sentido, a história não está ligada com o objeto em si, que para o autor seria o passado. Segundo ele, a história é uma produção de discurso sobre o real, e que jamais será a realidade. Portanto, a história e os produtos históricos não são naturais, são um produto discursivo. O trabalho do historiador é reconstruir a história pois nunca regatará o fato histórico vivido.

No período de 1983 a 1985, Paul Ricouer lançou os três volumes da sua obra “Tempo e Narrativa”. Trata-se de mais um autor que se propõe a discutir a temática. Esse debate é apresentado por ele no tomo III, e na segunda parte desse volume, o autor pretende trabalhar com três conceitos: o tempo, a ficção e a História. No capítulo 5, denominado “O entrecruzamento entre a História e a literatura”, em umas primeiras frases apresentadas pelo autor, ele indica a semelhança muitas vezes ignorada entre a história e a literatura, que é o ato de leitura, responsável pela efetuação do texto, concretizando a intenção do escritor que possui como base a refiguração do tempo. Ou seja, ambas, literatura e história, são narrativas e, por isso, implicam em uma rerepresentação de uma experiência humana que já ocorreu. A diferença da História para a literatura é que uma se pretende a verdade e tem como referência o passado real e a outra ao lirismo, mas toda estratégia utilizada para reafirmar o passado exige representação e reconstrução (RICOUER, 1997).

O passado precisa ser reconstruído e rerepresentado enquanto narrativa e, assim, o texto histórico fala sobre um lugar e um tempo do ter-sido que não pode mais ser visto e nem experimentado, portanto, o passado é apenas memorável. O trabalho do historiador é organizar, sintetizar e restituir a verdade sobre o ocorrido (PESAVENTO, 2004).

Outro debate que o autor traz é sobre a ficcionalização da história, Ricoeur (1997) diz que a imaginação tem papel fundamental na consideração do ter-sido já que o passado é apenas memorável. Como a ficção também possuiu uma historicização, pois imita, de certa maneira, a narrativa histórica ao contá-la como se tivesse realmente ocorrido no passado, mas distinguem na liberdade dos acontecimentos, que não necessariamente podem ter ocorrido no passado, nas quais o leitor pode identificar uma narrativa ficcional e a histórica, pois de uma narrativa histórica se espera uma verdade e da ficção não (RICOURER, 1997).

Os autores que apresentamos vão, ora conceituar história como ciência, ora como romance real, uma ficção ou um discurso histórico. Nesse trabalho, vamos usar o conceito do Bloch (2001) sobre a relação entre história e literatura:

“A história “tem seus gozos estéticos próprios”. Do mesmo modo, ao lado do necessário rigor ligado à erudição e à investigação dos mecanismos históricos, existe a “volúpia de aprender coisas singulares” [...] “Evitemos retirar de nossa ciência sua parte de poesia”[...] Escutemos Marc Bloch. Ele não diz: a história é uma arte, a história é literatura. Frisa: a história é uma ciência, mas uma ciência que tem como uma das suas características, o que pode significar sua fraqueza mas também sua virtude, ser poética” (LE GOFF, 2001, p.19)

Portanto, entendemos a história como ciência com sua parte poética, e para trabalhar com essa ideia utilizaremos a Nova história cultural como corrente historiográfica e o conceito de representação, que é uma categoria central da História cultural. De acordo com Pesavento (2004), o termo representação foi apropriado pelos historiadores a partir dos trabalhos de Marcel Mauss e Émile Durkheim.

Segundo Oliveira (2012), Durkheim faz uma parceria com Mauss para trabalhar sobre a divisão do mundo segundo os clãs. Trabalharam com a ideia de gênero e espaço, e ambos concluem que existem correspondência entre as classificações e as formas de organização social, criando uma relação entre a organização social e as representações (contos, ciência, cosmologia, noções de alma e tempo). Esse trabalho deveria se tornar parte da revista dos Annales Sociologiques, contudo acaba não acontecendo e eles voltam o seu foco para trabalhar com a religião.

Durkheim e Mauss trabalham com o conceito de representações coletivas associado ao seu conceito de fato social, e analisam a religião como um fenômeno social e não como uma escolha consciência individual. Portanto, para os autores, a representação seria construída pelo homem para criar uma ordem,

expressa como conhecimentos socialmente produzidos, como normas sociais, instituições, discursos, imagens e ritos que os homens vivem por elas e para elas (OLIVEIRA, 2012, p. 69).

Utilizaremos o conceito de representação neste trabalho para entender como a literatura busca resgatar a maneira como o homem se fez capaz em se perceber e ao mundo através do tempo e lugar, criando um sistema de conceitos e figuras que fossem capazes de construir uma representação coletiva e uma identidade.

Os autores que empregamos para compreender a representação são os historiadores que se apropriam desse termo da sociologia para compreender a construção da representação coletiva e identidade dentro da história, são eles: Roger Chartier; Carlos Ginzburg e Sandra Jathay Pesavento.

O conceito de representação para Pesavento (1998) vem de uma relação dúbia entre a “ausência” e a “presença”. A representação, para a autora, é a capacidade que o homem tem de projetar um objeto que existe ou não e que está ausente no tempo e espaço. Essa projeção pode ser imagética ou discursiva, e é composta por uma construção de sentido e significado. E ela só se torna possível por conta da linguagem e das construções que vão sendo feitas pela interação entre o indivíduo e o meio social onde definimos conceitos para as coisas e as organizamos em estruturas mentais.

Sobre esse conceito, Ginzburg (2001) pensa da mesma forma, quando diz: “Por um lado a representação faz às vezes a realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”. O apontamento de Chartier sobre a palavra “representação” também possui a mesma compreensão, quando ele diz que

Nas definições antigas (por exemplo, aquela do Dictionnaire universel de Furetière em sua edição de 1727), as entradas da palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: de um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa (CHARTIER, 2002, p. 74).

Na compreensão dos três autores, representar algo é uma projeção imagética ou discursiva que não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, mas uma espécie de reflexo, ela faz com que a realidade seja rerepresentada (PESAVENTO, 2004). O quadro chamado “A traição das imagens”, feito por

René Magritte, no século XX, é o ícone do conceito de representação, pois traz a imagem de um cachimbo e uma frase em francês dizendo “isto não é um cachimbo”. Porque a imagem remete a uma representação escrita construída socialmente que classifica aquele objeto como um cachimbo, mas não é realmente um cachimbo.

A representação, para Chartier (1990), é entendida como um conjunto de delimitações, classificações que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações podem variar o grupo social ou intelectual que se formam, são estáveis, difundida pelos próprios grupos, e tendem a uma falsa universalidade, mas sempre são imbuídas dos interesses dos grupos que a formam. Por isso, faz-se necessário entender a posição de quem os utiliza. As representações não são discursos neutros, elas produzem estratégias e práticas sociais, escolares ou políticas, que procuram legitimar e impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social.

A representação social não é uma representação do real e nem antagônica a ele, ela vai ser projetada na mente humana, que se utiliza dos instrumentos que possui para decifrá-la. Portanto, representação social é uma contraposição entre o imaginário e o real. Deste modo, não é sobre alcançar a verdade ou autenticidade, mas sobre a credibilidade daquele discurso composto por fragmentos do que é considerado como real, que vão ser reunidos pelos indivíduos para arranjar um significado e aceitação do meio que a possível verdade vai ser inserida. A representação é algo historicamente construído, ela vai se postar em um campo de forças que se enfrentam para definir o que vai ser aceito como real. Nesse sentido, Pesavento propõe o seguinte:

É nessa dimensão que a história se torna ficcional: ao compor um enredo ou uma intriga, articulado em um discurso, a história se propõe a uma hipótese do que pode ter acontecido e nunca chegará o que realmente aconteceu. Portanto a história e literatura enquanto representação do real são construídas por discursos pelo caminho do imaginário, no caso da história o passado é “inventado”, os fatos são selecionados, a memória é criada, a história é fabricada, mas se trata de uma produção “autorizada” pelas fontes e todo o processo que o historiador cria de “testagem” documento pelo método científico (1998, p.12).

Dessa forma, quando o historiador lida com uma fonte, ela é uma representação do que foi o passado que chegou ao futuro. Ele, o historiador, vai através dos métodos científicos buscar indícios do que poderia ter sido, projetando um sentido e um significado para este passado, tentando conectá-lo

a uma narrativa coerente, mas nunca vai conseguir atingir o que verdadeiramente se passou naquele fato histórico. Esse é o teor ficcional que faz parte do domínio do historiador. Apesar de saber que a verdade é inalcançável, o historiador não a abandonou, e o seu método vai impor os limites à ficção, ainda vai existir os critérios e o compromisso para a formação de uma aproximação da verdade.

Essa hipótese do que foi o passado mostra que a nova história substituiu uma ideia de verdade das antigas escolas historiográficas por uma ideia de verossimilhança. Dessa maneira, a história tem o objetivo de reimaginar o passado imaginado, oferecendo ao leitor uma versão mais plausível daquilo que aconteceu. Em entrevista concedida ao jornal da USP, Bernadette Lyra diz o seguinte:

Desde do meu primeiro livro, que é um livro de contos [...] eu falo de mulheres, no plural, não há uma mulher, há várias mulheres. O que me leva a escrever sobre mulheres? É essa luta subterrânea das mulheres para contar suas próprias histórias, então eu penso que desde daquele primeiro livrinho meu lá que se chamava as contos no conto (1981) eu venho trabalhando com figuras femininas, com mulheres na verdade e que alcança toda a gama desde de criança até velinhas, e venho passando pela História com H maiúsculo, a História do Brasil, a História sobretudo da minha terra, do Espírito Santo, uma tentativa de resgatar essas outras histórias com h minúsculo que permanecem submersas, na grande massa de História contadas pelos homens (LYRA, 2020).

Dessa forma, esta pesquisa entende a produção ficcional de Bernadette Lyra como fonte de discursos e práticas sociais e históricas. De acordo com Chartier (1999), existem duas formas de se relacionar história e literatura: uma delas é entender o sentido do texto como discursos e práticas do mundo social; a outra seria compreender todos os processos de produção, divulgação e leitura como produto histórico de uma instituição literária daquele tempo. Por mais que o objetivo de Bernadette Lyra não fosse “fazer história” com sua produção, de certa forma produziu um trabalho que, a partir de seu texto e de seus personagens nos “diz sobre a história”,

A autora diz que tanto a história como a literatura são maneiras de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro e que suas semelhanças são muitas, pois as duas traduzem as questões dos homens no tempo que existiram. A única diferenciação entre elas é que uma se classifica como ciência e tem responsabilidade com o “real” e a outra não tem essa preocupação (PESAVENTO, 2004).

3. MARIA BERNADETTE CUNHA LYRA (BERNADETTE LYRA)

Maria Bernadette Cunha Lyra¹, ou popularmente conhecida como Bernadette Lyra, nasceu em 20 de outubro de 1938, no município de Conceição da Barra, cidade localizada ao norte do estado do Espírito Santo. A autora se descreve como “a menina que andava de pés descalços na beira da praia e na beira do rio” (LYRA, 2014). Ela diz, em entrevista, que a sua vida no ofício da escrita começou muito cedo: “Foi quando eu tinha sete anos, já sabia ler e escrever, e me meti a fazer uma peça de teatro para representar com minhas amigas no fundo do quintal da chácara de meus pais, em Conceição da Barra.”(LYRA, 2014).

Sua vida foi inteiramente dedicada à ciência, arte e à escrita. Nesse percurso, ela se graduou no curso de Letras/Francês pela Universidade Federal do Espírito Santo UFES, em 1972, fez mestrado pela UFRJ, em 1981, na área de comunicação social, além de doutorado pela USP em 1988, na área de Artes e Cinema, em 1989 se pós-doutorando na Université René Descartes – Sorbonne em Paris, França.

Finalizando a sua graduação na UFES, Bernadette passou a lecionar na própria universidade em que se graduou, dando aulas para o curso de Letras no período de 1976 – 1991, retornando entre os anos de 1992-1993 e 1997, para cumprir o cargo que exercia. Recebeu o título de professora emérita pela UFES, além de ter seu nome associado ao prédio da PPGL em 2000. Atualmente, o prédio possui uma nova função visto que a pós-graduação de Letras foi transferida para um novo espaço denominado Barbara Weinberg.

Em sua vida docente, atuou em diversas universidades, como a (UTP), onde operou como professora nos anos de 1998 – 2000, na (USP) entre os períodos de 1999 -2001, na UNIP nos anos de 2000- 2006 e na (UALG) em 2008. Além disso, foi titular no programa pós-graduação em comunicação (PPGCOM) e coordenadora de 2006 – 2010, na Anhembí Morumbi, instituição de ensino superior particular localizada no estado de São Paulo. No mesmo ano de 2006 foi escritora e sócio fundadora da Sociedade de Pesquisadores de Cinema e

¹ As informações contidas nesse pequeno resumo sobre sua vida e obras foram retirados do seu Currículo Lattes, Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8148037951352662>

Audiovisual (SCINE), na área de comunicação social, e é conhecida pelo seu trabalho denominado Cinema de Bordas, que foi um termo usado por ela para se referir às produções cinematográficas periféricas, com baixo orçamento e feita por pessoas que têm o desejo pelo cinema.

Este trabalho pretende analisar a produção de Bernadette Lyra na condição de literata, apesar de a autora afirmar que os dois universos, o da literatura e do cinema, se intercomunicam. O estilo que a autora molda essas histórias está relacionado aos cortes do cinema, já projetando seus textos para um roteiro cinematográfico. De acordo com ela, ao escrever suas histórias, já pensa em algo pronto para a imagem e a literatura vem junto na sua produção textual, pois pensa minimamente na escolha da “palavra justa” e fica para o cinema a montagem do livro (LYRA, 2020).

Na maioria das entrevistas que ela concede, cita dois homens que a influenciaram a ser escritora: o primeiro citado é o seu avô, um quitandeiro, vindo do sertão de Itaúnas, que fornecia leituras para que a menina dos pés descalços criasse mundos e inventasse histórias. O segundo homem citado é seu antigo professor de língua portuguesa, Guilherme dos Santos Neves, docente do colégio do Carmo, o qual disse a ela: “Menina, a senhora é uma escritora!”. Segundo ela, essa frase bateu no coração e tremeu nas bases, portanto escolheu a sua profissão (LYRA, 2014).

É importante salientar o destaque que a escritora dá ao seu lugar de origem, à sua família e à escola, apesar de ter vivido em diversos lugares, conhecido diversas pessoas e experimentado diversas vivências. A autora sempre volta a esses três ambientes que a formaram como escritora e que carrega consigo nas suas histórias. Isso destaca a importância do incentivo à leitura desde cedo e dentro dos ambientes de formação do indivíduo.

A autora já publicou dezesseis livros, sendo alguns deles premiados. Ela rompeu as barreiras regionais e publicou em grandes editoras. Os gêneros narrativos são diversificados, e se utiliza de contos, novelas, não ficção, romances, crônicas. A fim de retratar suas histórias, nas duas obras que utilizamos para análise, Bernadette se utiliza do estilo de escrita romance. Ela difere dos autores como Luís Guilherme dos Santos Neves e Adilson Vilaça, pois não considera suas obras como romances históricos (LYRA, 2014).

A narração dos textos da autora, em sua maioria, são homodiegéticos, pois são narradores e personagens de suas histórias, e mulheres (LYRA, 2020). As obras *Capitão* e *Panelinha de Breu* possuem como protagonistas da narrativa dois personagens femininos que apresentam traços semelhantes aos de duas figuras do contexto histórico capixaba: Maria Ortiz e Luiza Grimaldi. Embora as personagens sejam baseadas na figura histórica, a sua intenção é:

No caso desses meus dois livros, *A Panelinha de Breu* e *A Capitão*, foi fascinante mesclar ficção e pesquisa na historiografia. E eu pesquisei muito. Antes e durante a escritura. Porém não faço romance histórico. Eu brinco com a História. Historiadores se preocupam com fatos, datas, confirmações. Buscam dados, registram o que acontece ou que aconteceu. Documentos, cartórios, manuscritos, arquivos, nada lhes é estranho. Ficcionalistas, no entanto, só contam com a fantasia e com o risco (LYRA, 2014).

Isso leva à compreensão de que a autora brinca com as ausências de informações dessas duas mulheres de grande relevância histórica para o Espírito Santo, capitania, província e estado as tornando presentes através de outra maneira, a literatura. Este trabalho não pretende, de maneira alguma, comparar o real com o ficcional, sendo o objetivo analisar como o ficcional pode ilustrar o real por meio de um diálogo entre a ficção e o real durante as aulas de história.

As histórias envolvem personagens diversos, e Bernadette Lyra tem uma preferência por tratar sobre mulheres em suas temáticas. Além dessas duas personagens, Maria Ortiz e Luiza Grimaldi, a autora retrata, dentro de suas obras, outras personagens mulheres que se assemelham a algumas personagens femininas que fizeram parte da história do Espírito Santo, a exemplo das índias, mães, freiras ou prostitutas, tentando cunhar a imagem que a mulher exercia dentro da sociedade colonial.

A autora defende, em uma entrevista dada ao *século diário*, sobre a sua escolha em trabalhar mais com personagens femininos:

Eu gosto de falar do que reconheço. Sou mulher e, em minha ficção, falo sobre mulheres, suas questões existenciais e seus sentimentos.

O homem para mim é um desconhecido, um enigma, o outro lado da Lua. Talvez esteja sendo feminista quando deixo explícito que, em matéria de liberdade feminina, do século XV até hoje, o mundo não avançou tanto quanto alguns apregoam. Ainda há muito preconceito, muita discriminação, muito medo, muita opressão. Mas sei que a necessidade de enfrentar esses horrores faz parte de uma luta que perpassa ambos os sexos. (LYRA, 2014)

É importante salientar que na historiografia existem poucos documentos históricos que falam sobre as mulheres, e os documentos que temos acesso foram escritos por homens. Portanto, a imagem que temos dessas mulheres é uma representação masculina, o mesmo acontece na escrita dos textos literários. A autora não se intitula feminina ou feminista, mas alega desenvolver uma escrita feita sob o prisma de uma mulher que trate sob mulheres.

O olhar do homem é diferente do olhar da mulher, até porque nós somos diferentes deles, mas não somos melhores. Por sermos assim nossa literatura feita por mulher é tão válida como uma feita por um homem. Aí entra a cultura e destroça essa igualdade na diferença privilegia a escrita pelos homens, mas não que seja uma literatura feminina e uma masculina. Há predominância de elementos masculinos porque eles são homens, há predominância de elementos femininos porque a gente é mulher, mas um homem pode descrever tranquilamente uma maternidade (LYRA, 2014).

A autora destaca que existe esse apagamento que privilegiou a escrita feita pelos homens, por muito tempo. A escrita das mulheres não estava no cânone literário dos diversos manuais. Deste modo, as mulheres ganham uma relevância a partir do romantismo, como se não houvesse produção intelectual feminina antes disso ou em outras áreas. E a produção do gênero textual do romance esteve muito associada à uma literatura feminina por muito tempo. O romance, por sua vez, era visto de tal forma por falar sobre questões das mulheres e não tratar sobre as questões que eram de interesse dos homens, o interesse dos homens estava no campo da política, economia e às mulheres não cabiam o interesse sobre essas áreas. Ela completa que os homens podem escrever sobre experiências femininas quando escreviam os seus romances, visto que os grandes romancistas brasileiros possuem personagens femininos marcantes como Iracema, Lúcia e Aurélia, de José de Alencar que possuem muitos elementos masculinos, mas que nem por isso a sua escrita vai ser menos válida que de uma mulher e que é cabível a ela escrever sobre assuntos e se interessar sobre coisas que antes eram só do interesse masculino (NASCIMENTO, 2015).

4. ESTUDO HISTÓRICO

Para a apresentação da narrativa histórica das personagens, fez-se necessário um estudo histórico com os alunos, para entender as discussões e localizar a produção científica dos historiadores que construíram a historiografia capixaba dentro de uma temporalidade e cronologia. Portanto, era preciso uma breve introdução sobre vida e obras que abordaremos no primeiro momento da análise. Há uma demarcação de dois períodos na produção historiográfica capixaba: as produções do século XIX, que têm o objetivo de criar uma história para o estado do Espírito Santo, mas com dificuldades por conta da falta de órgãos memorialísticos; e as produções do século XX, momento em que vão surgindo órgãos de apoio para a construção dessa história.

As produções do século XIX surgem devido à necessidade de criação de uma história nacional e por consequência histórias provinciais/estaduais. Essas produções, em sua maioria, serão feitas por juristas ou médicos, visto que as faculdades que existiam no Brasil eram voltadas para essas duas áreas Direito ou Medicina, majoritariamente. Essas obras são marcadas por discussões políticas, visto que boa parte desses autores foram contemporâneos do período da transição entre a monarquia e a república. Ambas as formas de governo pretendiam criar uma identidade para o povo brasileiro, por isso esses estudiosos, impulsionados pela formação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), e o Arquivo Público Nacional (AN), ambos criados em 1838, no governo regencial de Araújo Lima, situados na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil, naquele período, fomentaram a criação de uma história nacional e por consequência a criação das narrativas provinciais.

No estado só existia uma biblioteca pública, que mal funcionava, no século XIX. Portanto, as documentações que vão ser utilizadas para formar as produções dependem dos órgãos governamentais nacionais. O arquivo público do Espírito Santo só começa a funcionar a partir de 1908. Contudo, o órgão estava mais preocupado com um plano nacional do que com a História do Espírito Santo. O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo surgiu em 1916, e promoveu as pesquisas no campo de geografia e história com a finalidade de criar uma narrativa coerente e coesa sobre o estado, além de apresentar a nossa história para outros estados, demonstrando a importância do

Estado do Espírito Santo e tentando inseri-lo em uma história nacional, a Academia Espírito-santense de Letras só em 1921.

Os grandes divulgadores da história do estado, durante o início do século XX, são os jornais e revistas, como as do IHGES, da AESL, Vida Capixaba. Por isso, para identificar o que esses meios divulgavam sobre essas personagens, analisamos alguns desses periódicos que encontramos nos acervos online da hemeroteca digital brasileira. A partir da segunda metade do século XX, quando alguns historiadores produziram suas obras, contendo mais informações e fontes, portanto utilizamos os livros e as informações levantadas por esses pesquisadores, memorialistas ou até mesmo cronistas. O primeiro curso de História e Geografia, criado no Espírito Santo, foi em 1951, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI). A UFES foi criada em 1953, incorporando o curso de História, tendo a sua primeira turma formada em 1956. Antes de haver essa formação, já existiam alguns jornalistas, médicos ou advogados que se preocuparam em levantar a história capixaba, como é o caso de Franciso Alberto Rubim, José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Basílio Daemon, que produziram suas obras nos séculos XVIII e XIX. Os autores como Affonso Cláudio, Eurípedes Queiroz Valle, entre outros, marcam o início do século XX. Com suas obras na segunda metade desse mesmo século já possuem uma formação ou são educadores na área de História, temos José Texeira de Oliveira, Maria Stella de Novaes, Nara Saletto. Todos esses são os autores que vamos trabalhar junto à documentação de jornais e revistas, é necessário localizar um pouco da história e contexto de cada autor que trabalhamos, para isso vamos apresentar as suas biografias e o contexto que eles publicaram as obras utilizadas.

Franciso Alberto Rubim, nascido em 1768, em Lisboa, governou a capitania do Espírito Santo de 1812 a 1819. Depois foi transferido para a capitania do Ceará. No seu governo foi criada a vila de Itapemirim e de Benevente. Foi muito elogiado por D.João VI por desenvolver o Espírito Santo, pagar a dívida com o Banco do Brasil e pelo seu levantamento estatístico. Nesse mesmo contexto, dois importantes prédios foram criados no seu governo: o Forte São João e a Casa de Misericórdia. A obra “Memória Estatística da Província do Espírito Santo” foi escrita em 1817, mas publicada apenas em 1840. O seu livro tem a pretensão de fazer um levantamento memorialístico da capitania, apresentando

os principais fatos históricos em uma ordem cronológica, e Daemon vai seguir o método memorialístico e cronológico que o Rubim utilizou em sua obra, e inclusive o autor o estudou para produção de seu novo livro (DERENZI, 2019, p 166 -122).

José Marcellino Pereira de Vasconcellos nasceu em 1821, natural de Vitória, escritor de diversas obras como Jardim Poético (1856) e Ensaio sobre a história estatística da província do Espírito Santo (1857). Fez os seus primeiros anos de ensino em uma escola particular e continuou sua formação no Rio de Janeiro. Além disso, iniciou curso na escola Politécnica, mas não concluiu, e fez faculdade de Medicina, na qual se formou em 1889. Voltou ao Espírito Santo, morando por um tempo em Cachoeiro de Itapemirim, e em 1894 voltou à Vitória. Foi nomeado professor na escola normal do estado e médico da Hospedaria de Imigrantes. Foi escolhido como presidente candidato à presidência do estado de 1889-1900 na vaga aberta pela renúncia de Graciano Santos Neves, depois sendo substituído pelo vice-presidente Constante Gomes Sodré. Foi eleito Deputado estadual em 1900-1902, mas não cumpriu o mandato, falecendo em 1902 (SALLETO; ACHIAMÉ, 2010).

Basílio Carvalho Daemon nasceu em 1834, no Rio de Janeiro, mas optou por morar no Espírito Santo. Frequentou a faculdade de medicina, chegando a prestar serviços ao estado do Rio de Janeiro no combate da *cholera-morbus*. Foi jornalista e seguiu a carreira política. Ele produz o seu livro A Província do Espírito Santo, em 1879, com o objetivo de reunir datas e acontecimentos que marcaram a história capixaba, tentando encaixá-la dentro do cenário da história nacional.

Daemon foi um dos escritores do século XIX, reeditado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, coordenado por Maria Clara Medeiros dos Santos Neves no ano de 2003. Ele, junto a nomes como José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Brás da Costa Rubim, Misael Pena e César Marques, na década de 1850, tentaram de maneira autônoma reunir dados para formar uma história do estado do Espírito Santo, sendo apenas os dois primeiros capixabas. Misael Pena e Daemon vão se naturalizar aqui, já César Marques apenas visitou a província brevemente. São cinco obras que compõem o conjunto historiográfico de 1858-1879, e que representam essa tentativa de dar materialidade a uma primeira formação de história capixaba, apesar da

importância dessas cinco obras, nenhuma outra além do Daemon, nunca recebeu uma segunda edição (NEVES, 2003, p.15).

Essa edição do livro A Província do Espírito Santo não foi composta puramente pelo texto original. Foi implementada com documentação abonadora, notas explicativas de rodapé, imagens da época, e introdução historiográfica. A reedição teve o objetivo de trazer à ciência da população esse texto tão citado por outros historiadores, como José Teixeira de Oliveira, além de auxiliar na busca dos documentos sobre a História do Espírito Santo, seja nas instituições do Rio de Janeiro ou de Portugal. O projeto de reedição da Província do Espírito Santo e as mudanças já citadas tiveram início quando Maria Clara Medeiros dos Santos Neves teve acesso às cópias de documentações encaminhadas por Basílio Dameon para o IHGB, ou seja, por mais que ele não tenha citado em suas obras as fontes que utilizou, ele as consultou e as preservou no arquivo do instituto (NEVES, 2003, p.14-15).

A obra é dedicada a construção cronológica de 1504 a 1879, e é dividida em quatro séculos, o primeiro capítulo apresenta um estudo sobre a descoberta da província, o segundo aborda as datas e fatos históricos, sendo trabalhado principalmente com o século XIX e no terceiro capítulo o autor apresenta as informações geográficas e econômicas sobre a província. O autor teve pouco acesso a fontes primárias dos anos iniciais da colonização, por isso não deu tanto enfoque. Isso demonstra que estava preocupado com o que os “bons autores” tinham para lhe dizer, se mostrando um empirista e não dando muita credibilidade aos mitos, lendas, bem como à oralidade. Houve uma grande dificuldade para ser produzida por conta da falta de apoio institucional como arquivos, bibliotecas e associações (SANTOS, 2003, p. 36 -40).

Portanto, partindo dessa ideia, do autor que nem todas as fontes podiam ser utilizadas, apenas as escritas, além da dificuldade de encontrar fontes por conta de uma falta de organização memorialística no período em que produziu a obra, Daemon se limitou a narrar os fatos e as datas que considerava importantes para a história capixaba, assim entendia que sua produção seria o mais fidedigna possível com a verdade, mas é necessário contextualizá-los, tornando sua obra, para alguns críticos como Affonso Cláudio, uma “crônica de gosto quinhentista” sobre a história do Espírito Santo (SANTOS, 2003 p.36). Essa obra, apesar de ter poucas referências de fontes que o autor consultou, é

um “clássico” dentro da História do Espírito Santo. José Texeira de Oliveira rotula o autor de “cronologista” e o cita em sua obra setenta e uma vezes, muito mais que os outros escritores contemporâneos a Daemon, sempre pontuando que “Daemon disse” por não ter comprovação científica (SANTOS, 2003, p.50).

Afonso Cláudio de Freitas Rosa, nasceu em 1859, em Santa Leopoldina, é o patrono da cadeira 27, da ALES, foi advogado, historiador, político capixaba. Formou-se em Direito em Recife, exerceu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do ES, fez parte do movimento republicano, foi o primeiro governador do estado do Espírito Santo em 1889, depois de ser proclamada a república, foi professor de Direito Romano, Administração Civil e Penal na Faculdade de Direito de Niterói e exerceu o cargo de advogado no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 1998).

As suas obras são Insurreição de Queimados; História da Literatura Espírito-santense; Trovas e cantares. A obra Insurreição de Queimados foi escrita em 1884, com a escravidão ainda em vigência, e constitui a primeira monografia sobre o evento. História da Literatura Espírito-santense foi publicada em 1912 e teve uma reedição em 1981. Nessa obra, ele faz um levantamento sobre os poemas, prosas, contos, e folclores capixabas. Faz também diversas críticas à historiografia pela não importância dada aos mitos, lendas e contos tradicionais populares e religiosos, além de tecer diversas críticas ao Daemon por conta das suas diferenças políticas e historiográficas. Publicou outro livro, Trovas e cantares, em 1923 (OLIVEIRA, 1998).

Eurípedes Queiroz Valle ou Queiroz Valle, nasceu em 1897, era originário de Benevente, hoje a cidade de Anchieta. Diplomou-se em Direito pela Faculdade da Bahia, exerceu cargos de Juiz de Direito, e Chefe de Polícia. Além dessa profissão, foi também escritor, publicou seu livro de crônicas chamado Micrólogos (1986), além de diversas crônicas nos jornais de Vitória. Foi também historiador, dicionarista, biógrafo, jurista, jornalista. Publicou diversos livros, entre eles O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses; breve notícia sobre o Espírito Santo e sua capital e Pequeno dicionário informativo do Espírito Santo. Eurípedes presidiu a Academia Espírito-santense de Letras, de 1941 a 1963, e foi por muitos anos presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, presidente da Associação Espírito-santense de Imprensa e da dos Juristas do Espírito Santo (ELTON, 1987).

A importância do autor nesta análise se dá por conta do artigo que publicou em 1947 intitulado “Maria Ortiz não é uma lenda”, publicado novamente na revista nº 65 do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Neste artigo, ele informa sobre a existência de uma fonte que é uma carta do capitão donatário do Espírito Santo para o governador-geral, que fala sobre os feitos da heroína na batalha contra os holandeses, além desta carta, o autor apresenta a comprovação da existência da Maria Ortiz através dos documentos de emigração dos pais dela, que eram espanhóis e chegaram na vila de Vitória durante o período da união ibérica, consta no artigo os documentos de nascimento da Maria e a morte da Ortiz e de sua mãe, dados que não haviam sido citados por outros pesquisadores, mas que o autor conseguiu no Arquivo de imigração.

José Teixeira de Oliveira nasceu em Santa Bárbara, Minas Gerais, em 1913, estudou no ginásio interno em Muriaé, onde também trabalhou como secretário. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (UFRJ) e se formou em 1946. Trabalhou no Departamento Nacional do Café (DNC) e no Tribunal Federal de Recursos. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2003.

É importante observar que Oliveira era residente no Rio de Janeiro, tendo a possibilidade de consultar tanto o IHGB, AN e a Biblioteca Nacional, e teve acesso a fontes primárias que Daemon usou e enviou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A sua obra História do Estado do Espírito Santo, publicada pela primeira vez em 1951, foi encomendada pelos governos de Carlos Lindemberg e Jones dos Santos Neves, e sua segunda edição, publicada no ano de 1975, também esteve associada ao incentivo governamental, lançada pela Fundação Cultural do Espírito Santo, no governo de Elcio Álvares; e a terceira, que foi utilizada nessa pesquisa, foi feita em 2008, com o apoio do então governador Paulo Hartung. Esse apoio na divulgação das três edições deu a essa obra um caráter de história oficial do estado do Espírito Santo.

Segundo Neves (2008, p.23), o livro de José Teixeira de Oliveira não tinha o objetivo de desbancar outra história escrita sobre o Espírito Santo. A intenção era preencher a lacuna deixada na historiografia capixaba visto que nenhuma havia produzido uma narrativa sistematizada, orgânica dos fatos e atualizada até a metade do século XX para ser desbancada.

A produção anterior a Oliveira, que propunha a narrativa histórica mais completa, no sentido de fazer uma história total, desde o descobrimento até aquele contexto, era a escrita de Daemon. Contudo, de acordo com Neves (2008, p.23), a obra de Basílio Daemon peca pela não referência das fontes que o autor consultou e tem um estilo de “fazer história” do século XIX.

Historiadores contemporâneos a José Texeira foram Mario Aristides Freire, Luiz Derenzi e Maria Stella de Novaes, que publicaram os livros como *A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da Vida Capixaba*. *Biografia de uma ilha e História do Espírito Santo*, respectivamente.

Mario Aristides escreveu o seu livro *A Capitania do Espírito Santo* a partir dos diversos artigos que publicou em revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e na *Vida Capixaba*. Luiz Derenzi assume, com o seu livro *Biografia de uma ilha*, um recorte espacial que contempla apenas a ilha de Vitória como seu local de pesquisa, distanciando da obra que se pretende o recorte espacial o Espírito Santo como as de José Texeira de Oliveira e Maria stella de Novaes.

O livro do José Teixeira de Oliveira teve o propósito de construir uma narrativa sobre fatos da história do Espírito Santo que formassem uma história maciça. Portanto, se consagra em uma escrita da história linear, econômica e fatídica dos acontecimentos da colônia até o período republicano. Portanto, por muitos considerada a obra mais atual e que englobava uma história total do estado do Espírito Santo. O autor teve a responsabilidade profissional de informar todas as suas fontes, e o seu trabalho contou com o apoio de diversas instituições, como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Ministério das Relações Exteriores e o Serviço Geográfico do Exército, apresentando relatórios, cartas, mensagens governamentais, quadros e estatísticas, mapas, plantas, fotos, e documentos divulgados pela primeira vez no estado para todo o público ter acesso.

Maria Stella de Novaes é a oitava, de nove filhos, e sua família era da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, onde sete irmãos nasceram, só ela e o nono nasceram no estado do Rio de Janeiro. Novaes nasceu em Campos dos Goitacazes, em 1894, estudou no Colégio Nossa Senhora da Penha, em Cachoeiro de Itapemirim, e, em Vitória, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Fez cursos de pintura, piano, violino, francês, inglês, italiano, pedagogia, filosofia e liturgia, professora de caligrafia, ciências naturais e história natural. Foi a primeira catedrática do ensino secundário no Espírito Santo, talvez no Brasil, e uma das fundadoras da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras, em 1944, passou a ocupar uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.²

Novaes produziu diversas obras importantes sobre o estado, e escreveu livros sobre história, botânica, pedagogia, folclore e literatura, sendo pioneira em trabalhar sobre questões pouco valorizadas, como a importância social da mulher, do escravo e seus descendentes, sobre sabedoria popular e o folclore capixaba. Não era capixaba, mas amava o estado e tinha o objetivo ao enfatizar temáticas regionais e locais de enaltecer o povo capixaba. Sua pesquisa foi baseada no conhecimento que ela tinha sobre determinada temporalidade, se apoiando em revistas, publicações e jornais (ACHIAMÉ, 2016).

A obra que utilizamos da autora para análise foi a História do Espírito Santo, publicada em 1968, no prefácio dedica o livro à juventude capixaba, enfatizando que a história do Espírito Santo é bela, heroica, sincera, porém, ignorada. A autora enfatiza que muitos dizem que “O Espírito Santo não tem heróis”, “nenhum valor militar”, “história pobre”, mas discorda disso e elenca nomes como: Maria Ortiz, Luiza Grimaldi, Domingos Martins, Caboclo Bernardo entre outros personagens importantes que compõem a história e que são parte da construção identitária do povo capixaba. Maria Stella de Novaes seguiu um esquema seriado cronológico inspirada no modelo de escrita de Daemon, de forma coloquial e contada em formato de crônica historiográfica (NEVES, 2008, p 24).

Nara Saletto é contemporânea, fez parte da segunda turma do curso de História na Universidade Federal do Espírito Santo, e depois se tornou professora na mesma instituição. Como historiadora, publicou diversos livros importantes para a história do Espírito Santo, faleceu em 2020. Um desses livros foi publicado em 1992, denominado “Donatários, colonos, índios e jesuítas: o

² Texto biográfico encontrado no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, faz parte da identificação do fundo de pesquisa sobre a Maria Stella de Novaes. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/maria-stella-de-novaes>

início da colonização do Espírito Santo”. Ele trata de um levantamento bibliográfico que tem a função social de rerepresentar personagens do início da colonização do Espírito Sano, sua produção é, segundo Rocha (1998) voltada para o público que se interessa por história e não ao grande historiador, e tem o objetivo de preencher uma lacuna existente na nossa história regional, que pouco retrata os personagens e quando trata é repetitiva, datada e fatídica (SALETTTO, 1998, p.76).

Maria Ortiz nasceu e viveu em Vitória, durante o período denominado União Ibérica (1580-1640), no qual Portugal e suas colônias estiveram submetidos à coroa da Espanha. Houve, durante esse período, um intercâmbio que aproximou as colônias das duas nações. Nesse contexto, seus pais, que eram espanhóis, emigraram, em 1601, para o Espírito Santo e dois anos depois eles a tiveram (VALLE, 1971; SALETTTO, 1998).

A União Ibérica, apesar do ponto positivo que foi aproximar as colônias de Portugal e Espanha, também criou diversos problemas, entre eles a desarticulação do sistema de comercialização do açúcar brasileiro, que era apoiado numa parceria entre Portugal e Holanda, em que os portugueses tinham o domínio da produção do açúcar, e os holandeses faziam a distribuição no mercado europeu e investiam capital na economia açucareira. A Holanda estava em conflito com a Espanha, pois tinham conseguido a independência do domínio espanhol e isso causou uma guerra aberta entre os dois países durante todo o período da União Ibérica, os reis da Espanha cortaram relações com a Holanda e por consequência com o comércio entre Portugal e Espanha. A reação dos holandeses foi a criação da Companhia das Índias Ocidentais, grande frota naval e militar que promoveu as invasões no território brasileiro, a formação de uma colônia e a decadência da produção açucareira (SALETTTO, 1998).

A primeira tentativa de invasão holandesa se deu no ano de 1624, e ocorreu na Bahia. O Espírito Santo participou enviando alguns índios, e não se sabe quem os comandou. Em 1625, aconteceu a segunda tentativa de invasão. Na oportunidade, os Holandeses foram comandados pelo comandante Petrid Meyn³, e atacaram a capitania do Espírito Santo com oito naus. O donatário da

³ O seu nome aparece como Piet (SALETTTO, 1998), como Petrid (DAEMON, 1879) e Pieter (OLIVEIRA, 2008)

província era Francisco de Aguiar Coutinho, que retirou as mulheres e crianças para o centro da vila, a fim de protegê-las. Preparou também trincheiras, mobilizou a população e os índios para combater os invasores, conseguindo a vitória (DAEMON, 1879) (SALETTTO, 1998).

Segundo França (2016), sobre a tentativa de invasão holandesa existem quatro fontes contemporâneas ao conflito, sendo três delas portuguesas e uma holandesa, são elas: a Carta Anua do Padre Antonio Vieira (1626); A Relação Universal de Manuel Severim (1627); A História do frei Vicente do Salvador (1627) e os Annaes de Johannes de Laet (1644). Em nenhuma das documentações se apresenta a personagem da Maria Ortiz. Em uma das fontes é citado o trecho que Daemon e Saletto apresentam, em que o donatário retirou as mulheres e crianças.

Uma das fontes é do Padre Antônio Viera, português pertencente à Companhia de Jesus com missão catequizadora em solo brasileiro. Colono no Espírito Santo durante o fato ocorrido, além de padre, Vieira também se destacou como filósofo, escritor e orador, tendo sido uma das figuras mais influentes do século XVII em termos da política e oratória. Seus sermões têm uma grande importância na literatura brasileira, e seus escritos pertencem ao estilo barroco. Em suas cartas escritas nos anos de 1624 a 1626, Viera (1897) relata sobre a invasão Holandesa:

Voltando pois para a Bahia, antes de chegar a ela cem léguas para o Sul, entraram no porto do Espirito Santo a 12 de Maio de 1625 [...] Não havia na povoação defesa de artilharia, pelo que, com mosquetes e frechas, se dividiu a gente pelas trincheiras, que fechavam as bocas das ruas nos passos mais necessários, esperando a determinação do inimigo, e foi esta que, por entre fumo e perturbação dos tiros, aparelharam setes lanchas, com o melhor dos soldados e ainda marinheiros, os quais, saindo das naus e saltando livremente em terra, começaram a marchar para a estância do capitão Francisco de Aguiar Coutinho, que também era da vila e senhor dela.[...] desfizeram as fileiras, com alguns poucos, que o seguiram. Conjecturaram os holandeses que tanto ânimo vinha confiado em maior poder de gente, e sem fazer rosto, deram as costas e largaram as armas. Os nossos lhe foram dando até à praia, com tal valor e ventura que, além do grande número dos feridos, morreram muitos, uns em terra à espada, outros afogados (VIERA, 1897, p.59).

No relato do padre, não aparece nenhuma heroína. A batalha é vencida pelos soldados liderados por Francisco Coutinho, e em seu relato não diz nada sobre a população da ilha, só narrando a batalha em si e a expulsão dos holandeses. O outro documento existente é proveniente dos invasores, escrito

por João Laet (Joannes ou Johannes de Laet), que viveu de 1581 a 1649, e foi geógrafo e diretor da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, sendo uma das pessoas mais importantes da Companhia. Como geógrafo e etnógrafo descreveu países como França (1629), Espanha (1629), Bélgica (1630), Turquia (1630) e Portugal (1642). Suas obras mais célebres estão ligadas ao seu trabalho como diretor da Companhia das Índias Ocidentais, incluindo a História ou o Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o seu fim em 1636. Nesse documento, descreve a invasão holandesa . De acordo com Laet (1912)

Ao outro dia juntou o conselho, e nelle assentou-se a ordem, que teriam na facção contra a cidadezinha do Espírito Santo. O mais das forças consistia em marinheiros, pouco feitos a jornadas, e não costumados a guardar ordenança militar; tendo conta com este inconveniente, resolveu-se que os marinheiros fossem divididos em três companhias, e como desembarcassem, assim se ordenassem as fileiras, que caminhassem dous marinheiros ladeados de dous soldaos. Ao meio-dia melhorou o almirante para dentro do rio com vento do mar, navegou tanto avanta como a praça, e surgiu um tiro de fronda da praia, ficando os navios dispostos um atraz do outro, de maneira que podessem jogar contra a praça toda a artilheria de uma banda. Mettida a gente nos bateis, largaram estes para a não almirante, donde seguiram todos os nossos juntos para terra, e aqui se puzeram em ordem de batalha. Mas, como havia pouco espaço para arrumar toda a gente, o almirante avançou um pouco com oito ou dez fileiras. Os habitantes desta praça, informados da chegada dos nossos, se haviam apercebido para resistir, e assestaram um morteiro de bronze contra o caminho, que os nossos tinham de enfiar, e deram-lhe fogo, tanto que nos poderam alcançar. Vendo isso, salta o almirante para o lado, amparando-se atraz de uma casa, e apenas soa o tiro, apresenta-se de novamente, animando a sua gente a dar bravamente sobre o inimigo; mas, pois os officiaes e particularmente os capitães ainda não estavam na frente, nem as fileiras se achavam dispostas, segundo a ordem determinada, estando quase todos os marinheiros adiante, já estes não atendiam ás vozes, e entraram a cuidar de si, receiosos da artilheria. O almirante trabalhou com eles que avançassem, mas embalde, que o medo lhes ia lavrando pelos peitos. Voltaram costas em grande confusão, e recolheram-se aos navios com perda de oito homens, e outros tantos feridos. Na fugida alguns lançaram de si as armas.

Os documentos são duas visões diferentes acerca do ocorrido. Por se tratar do Antônio Viera, um colono na cidade de Vitória, e a do João Laet, um geógrafo da Companhia das Índias Orientais, notoriamente estavam de lados opostos dentro da mesma batalha, mesmo assim nenhum dos dois apresenta a figura feminina heroica. Na realidade, há uma semelhança muito grande na narração dos fatos da batalha sob os aspectos dos dois relatos. As discordâncias dos documentos vêm apenas na datação da narrativa: Viera afirma que foi dia 12 de maio e Laet afirma que foi 12 de março, ou seja, dois meses de diferença.

O primeiro documento que cita uma mulher participando do conflito é a obra de Francisco de Britto Freire “Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica” (1675). Brito Freire participou dos acontecimentos finais da guerra contra os holandeses em 1653 e 1654. Foi governador da capitania de Pernambuco e por motivos políticos ficou preso seis anos, ocasião em que escreveu seu livro baseado em depoimentos e relatos. No trecho que fala sobre a participação feminina no conflito, não cita o nome da personagem histórica, apenas o fato ocorrido.

Ridicullo successo do Almirante Perez (...) Mortos quarenta e quatro dos inimigos, e retirados os mais; tornando em o dia seguinte, a experimentar no segundo combate, o primeiro successo. Uma mulher Portuguesa escolheu ao Perez por singularidade na diferença do traje, e lugar da pessoa, para lançarlhe do alto da casa, um tacho de água fervendo sobre a cabeça. Não pode molestar braço algum varonil, e molestou aquela mão feminina. (FEIRE, 1675, p.118)

O segundo documento existente que uma mulher aparece participando do conflito sem receber um nome foi em “Istoria dele guerre del regno del Brasil” de Giovanni Gioseppe di Santa Teresa. A partir dessas obras, o feito de Maria Ortiz aparece por muitas vezes no sentido de escarnio ou representado como um ato heroico. De acordo com França, a obra “Historie du Brésil”, publicada em 1815 e, escrita por Gioseppe di Beauchamp, foi importante para resgatar a figura da heroína já esquecida pelos capixabas (FRANÇA, 2016).

Na obra, Francisco Alberto Rubim, “Memória Estatística da Província do Espírito Santo”, publicada em 1817, é possível notar o esquecimento sobre os personagens históricos e a batalha quando o autor escreve que

Não consta o nome do comandante holandês, detalhes desses combates, nem quais foram os portugueses que mais se distinguiram, e só consta que a câmara por muitos anos no dia seis de Agosto fazia uma festa (RUBIM, 2003, p.7)

Em doze de janeiro de 1856, foi publicado no Correio da Victória uma nota trazendo alguns apontamentos sobre a história da província do Espírito Santo, com a finalidade de trazer a conhecimento da população a batalha de 1625, mas ainda assim não apresenta nada sobre a história da heroína:

A 15 de julho de 1620, tomou posse desta então capitania do Espírito Santo, o donatário Francisco de Aguiar Coutinho.

Em março de 1625 deu fundo na barra uma armada da Hollanda de oito vasos: fizeram desembarque e fortificarão-se em diversos pontos da costa e ilhas; e nos dias 12 e 14 atacam a villa; sendo repellidos,

retirarão-se. Não consta quem foi o comandante Hollandez, nem quaes os comandantes das forças do paiz⁴

Só em 1858, com a obra de José Marcellino Pereira de Vasconcellos denominada “Ensaio sobre a história estatística da província do Espírito Santo”, que a batalha de 1625 vai ser mais bem retratada, utilizando o documento do Padre José de Anchieta e citando a obra de Britto Freire. Nela, foi finalmente resgatada a história da heroína e pela primeira vez a nomeando de Maria Ortiz, com a grafia do sobrenome Urtiz.

Refere **Brito Freire**, que no segundo dia, em que os holandezes accometerão a villa com maior intrepidez, experimentarião de certo melhor fortuna, si uma animosa mulher, posta á janela de uma casa aguardando a passagem do chefe, não derramasse sobre este uma caldeira d’agua fervente, que o fez retroceder, e desanimar sua gente, declarando se a victoria pelos habitantes com a perda de 8 dos contrários, que forão mortos, e 44 feridos. Chamava-se esta mulher de **Maria Urtiz** (VASCONCELOS,1858, p.22).

De acordo com França (2016), os autores contemporâneos a Vasconcelos (1858) não citaram o nome da moça e nem seus feitos. Os jornais capixabas, como o Correio da Victória, A Regeneração, Argos Cachoeirano, A Liga, Amigo do Povo, O Estandarte, O Itabira, O tempo e Sentinela do Sul, publicados no período de 1840 a 1870, não apresentam o nome de Maria Ortiz, que nesse contexto só aparece uma vez, em 1859, em uma cartilha elaborada pelo próprio Vasconcelos, denominada Cathecismo Histórico e Político, que seria utilizado nas escolas das primeiras letras na província. O único desse período que apresenta menções foi O jornal da Victoria publicado em 1869. Na notícia histórica, o jornal é bem detalhista aos fatos da batalha e a cita da seguinte forma:

Fazem hoje 228 anos que uma esquadra hollandez de onze vellas, ás ordens de Kain e do Conselheiro político Neuland, segundo alguns historiadores, e segundo outros comanda por João Delchi [...] O combate foi rendido e por 4 horas a victoria esteve indecisa, porque os holandezes poderam penetrar no interior da vila; mas afinal declarou-se pelos portuguezes; tornando-se dignos de especial menção e louvor Antonio Couto e Almeida, natural do paiz, bem como uma mulher (e não lhe consignaram o nome) que de um sótão [da casa que hoje pertence ao vigário Miencellao Wanzelle] lanço sobre o comandante da tropa hollandeza um taxo de agua a ferver⁵ (Jornal da Victória, p.3)

⁴ Jornal Correio da Manhã, Ano VIII, Sábado 12 de janeiro de 1856, nº 3 Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/218235/per218235_1856_00003.pdf

⁵ Jornal da Victoria, Ano V, Terça-feira 27 de outubro de 1868, nº 459 Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=218260&Pesq=228&pagfis=1058>

É possível perceber que seu nome não é conhecido e surge a partir da obra de Vasconcelos (1858). Em 1879, o historiador Daemon (1879) já traz a história e o nome Maria Ortiz. De acordo com Daemon (1879, p.164), o feito heroico de Maria Ortiz acontece da seguinte forma:

No dia 14 experimentaram ainda os holandeses um novo combate e, enquanto este se dava, um contingente de tropa, comandado por um oficial, subia pela então ladeira do Pelourinho, hoje ladeira Municipal, onde se achavam alguns combatentes da vila com uma pequena peça, mas vendo que o número de holandeses era numeroso, abandonaram o posto: é então que uma mulher heroína, de nome Maria Ortiz, e que morava em uma casa na quina da mesma ladeira com a rua da Matriz, casa essa hoje pertencente ao Sr. capitão João Martins de Azambuja Meireles, estando à janela, esperando a passagem dos holandeses, e chegados que foram embaixo da janela onde ela se achava, derrama sobre eles **um tacho de água a ferver**, queimando-os horivelmente, o que os fez retroceder e desanimar; feito isto, Maria Ortiz, **animando os soldados**, fá-los disparar a peça que se achava acima de sua casa, e que já lemos ter sido ela própria, Maria Ortiz, que lhe **pusera fogo com um tição**, então caindo os combatentes novamente reunidos sobre os holandeses, que eram em maior número, fá-los debandar com perda de 30 homens e mais de 44 feridos, recolhendo-se aos lanchões, mas deixando ainda alguns que foram tomados, declarando-se assim a vitória a favor dos moradores da capitania (grifo do autor)

O autor, ao destacar a personagem Maria Ortiz nos seus escritos, não coloca nenhuma citação as fontes sobre a personagem, mas na nota de rodapé aparece as fontes existentes sobre o evento já apresentadas no texto. Daemon apresenta a personagem com o papel ativo na narrativa histórica quando diz: “derrama sobre eles **um tacho de água a ferver**, queimando-os horivelmente, o que os fez retroceder e desanimar; feito isto, Maria Ortiz, **animando os soldados**.” O seu texto difere dos outros historiadores e relatos anteriores, tornando a Maria Ortiz dona de sua própria narrativa bem diferente do que é apresentado por Britto Freie em seu relato, sendo Maria Ortiz, uma mulher sem nome e não individualizada.

A antiga casa que pertenceu a Maria Ortiz ficava na ladeira do Pelourinho, teve o pedido de alteração para o nome da heroína em treze de novembro de 1883, pelo então vereador Passos Costa Junior. Porém, só em oito de julho de 1889 a ladeira passa a se chamar Ladeira Maria Ortiz. Com a proposta de higienização da cidade, os antigos casarios de estilo colonial foram destruídos, inclusive a casa que pertencia a Maria Ortiz. No governo de Florentino Avidos, em 1924, a ladeira se transformou na Escadaria Maria Ortiz em seu formato e arquitetura que se encontra até os dias atuais (ELTON, 1986, p.57-59).

Devido à falta de fontes históricas que comprovassem a existência de Maria Ortiz, no início de século XX os intelectuais capixabas começaram a contestar o nome Maria Ortiz e o episódio da participação feminina em 1625 expressa através das produções dos historiadores. Em 1912, Affonso Cláudio em sua obra “História da Literatura Espírito-santense” cita a passagem de Vasconcelos (1858) que apresentamos aqui e diz que:

Convêm no emtato assegurar, que este facto assignado pelos narradores nomeados, nunca teve a sancção do consensus histórico, e admira por outro lado, que uma acção valorosa de tal ordem suposto tivesse realidade, não inspirasse cantos e contos ás turbas que a testemunharam e ás gerações alcançadas pela tradição vulgar. Apenas, como um preito posthumo á memoria da benemérita espirito-santense, a municipalidade da Victoria, no fim do passado século, ligou ao sitio em que occorreo o successo de 1625, o nome da intrépida conterrânea. Rndilhado ou não de maravilhoso, o empolgante episodio de Maria Urtiz, não teve no sentimento comum do povo de então ao contrario do da lendária padeira de Aljubarrota, nem simples glorificação da trova anonyma, o que induz a crêr que o lance secular chegou ecaggerdado aos nossos dias ou que não teve alcance lobrigado pelos panegyristas contemporâneos(CLAUDIO, 2007, p.32).

Como pode ser observado no trecho, o autor é cético quanto a existência da heroína, justamente porque ela não está presente na cultura popular. O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo discordar de Afonso Cláudio e desde o surgimento no dia doze de junho de 1916, tenta incentivar o levantamento de fontes e informações sobre a Maria Ortiz. Esse estímulo acontece porque, de acordo com Santos (2007), a mudança para o regime republicano inaugurou amplos espaços regionais no território brasileiro, que antes eram impedidos por conta da centralidade imperial. Isso vai fazer surgir os projetos de sociedades regionais próprios, com diferenças entre eles, o que acaba por fortalecer os elementos de identidades na esfera social, econômica, política e até cultural. O autor ainda coloca que o desenvolvimento no estado do Espírito Santo ocorreu principalmente na segunda metade do século XIX e ficou centralizado na capital e nas regiões.

Na sua primeira edição de sua revista do (IHGES), se encontra o discurso de inauguração pronunciado por BARRETO(1917). No texto fica claro que o objetivo da revista é cultivar as tradições, reviver os feitos patrióticos e cívicos, razão pela qual a história de dois heróis capixabas, Domingos Martins e Maria Ortiz, revela o desejo da revista de incentivar um levantamento sobre a história dos dois e sobre a história do próprio Espírito Santo, com o objetivo de criar uma identidade nacional e representantes dos valores da Primeira república. A

pretensão do (IHGES) era formar através de Domingos Martins e Maria Ortiz criar a representação de herói capixaba da mesma maneira que foi feita com Tiradentes no cenário nacional.

Na revista nº 5, publicada do ano de 1926, na seção solene do mesmo ano, o primeiro trecho que o nome de Ortiz é citado diz “Não temos absoluta certeza de quem foi o primeiro cristão evangélico que pisou no sólo de Domingos Martins e de Maria Ortiz com intuitos de propaganda religiosa”, se confirma que há uma construção identitária regional, a partir da figura dos dois personagens como heróis capixabas. O segundo momento que seu nome aparece é na fala do comendador Candido Costa sugere a construção de um monumento para a heroína. Apesar de tal proposta nunca ter sido posto em prática, é importante destacar tal iniciativa, pois retrata a importância que a revista vai dar a essa personagem, e o desejo de concretizar uma memória cívica capixaba. (FRAGA,1926)

Na revista nº 7, publicada no ano de 1934, PIMENTEL (1934) faz algumas propostas para o presidente e o IHGES, mostrando as funções que a revista tinha no século XX e a importância do meio de divulgação científica que a ela estava associada. As propostas que surgem a partir do desejo de produzir uma identidade para o estado que Elpidio Pimentel traz, são: reuniões quinzenais convidando as escolas; reiniciar a publicação da revista do IHGES, trazendo as informações inéditas sobre a história do Espírito Santo; promover palestras que se tratem sobre temas dos municípios do estado; Intensificar o intercambio literário com outros estados, institutos históricos e academias de letras e imprensa; a produção de cópias e publicações sobre as plantas de Vitória; promover em outros estados propagandas sobre o estado do Espírito Santo com finalidade desfazer as injustiças e descasos; discutir temas que considera pertinente, entre esses temas aparece o nome de José de Anchieta, Vasco Fernandes Coutinho, Arariboia e Maria Ortiz.

Em 1929 Dr. Marcilio Teixeira Lacerda(1929) fez um discurso para o Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia, que aconteceu no estado do Espírito Santo, promovido pela parceria entre o IHGB e o IHGES, falando sobre os personagens Maria Ortiz e Domingos José Martins. Lacerda apresentou ainda um trabalho minucioso no Primeiro Congresso de História Nacional, promovido

pelo IHGB no qual pretendia abordar os dois personagens, mas por falta de informações nos arquivos e bibliotecas, frisou Domingos Martins.

No discurso ao Congresso Brasileiro de Geographia, ao se referir à Maria Ortiz, LACERDA(1929) diz que não encontrou nada de novo, que as narrativas de Braz da Costa Rubim, Carvalho Daemon, José Marcellino, Misael Penna e outros historiadores, já haviam apresentado. O autor utiliza em sua alocução os dizeres de Francisco de Britto Freire, Frei Giovanni Giosep di S. Teresa e Alfonse Beauchamp, destacando que suas narrativas são bem parecidas umas com as outras, e, por isso, não dizem a verdade sobre o acontecimento histórico. Lacerda ainda apresenta no discurso sua discordância sobre o local do nascimento de Maria Ortiz, mas que isso era algo indiferente dizer que o nascimento foi na metrópole ou na colônia, sendo os dois do ponto de vista estrangeira portugueses. Lacerda ainda reforça a ideia da criação de uma placa já que o progresso destruiu a antiga casa que a heroína habitava

Em 1935 foi publicado a revista nº 10 do IHGES, no ano em que foi comemorado o IV centenário da colonização do Espírito Santo. Portanto, a revista veio repleta de discursos. O nome de Maria Ortiz e outros nomes aparecem constantemente nesses discursos como símbolo de heroísmo, civismo e patriotismo. A heroína ainda seria citada nas revistas de nº 11 e 12, nos respectivos anos de 1938 e 39, mas apenas repetindo o que já havia sido publicado sobre sua história.

Em 1941, Freire(1934) publicou, na revista nº14 do IHGES, um artigo intitulado Subsídios para a História Seiscentista do Espírito Santo. Além desse artigo, outros artigos foram divulgados na revista Vida Capichaba e estimular a publicação de seu livro “A Capitania do Espírito Santo”, ele apresenta a discussão sobre a existência de Maria Ortiz de forma imparcial e crítica, não afirmando a veracidade da sua existência e nem a descartando a possibilidade da sua não existência, apresenta pela primeira vez as críticas feitas por Affonso Cláudio já apresentadas nesse texto.

Em 1951 o José Teixeira de Oliveira publicou a primeira edição do seu livro intitulado História do Estado do Espírito Santo. Esse trabalho de Oliveira tinha o objetivo de produzir uma história com maior embasamento científico, primando pelas metodologias e fontes históricas, visto que as publicações que pretendiam a uma história geral do Espírito Santo datavam do século XIX e

possuíam poucas referências nos seus textos. Sobre a heroína, Oliveira (2008, p.135) destaca o seguinte trecho:

Essa tentativa de intrusos deu origem a uma tradição de exaltação da bravura da mulher capixaba, orgulhosamente reverenciada até hoje. Conta-se que, no fragor dos combates de rua, em Vitória, uma senhora de nome Maria Ortiz decidiu a batalha, lançando água fervente sobre o próprio Pieter Heyn. Verdade ou mito, o nome de Maria Ortiz transformou-se em legenda de merecido preito àquelas matronas que, na paz e na guerra, colaboraram na edificação deste pedaço de Brasil

O autor ainda completa seu parecer ao falar um pouco sobre Luiza Grimaldi e comparar ela a Maria Ortiz, diz que: “[...] Maria Ortiz, é muito mais um mito do que um real agente da história de Vitória.” O pesquisador a coloca em um lugar de mito, por não existir muitas fontes concretas sobre ela e sobre os seus feitos.

Maria Stella e Nara Saletto, apesar de serem de épocas diferentes e terem publicações diferentes, a narrativa das duas se assemelha muito e se diferencia da escrita dos outros autores, pois não vão tratar a Maria Ortiz como um mito. Enfatizam a participação popular liderada pela heroína, que incitou aos cidadãos comuns que por ali moravam e não apenas os soldados, a se juntarem a ela atearam coisas de suas sacadas (SALETTTO, 1998, p.76) (NOVAES, 1968, p.61).

Nara Saletto vai além, e se utiliza da literatura, busca nos dizeres de Lázzaro (1995), no seu livro “A Face múltipla e vária”, em que afirma que o objetivo de preencher do seu livro é preencher a lacuna da história regional e da presença das mulheres na cultura capixaba, portanto Lázzaro em uma linguagem muito mais literária do que histórica coloca a Ortiz em um papel de liderança no combate contra os holandeses, Saletto sed utiliza dos dizeres do autor para provar a sua liderança e a organização popular:

Não é difícil, ainda hoje, imaginarmos o sentido e o frescor dessa mobilização popular, feita principalmente por uma jovem do povo. Não é difícil imaginarmos as frases ditas, ou sopradas, aqui e ali, que a tudo contagiavam, estimulando o espírito de luta de cidadãos comuns. Se apurarmos os sentidos, ainda ouviremos as frases entrecortadas, ecoando nas ruas estreitas e nos casarios geminados da antiga Vila de Vitória, nas alcovas, pátios e tabernas, envolvendo homens, mulheres e crianças, despertando- os da lentidão dos dias e dos anos, reativando-lhes o sentido de existência, diante da ameaça do jugo inimigo (Lázzaro, 1995, p. 30).

Outras fontes e Historiadores que elencamos destacam que as mulheres e crianças foram retiradas da vila de Vitória discordando com a informação que as duas autoras apresentam em seus textos. As autoras deixam em aberto o material que é jogado contra inimigos “armada de água fervente, pedras, paus,

brasas, barricas de dejetos... Tudo isso desabou sobre os soldados” (NOVAES, 1968, p.61) (SALETO, 1998, p.76).

Essas informações, acerca da participação popular liderada pela Ortiz e a diversidade do material jogado pela janela, é citado pela primeira vez por Eurípedes Queirós do Valle: “Maria Ortiz sente de perto o perigo [...] convoca a vizinhança e combina a moção. Deveriam pelo menos dificultar a passagem dos invasores [...]. Tudo seria utilizado para o fim.” (VALLE, 2011, p.45). Maria Stella de Novaes é contemporânea ao autor, e foi influenciada pelos seus escritos, mas não o cita diretamente em seus textos, como fez Nara Saletto.

As duas autoras utilizam formas diferentes para comprovar a existência de Ortiz: Maria Stella de Novaes cita no seu texto que “um macróbio -jiriquiteiro, que existia, no largo da cadeia, 1774, foi testemunha do heroísmo de Maria Ortiz”. Já uma das únicas fontes, utilizada por Saletto (1998) para atestar sua existência foi o trecho do relatório enviado em 1625, pelo donatário Francisco de Aguiar Coutinho ao governador-geral Diogo Luiz de Oliveira exaltando, segundo o qual “a ação exemplar e destemida da brava moça”, publicado por Valle (1971, P.163):

(...) Na repulsa dos invasores audaciosos é de justiça destacar a atitude de uma jovem moça que astuciosamente retardou o acesso dos invasores à parte alta da Vila, por êles visada, permitindo assim, que organizássemos com os homens e elementos de que dispúnhamos, a defesa da sede. Essa jovem se tornou para nós um exemplo vivo de decisão, coragem e amor à terra. A ela devemos esse valioso serviço, sem o qual a nossa tarefa seria muito mais difícil e penosa. O seu entusiasmo decidido fez vibrar o dos próprios soldados, paisanos e populares na defesa e perseguição do invasor audaz e traiçoeiro.

Sobre essa fonte, foi citada pela primeira vez em 1947, publicada por Eurípedes Queirós do Valle, na revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo. O artigo se intitula “Maria Ortiz não é uma Lenda” e foi republicado pela revista nº 65, ano de 2011. Eurípedes foi o primeiro a mencionar o documento e citar o fragmento, que, segundo ele, teve acesso no acervo dos documentos históricos reunidos pelo Barão de Guandu, João Bernardes de Souza. O documento foi dado a Reynaldo do Souto Machado, prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, e entregue ao Arquivo Público do Rio de Janeiro, onde o autor alega tê-lo encontrado. Contudo, ninguém mais teve acesso ao documento, o qual apresenta ainda um erro historiográfico, afinal o governador Diogo Luiz de Oliveira só assume o governo geral em 1943.

Valle é o primeiro a apresentar dados bibliográficos da Maria Ortiz, como o nome dos pais “Maria Ortiz era filha de hespanhoes Juan Ortiz y Ortiz e de Carolina Davíco (ou Dárico) que aqui chegaram em princípios de 1601. Maria nasceu nesta Capital, dois anos depois [...] em 20 de fevereiro de 1603” (Valle, 2011, p. 43). Portanto, de acordo com esses dados, Ortiz teria 22 anos quando aconteceu a invasão. Essas informações, segundo o autor, foram retiradas do Arquivo de Imigração. Assim sendo, a bibliografia e a fonte que comprova a existência de Maria Ortiz, que são apresentados por muitos historiadores, provêm do mesmo autor e nunca foram vistas por outra pessoa.

A falta de informação sobre a sua história, criaram outros mitos sobre sua índole, a colocando no papel de cafetina e prostituta. O evento que gerou a disseminação dessa versão da história foi a representação da personagem em 2006, pela escola de samba Caprichosos de Pilares no carnaval do Rio de Janeiro. A escola apresentou o enredo “Na folia com o Espírito Santo, o Espírito Santo Caprichou”, as prostitutas desfilavam pela ONG Daspu e representaram a “prostituta espanhola” em um dos carros alegóricos⁶⁷. A professora Leonor Araújo, ao responder o jornal Gazeta online, disse:

A história oficial tenta desqualificar o personagem que não é o tipo ideal, homem-branco-cristão. É importante explicar Maria Ortiz porque vemos poucas mulheres aparecendo na história do Brasil, e quando aparecem a gente acaba se deparando com esse tipo de tentativa de depreciação” (ARAUJO, 2015).

Ao analisar as narrativas da história oficial, percebemos que é voltada para o âmbito político e econômico, em que as mulheres e indígenas não se encaixavam por não serem o tipo ideal. As fontes que elencamos, em sua maioria, foram escritas por homens, brancos e cristãos. Não existe espaço para uma mulher e solteira se consagrar, sendo sua imagem marginalizada e depreciada.

⁶ Notícia publicado no dia 04/07/2015, no site do jornal A Gazeta. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2015/07/cafetina-ou-heroina-conheca-a-verdadeira-historia-de-maria-ortiz-1013901573.html>

Na historiografia capixaba, podemos perceber que existem dois períodos de construção de narrações. O século XIX, foi quando ganharam forma os arquivos, bibliotecas e demais lugares de armazenamento de dados. Por isso, a história capixaba está passando por um processo de formação, e, dessa forma, tudo ainda é muito impreciso. O século XX vai construir a ideia de uma nova nação, através do ideal republicano, carregando consigo ideias positivistas, e a história capixaba vai passar por uma revisão daquilo que foram propostos pelos primeiros historiadores, inclusive a figura de Maria Ortiz, pois ela e outros nomes vão ser elencados para a construção dos heróis capixabas, mesmo com todos os esforços do IHGES de levantar as documentações e comprovar sua existência, a Maria Ortiz é ainda uma incógnita para a historiografia, as fontes são escassas ou se perderam, e a história da personagem ora é encarada como lenda pelos historiadores, ora é vista como real e já comprovada.

Quanto a D. Luiza Grimaldi, ora Grinaldi e ora Grinalda, o seu nome é uma dúvida, pois, segundo Oliveira (2008), a historiografia apresenta dessas diversas formas. Natural de Portugal, filha de Pedro Álvares Coreia e D. Catarina Grinalda, foi casada com Vasco Fernandes Coutinho Filho, segundo donatário da capitania do Espírito Santo. Ele governou a capitania de 1573, ano de sua posse, até sua morte, em 1589. Conforme Oliveira (2008), o relato dos jesuítas, viajantes e os dados populacionais e de produção, dizem que o seu governo retirou a região do marasmo e da decadência e deu um novo destaque para a região. Um documento que comprova a existência de D. Luiza é a carta testamento do Vasco Fernandes Coutinho filho, que diz sobre a sucessão:

se eu fallecer sem haver filho de Dona Luiza minha mulher deixo por sucesor da dita Capitania a hum filho de Ambrosio de Aguiar Coutinho meu primo que não seja o morgado, mas o segundo e fallescendo o segundo o após elle de modo que venha a hum seu filho não sendo morgado, mas vindo a fallescer todos e que fique são hum que herde seu morgado em tal caso este que o herdar herde e succeda na dita capitania... (LEAL 1979, p.27-37).

O documento estabelece que os bens do Vasco ficassem para o parente mais próximo, no caso o filho. Se não tivesse com Luiza, passaria para os parentes de seu pai. Estabeleceu ainda que a metade dos bens do capitão, após o pagamento de suas dívidas, ficasse para D. Luiza, e a outra metade para a sua sobrinha, Anna. Estabelece, também, que o herdeiro deveria pagar a essas duas

mulheres o valor de dez mil reis e quitar suas dívidas com os seus credores, que o capitão enumera no documento.

A sucessão da capitania passou durante esse período por uma intensa briga judicial, pois Vasco Fernandes Coutinho Filho havia deixado um herdeiro, porém, não legítimo, e, segundo Saletto(1998), era vedado na legislação uma mulher assumir o cargo. Mas a Coroa podia nomear um capitão-mor como governador, e era o que acontecia quando um capitão não assumia. Desta forma, durante os anos de 1590 a 1593, a D. Luiza atuou como capitã geral, tendo como capitão-mor Miguel de Azeredo. Durante seu governo Miguel ainda assumiu a capitania de 1593-1605 até o Francisco Aguiar Coutinho assumir.

O governo de D. Luiza aconteceu durante as primeiras décadas da união ibérica, que teve início em 1580, conforme já mencionado no texto. De acordo com Bosi (1992), durante esse período a cidade de Vitória, vivia tensões políticas entre dois grupos: os espanhóis e o portugueses. Essa questão de sucessão foi uma questão central dessas disputas, e o autor destaca que o grupo espanhol queria a devolução da capitania à coroa e o grupo português defendeu a manutenção da administração nas mãos dos herdeiros do antigo capitão. O autor ainda afirma que D. Luiza esteve durante todo seu governo dividida. A sua administração sempre foi ameaçada, entre a autoridade de Castela e os herdeiros de seu marido.

O grupo português contou com um apoio de maneira muito discreta dos jesuítas e do Padre José de Anchieta, Bosi (1992) analisa o texto literário de Anchieta, intitulado O Auto na Vila de Vitória. O Auto é uma produção alegórica com a finalidade de catequizar os indígenas e os colonos. Nele, as vozes que aparecem são de entes políticos, morais, religiosos. É a Vila, é o Governo, é a Ingratidão, é o Temor, é o Amor de Deus e por fim os anjos do mal, Lúcifer e Satanás contra as milícias celestes de São Mauricio e Arcanjo Miguel. Bosi entende o auto como uma alegoria se fixando no abstrato aquilo que está sendo experienciado pelo autor, portanto um documento histórico, as falas têm teor moralizante e escondem ao mesmo tempo a tensões vividas no lugar de onde o autor escreve.

O Padre José de Anchieta não deixou apenas o auto como documento histórico, mas também em suas cartas Anchieta (1988), escreve a Miguel Azeredo, no ano de 1592. O padre estava na Bahia para participar de uma

congregação provincial, além de tratar sobre diversas questões acerca a capitania. Anchieta informa na carta que obteve do Francisco de Souza, governador-geral de 1590 a 1602 duas ordens. A primeira se trata da determinação da realização das “entradas” para o sertão, se torna obrigatório comunicar antes o capitão-mor, a fim de evitar as invasões dos ingleses. A segunda provisão é sobre a questão da sucessão entre D. Luiza e Francisco de Aguiar Coutinho (SALETTTO, 1998).

Em 1593, não tendo D. Luiza Grimaldi e Vasco Fernandes Coutinho deixado herdeiros, o direito de senhorio da capitania do Espírito Santo passa para Francisco de Aguiar Coutinho, sendo ele o parente mais próximo. D. Luiza se retira para Portugal, termina seus dias no convento do Paraíso de Évora, Miguel Azeredo continua no cargo até o donatário chegar na Capitania do Espírito Santo (DAEMON, 1879).

D. Luiza difere de Maria Ortiz, pois é um personagem histórico reconhecido pela historiografia, com sua existência comprovada pelas fontes históricas, ela ainda aparece no testamento de Vasco Fernandes Coutinho, nas cartas de José de Anchieta e nas documentações de doações do terreno do convento de São Francisco e o Convento da Penha que ocorreram durante o seu governo, mas que não foram citados no texto.

5. ESTUDO LITERÁRIO

Utilizamos três artigos de duas revistas literárias que são a Revista Eletrônica de estudos literários (REEL) e a Revista de Núcleo de Estudos e Pesquisas da Literatura do Espírito Santo (FERNÃO), são duas revistas distintas produzidas pelo curso de Letras, uma análise feita pelo Prof. Aurélio Ribeiro no próprio livro Panelinha de Breu, destacamos os pontos mais importantes dessas análises sobre a Panelinha de Breu da Bernadette Lyra. A Capitoa não possui trabalhos de análise literária, todas as informações sobre o livro encontramos em entrevistas da própria autora e estão elencadas no capítulo sobre sua biografia, através da leitura das análises da Panelinha notamos algumas semelhanças entre os dois textos e pontuamos no final da análise do livro em si.

A Capitoa foi publicado em 2014, o gênero textual é o romance, possui 158 páginas, foi publicado pela Casa da palavra no Rio de Janeiro, a capa é um projeto da Zellig, e a imagem é dividida em duas imagens a de cima de um busto de uma mulher, vestindo roupas características do período colonial, nas cores verde, amarelo, vermelho e branco, a imagem de baixo é a cena de um índio em uma canoa ancorando a mesma em uma praia, na canoa tem 4 pessoas, uma sentada com a cabeça baixa, as outras três em pé com armas nos ombros, a praia que eles desembarcam parece deserta, cheia de plantas, cactos e espinhos, a imagem está toda granulada e esverdeada. O título e o nome da autora estão ao centro da capa em verde e vermelho.

A sinopse do livro apresenta que em momentos temporais diversos e por motivos diversos, três mulheres – Ana, Luiza e Antônia – deixaram o lugar que viviam em Portugal para atravessar o mar e habitar nessa nova sesmaria selvagem, nesse lugar a vida dessas mulheres se cruzam, pois a Ana é a mãe do Vasco Fernandes Coutinho Filho, a Luiza é a esposa dele e a Antônia é a amante, no livro essas mulheres cruzam suas histórias em meios a outros personagens como índios, fidalgos, degredados, bastardos, piratas, frades, noviços, criadas. A ligação entre elas é o capitão donatário, com a morte dele, as relações entre elas vão gerar a trama que compõe o livro, apresentando os interesses e usos, sonhos místicos, ressentimentos mesquinhos, tormentos cruéis, delírios desvairados, desencontros amorosos, pequenas vinganças que

envolvem a mulher que vai assumir por quatro anos a posse da capitania do Espírito Santo e que se denominará de Captioa.

O título do livro está relacionado a esse cargo de Luiza assume durante quatro anos, é uma palavra que está caindo em desuso, em esquecimento, pois os falantes da língua português preferem o termo capitã, a palavra capitoa esteve associada a ideia de mulher do capitão também e não necessariamente, liderança por si só.

A autora brinca com essa palavra por não ser algo de conhecimento de todos os falantes de língua portuguesa e até gerar desconfiança sobre a sua existência, como a própria vida dessa personagem que a autora trabalha, pouco se fala sobre a única mulher que governou o estado do Espírito Santo nos seus 487 anos.

No prefácio do livro a autora lança uma frase de Dame Perenelle Flamel, é esposa do Nicholás Flamel, ele foi escrivão, copista e vendedor de livros de sucesso na França no século XVII por seus supostos trabalhos de criação da pedra filosofal, ele é considerado o pai da Alquimia e por consequência precursor da química moderna. A frase é retirada do livro da fadiga e do sono e diz o seguinte “Só a memória engendra a permanência nos sonhos”, tanto a frase como o livro não foram encontrados e são parte intrínseca do espírito de imaginação e da fantasia que levou a autora criar o livro A Capitoa, Dame Perenelle viveu em um tempo que só homens podiam exercer a alquimia. Dame Perenelle Flamel como Luiza Grimaldi possui uma dúvida sobre a grafia de seu nome e Luzia de seu sobrenome, as duas personagens possuem poucas informações sobre seu nascimento, vida ou morte. A vida das duas está associado a riqueza e poder dos seus maridos, são duas mulheres que não tiveram herdeiros.

O livro é dividido em seis partes em prólogo; três mulheres que vieram do outro lado do mar; A sesmaria e a gente que vivia lá; três parênteses; Anos de boa e má fortuna e epílogo. A primeira parte conta a história de uma condessa, o amor e dois anéis, a segunda parte descreve sobre a vida das três mulheres, a terceira parte são histórias soltas de pessoas diversas que viviam na sesmaria; a quarta fala sobre a vida e morte de Vasco Coutinho filho e como isso mudou a vida dessas três mulheres, a quinta fala sobre o governo de Luiza Grimaldi e a

sucessão para o filho bastardo de seu marido e o epílogo diz sobre a partida da Luiza e o reencontro de duas mulheres que se amam.

O livro *Panelinha de Breu* foi publicado em 1992, possui 93 páginas foi publicado em Vitória pelo Instituto de Ensino Superior Prof. Nelson Abel de Almeida e editorado pela Estação Liberdade. A sua capa é de Lúcio Kume amarela, leva da autora na parte superior, uma imagem com diversos rostos e cores, possui algumas estrelas caindo da parte superior para o meio da imagem.

No seu prefácio vem escrito “De brincadeira: Pocou, fedeu”, é uma referência ao título da obra que diz sobre uma brincadeira infantil capixaba no qual dizia *Panelinha do abreu/ foi pro mar/ pocou/ fedeu*. Esse título faz referência a panela de breu que a Maria Ortiz jogou pelos invasores quando tentaram subir os caminhos da vila que levavam para cidade alta.

A sinopse que o livro apresenta algumas perguntas como:

O que faz um misterioso navio holandês do século XVII na sala de um astrônomo cego do século XX? O que a asa quebrada de um passário tem a ver com o colar sensual de uma dama? De que forma um travesti veste a pele de uma heroína? Como um pesquisador erudito investe em gatos de pedra, heroísmo, erotismo e pudins?

Esse texto já diz muito sobre o que o livro se propõe, essas questões trazem um pouco do formato que a autora apresenta o livro, o gênero textual do livro é o romance, contudo para Malard (2019) é curioso nomear essa produção da autora de romance, pois a obra foge ao molde narrativo que é tradicional a esse modelo literário, ela descreve o livro como fragmentos da história oficial e ficcional que são unidos por momentos da vida-privada dos personagens, são eles a Elissa, Alice, Haroldo, o tio cego e etc.

A Elissa e Alice são irmãs, possuem como única família o seu velho tio cego que criou as duas. As duas personagens estão envoltas em uma trama com seus relacionamentos, Elissa namora Haroldo, Alice é casada com Leo. Alice se apaixona pelo namorado da irmã e se vê em uma gravidez indesejada dele, decidindo abortar. Alice é uma bailarina profissional e sofre de epilepsia, conhece Haroldo no lançamento de um livro de receitas da heroína Maria Ortiz, o livro foi lançado como parte das solenidades de comemoração dos 377 anos do ato de Maria Ortiz, além do livro existe uma peça em produção no qual Haroldo está envolvido, para retratar a história de Maria Ortiz.

A peça é uma forma de rerepresentar ao público os feitos da Maria Ortiz, nessa narrativa da história aparecem outros personagens como M que é o diretor

da peça, Doc, o cenógrafo; Haroldo que é namorado de Elissa e interpreta o corsário holandês, Dame Kiri que é uma transexual que faz o papel da heroína.

Essa história tem vários narradores, mas a que mais aparece conduzindo a ligação entre as histórias é uma feira chamada Arcângela que compartilha a história com suas irmãs, a irmã mais velha é chamada de Maria Celeste, A irmã Arcângela é sobrinha do mestre, comandante do navio holandês, portanto ela narra uma história, mas paralelamente vive essa história também. Para o Prof. Aurélio Ribeiro o narrador também se torna ouvinte. Ao final da narrativa contada pela irmã, concluído o tempo cíclico, é ele que ouve o M, o diretor, a mesma história que acabou de contar (LYRA, 1992, p.92).

De acordo com Motta e Amaral (2019), a autora se utiliza de uma narração fragmentada, são narrativas que estão interligadas gerando um entendimento em que a autora se apoiou no conceito de *mise en abyme*, mesclando o passado, presente e futuro, o tempo histórico e o tempo ficcional. A leitura dos textos não é confortável, pois a autora rompe com a ideia enredo linear, entrecruza o texto por diversos narradores, interliga eles através de diversos fios narrativos (MALARD, 2019, p.139).

A autora, tanto em *Capitão* como em *Panelinha de Breu*, se utiliza das mesmas características apresentadas, uma escrita fragmentada, com o ponto de vista ora heterodiegético ora homodiegético. A sua obra é polissêmica e polifônica, se utiliza das figuras de linguagem como a metáfora e a sinestesia para tornar seu texto imagético e poético. Bernadette Lyra escreve uma história que conta, como narradores, com a dama, o gato, o comandante, a Ana, a Luzia, a Antônia, todas essas vozes apresentam seu ponto de vista, sem que nenhum deles predomine um sobre o outro, nem mesmo o narrador principal que nesse caso é o que conta boa parte da história (TORINHO, p.4).

Nesse romance existe uma discussão sobre a veracidade da história de Maria Ortiz, em um diálogo entre o diretor e o coreógrafo, o diretor começa apresentando alguns depoimentos que segundo o diretor dão veracidade a história.

Alguns depoimentos dão veracidade a essa história disse M._ aqui estão:

“Traslado de verbo ad verbum da Breve, autêntica e verdadeira relação do Encontro que os moradores desta ilha tiveram com os corsários belgas e de como foram salvos pela ação de uma valerosa donzela de nome Maria Urtiz.

Numa manhã fermosa a ponto de sol espairar seus doirados raios sobre as águas, viram os moradores aparecerem as velas de um poderos navio que apresentava com bandeiras içadas a ponto de combate..”

Tudo bem, cortou o Doc. Me comove essa história de uma donzela que atira uma panelinha de breu e expulsa um batalhão de corsários. Porém, acho que devemos substituir o tacho de breu fervente por outro elemento. Ninguém mais acredita nisso hoje em dia.

Mas querem acreditar-berrou M- Mas querem acreditar. Eu sou o diretor desta peça e digo que ela preserva caros sonhos e ilusões preciosas no coração de nossa cidade.

Numa época em que doentes terminais estão aí pelas ruas, sem amigos, sem esperanças, acho até mau gosto falar de sonhos e ilusões- disse Doc.

_Ora, ora. É apenas uma peça_falou M_ apenas uma peça encomendada para as comemorações. E depois, é histórica. E a história não inclui compaixão.

_Para mim a história é ficção científica_Disse Doc. Metáforas. Metáforas são pãezinhos mágicos (LYRA, 1992, p.31 e 32).

Esse trecho foi um dos escolhidos para ser apresentado para os alunos na segunda experiência, que ocorreu no ano de 2022. Foi lançada a seguinte pergunta aos alunos: Qual a diferença entre a literatura e a história? A história da Maria Ortiz e Luiza Grimaldi é real ou ficcional? A história é uma ficção científica? Em outro trecho a autora brinca com o conceito de verdade, de palavras e as memórias de Elissa “Mas que significam as palavras? Que significam, na verdade, as palavras? Que significa a palavra verdade, a palavra mentira, ou a palavra amor?” (LYRA, 1992, p. 12).

De acordo com Ribeiro (2019) panelinha de breu difere de obras como de Vasconcelos, pois a autora não se pretende conter ou ser uma verdade. Contudo ela acaba sendo, pois o autor entende que todos somos narradores e narrados em histórias geradas por panelinhas de breus, metáforas da criação artística. Outra autora que vai discutir a relação entre a verdade e a ficção é a Maria Esther Tourinho em seu estudo quando diz:

Ao encenar a história, (a História), Lyra mescla ficção e realidade, fazendo da História uma outra forma de ficção e da ficção uma outra forma de conhecimento histórico e de apreensão do mundo e, assim, questiona também os conceitos de neutralidade, impessoalidade e transparência, tão caros à História e também a alguns segmentos da Crítica Literária. A ficção é invenção da realidade, não pertence à esfera do real, mas opera em um eixo ambíguo, que se caracteriza pela oscilação entre a semelhança e a diferença. Tal representação desrealiza o mundo por meio do imaginário, o qual, além de pressupor a irrealização do que toca, reduz a nada nossas expectativas (TORINHO, 2008, p. 08).

Para entender melhor essa relação entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional dos livros da Bernadette os autores (MOTTA; AMARAL, 2019) utilizam da teoria de Paul Ricoeur (2010a; 2010b) na qual eles analisam a narrativa a partir da tríplice mimese, a primeira seria o tempo da ação; a segunda seria o do tempo construído ou figurado; o terceiro o tempo da reconfiguração. Ao aplicar essa teoria ao romance os autores entendem que a mimese I, é o conjunto de fatos, registrados e documentados costurados por uma trama compostos por compreensões prévias da realidade, ou seja, é quando a autora se utilizou da invasão dos holandeses, o ato de bravura da Maria Ortiz, a sucessão de Vasco Fernandes Coutinho filho, o governo de Luiza Grimaldi, A relação entre Ana Vaz Almeida e Vasco Fernandes Coutinho.

A segunda mimese é o tempo construído, ou figurado é quando ocorre a mediação entre o plano de fundo e os fatos individuais, de acordo com os autores a Bernadette utiliza isso quando apresenta o plano de fundo histórico e envolve seus personagens e o ficcional nos fatos individuais, no caso da Panelinha de Breu os autores (MOTTA; AMARAL, 2019) entendem que não foi feita associação alguma entre o plano de fundo e os fatos individuais, uma vez que os fatos individuais são referentes à personagens ficcionais, contudo em A Capitoa, a autora faz essa associação, pois se utiliza de personagens históricos na narrativa ficcional, justamente pela falta de informação sobre os fatos individuais da Luiza Grimaldi, Ana Vaz, Antonia Escobar, Vasco Fernandes Coutinho e outros personagens, a autora esbanja ao criar as histórias ficcionais para esses personagens históricos.

A terceira mimese é a reconfiguração, é a relação do leitor com a narrativa produzida, todas as ferramentas como figura de linguagem, tempo, organização textual, a relação entre história e ficção, todos esses artifícios utilizados pela autora serão interpretados nesse momento.

No estudo feito por Ingrid Lourenço Motta e Sérgio Fonseca Amaral eles apresentam cinco trechos do livro de Bernadette que comprovem a narrativa histórico-ficcional da Panelinha de Breu, esses trechos foram utilizados com os alunos junto com alguns trechos da Capitoa, escolhemos apresentar dois de cada livro para entendermos essa relação que a autora se utiliza.

Na juventude, o Velho foi capitão de navio. Foi alcaide-mor de Ormuz. Foi participante na campanha da Índia. Mas nada disso se comparava a seus feitos na conquista do porto de Málaca.

Em Maláca, durante uma batalha, espantou os companheiros de tropa ao montar um elefante alimentando com vinho, incenso e pimentas.

O elefante manejava uma espada com a tromba e hurlava, excitado.

-Deus seja louvado! É o nosso capitão que vem lá, sobre um elefante raivoso?

-Como é hábil sobre o paquiderme!

-É o melhor guerreiro que temos! (LYRA, 2014, p17).

O velho representado no texto da autora é o Vasco Fernandes Coutinho, nessa cena ele está contando as histórias de guerra para sua amante denominada Ana, ele realmente possuiu uma segunda esposa ou amante chamada Ana Vaz foi capitão de navio, participou na campanha da Índia e lutou em Maláca, a parte ficcional é os pequenos detalhes sobre essa história na qual ele dominou um elefante com vinho, incenso e pimentas.

Luzia ia se acostumando ao título. Mas as decisões finais cabiam a Dom Miguel. Era ele quem se preocupava com a falta de pólvora e de vinho, enquanto o jesuíta e seus companheiros vigiavam e opinavam.

Os jesuítas estavam ocupados com as garantias de continuidade dos benefícios. Não pouco deles, no entanto, se incomodavam com a presença de uma mulher no governo. Apesar da devoção e da benevolência com que ela os oferecia (LYRA, 2014, p.137).

Luiza só pode governar a capitania do Espírito Santo sob a tutela de Dom Miguel, durante seu mandato fez diversas doações as ordens religiosas que existiam na ilha, construiu algumas igrejas e como vimos no capítulo anterior era mal dita por ser uma mulher em um comando, mas o enredo que liga todos esses fatos históricos é ficcional.

Como fiapos de cobre na penugem do ar, um halo sufocante dourado partido do sol avança sobre minha cabeça, se tingiu de vermelho até que, tomado por uma desoladora certeza, eu, Piet Gyszoon Heynj comandante do poderoso Hollandschen Thuyne em incursão de batalha, no meu sonho, como uma criança começo a chorar (LYRA, 1992, p. 70).

O texto fala sobre o nome do comandante e o navio que existiram mesmo, mas que todos os detalhes relacionados a narrativa são ficcionais.

A cada maré cheia, degredados e aventureiros, toda espécie de gente chegada do Reino desembarcava na ilha. Certa ocasião, em uma caravela, veio um frade espanhol de muita piedade, conquanto vestido em hábito secular, pois dizia-se o oceano infestado de corsários ingleses e belgas que arrebatando um daqueles certamente o reduziram aostas (LYRA, 1992, p. 38).

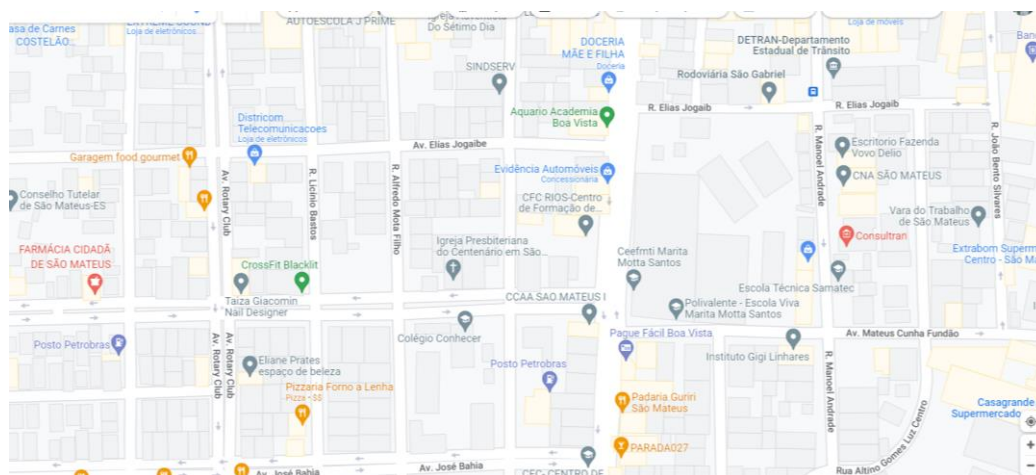
Tem uma verossimilhança com o contexto histórico da Maria Ortiz, mas esse texto é totalmente ficcional, portanto dentro da narrativa dessa autora o plano de fundo está associado a história, é uma homenagem aos períodos históricos elencados pela autora em seus dois livros, eles produzem uma

verossimilhança com o real, a Bernadette usa da história e a mesma está interrelacionada com os fatos individuais. O trabalho que realizamos não era provar o que é verdadeiro ou não, mas entender que a obra da autora não se encaixa em um modelo de romance de estilo narrativo, como também não se enquadra em um modelo de romance histórico, ela mistura ao seu bem entender a realidade com a ficção em seus pequenos fragmentos de sonhos criativos.

6. EXPERIÊNCIA DIDÁTICA

O Centro Educacional São Gotardo LTDA, popularmente conhecido como Colégio Conhecer foi inaugurado no ano de 1978, é uma rede de ensino particular, se localiza no bairro Boa Vista, no centro da cidade de São Mateus/ES. atualmente a escola tem quarenta e quatro anos, é considerada uma escola tradicional de São Mateus, pois é a mais velha dentro da modalidade que ela exerce no município. A escola foi fundada com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para os filhos da mantenedora, por conta disso nos primeiros anos a sua oferta era especificamente para a educação infantil e do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. As outras turmas foram sendo abertas, subsequentemente conforme os anos se passaram e a necessidade era pautada pela comunidade escolar.

Mapa 01: Localização do Centro Educacional São Gotardo LTDA (Colégio Conhecer)



Fonte: Google Maps, acesso julho de 2022.

O bairro que a escola se localiza é considerado de classe média, possui iluminação pública, rede de esgoto, é todo calçado e muito arborizado. As árvores em sua maioria são frutíferas, possuindo árvores de jamelão, jambo, jaca e manga. Quase todo o bairro é ocupado por residências, possuindo poucas áreas comerciais, esse são estabelecimentos como academias, farmácias, padarias, igrejas e bares. O centro da cidade está há 5 minutos da escola, existem outros colégios públicos próximos a escola, são eles Ceefmti Marita Motta Santos e a Escola Viva Marita Motta Santos.

A escola recebe muitos alunos de outros municípios, atende os municípios de Conceição da Barra, Jaguaré e Pedro Canário que não possuem colégios particulares. O segmento escolar atendido hoje é a educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio. Para comportar esse público a escola possui 17 salas de aula e o número aproximado de alunos são de 300 discentes matriculados no início do ano de 2022, pela manhã são 116 alunos cursando do 6º ano até o 3º ano do Ensino médio, e no vespertino são 184 alunos da creche até o 5º ano do Ensino fundamental possui atualmente 33 docentes para atender essa demanda.

Mapa 02: Colégio Conhecer



Fonte: Google Maps, acesso julho de 2022

O prédio I possui dois andares, o primeiro andar é composto por três salas de aula, secretária, sala do diretor e da mantenedora, o segundo andar é formado pela sala dos professores, da psicóloga, biblioteca e sala de arte, em baixo do prédio I tem o parquinho de areia. O prédio II tem oito salas, coordenação da manhã, laboratório de informática, cozinha, três dispensas e sala da coordenação. O prédio III é o auditório, a escola possui poço artesiano e tratamento de água próprio, há uma cantina. O prédio IV é a quadra que passou por uma reforma recentemente. O prédio V possui 6 salas de aula que atendem a educação infantil, na frente tem o parquinho. O prédio VI é o laboratório do

Física, ao lado tem um gazebo com mesa de ping e pong e mesa de totó, ao lado do gazebo tem um galinheiro com algumas galinhas. O prédio VII é o laboratório de química, ao lado dele existe uma horta. No centro da escola existe um campo de futebol de areia.

Em 1991, o colégio passou a oferecer e cooperar para a formação do ensino técnico afim de fornecer mão de obra especializada para a empresa Bahia Sul Celulose através do curso Delta curso Universitário que foi oferecido por três anos. Em 1992 O ensino médio foi implantado no colégio, três anos mais tarde a grade curricular passou a ofertar o inglês e a informática com o objetivo de ensinar outras línguas e garantir o acesso dos estudantes a apreensão de novas tecnologias. Estive na escola no lugar de aluno durante os anos de 2009 e 2010 cursando o 1º e o 2º ano do Ensino Médio.

Houve em 2017 uma mudança no ensino médio, foi homologado a última versão Base Nacional Curricular Comum (BNCC), esse documento já havia sido previsto na constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 com vigência de 10 anos, esse documento prevê vinte metas, sendo que quatro metas falam sobre a BNCC, o texto do PNE indicava que o documento da base curricular deveria ser organizado por direitos e objetivos de aprendizagem, mas as últimas versões da BNCC alterou os termos para competências e habilidades.

A BNCC tem o objetivo de assegurar uma formação básica homogênea para todo o Brasil, valorizando as diferenças regionais. No ano de 2017 foi aprovada a Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, o período de adaptação foi de 2017 a 2020, contudo por conta da pandemia a obrigatoriedade foi prorrogada para 2022.

Essa lei atuou sobre o ensino médio com um aumento o tempo mínimo do estudado de 800 horas para 1000 horas anuais e uma flexibilização no currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), permitindo a diversificação das disciplinas ofertadas para esse público, criando os itinerários formativos que são disciplinas, projetos, oficinas e núcleos de estudos das áreas de conhecimento e na formação técnica. Na escola pública esses itinerários são escolhidos pelo aluno de acordo com a área de maior aptidão, na escola particular foram oferecidos todos os itinerários dentro das áreas de conhecimento.

Voltei a escola em 2019 como professor da disciplina de História, lecionando nas turmas do 9º ano e o ensino médio. Nesse ano a escola já adotava as mudanças da Base Nacional Curricular Comum e da reforma do ensino médio. As eletivas foram criadas no contraturno com o objetivo de adaptar os alunos a reforma que estava sendo implementada, infelizmente essas disciplinas não tiveram a participação dos discentes, logo a escola deixou de aplicar no ano de 2020 e 2021. Em 2022 a reforma entrou como obrigatória ao ensino médio, as disciplinas ofertadas pela escola foram viagens intergalácticas, projeto de vida, história das histórias, energia sustentável, hackeando problemas e alimente o mundo, contemplando as todas as áreas do conhecimento.

Durante o ano de 2020 estivemos durante parte do ano em período de quarentena por conta do COVID-19, a escola não deixou de ter aulas, foi utilizado o sistema do Microsoft Teams, durante esse ano, houve uma alteração do sistema de ensino que a escola utilizava, em 2019 o material era do COC, no início do período letivo de 2020 passou a ser utilizado o material da FTD, contudo a escola só ficou com ele durante dois anos, alguns pais reclamaram sobre o material ser o mesmo que muitas escolas públicas, portanto o qualificando como ruim ou com falta de informação, o material trazia questões polêmicas que o enquadraram na opinião de alguns pais em “pautas da esquerda” por isso em 2022 houve uma nova mudança de material a ser utilizado, o colégio optou pelo sistema Geekie, as experiências foram aplicadas em 2021 e 2022, com isso o material utilizado pela escola era diferente.

Essas mudanças também são perceptíveis nos conteúdos trabalhados pelas duas experiências, no ano de 2021 com o material da FTD, trabalhamos no primeiro trimestre de antiguidade até idade média, no segundo e terceiro trimestre foi trabalhado a idade moderna e Brasil colônia até crise colonial. No material da Geekie o conteúdo elencado para o 1º ano é apenas Antiguidade, idade média e moderna. Os conteúdos sobre o Brasil são trabalhados no 2º ano do ensino médio. O professor tem a liberdade de modificar o conteúdo proposto dentro do sistema, para realizar essa experiência o conteúdo de Brasil colônia foi introduzido dentro do capítulo 11, denominado de O início da Era Moderna: o processo de centralização política na Europa e as Grandes Navegações.

Esse estudo foi aplicado em duas turmas, a primeira turma foi no ano de 2021 contemplando 16 alunos, no ano de 2022 a aplicação contemplou 13

alunos, todas as duas turmas estavam cursando o 1º ano do ensino médio, na primeira realização a atividade estava atrelada a disciplina de História, no ano de 2022 foi implementada dentro do itinerário formativo denominado História das Histórias.

A sala da primeira aplicação era no prédio II, na frente do laboratório da informática no final do corredor, a sala foi recém pintada, possui ar condicionado, data show, cadeiras são novas não possuem riscos, divididas em quatro fileiras e foram organizadas mantendo a distância de um metro cada, no chão foi colocado fitas de marcação onde deveriam estar cada objeto da sala. Existe um “mapa de sala” definindo a organização escolar, o que demonstra que a escola ainda adota medidas tradicionais, os professores tem a liberdade de mudar o formato da sala de aula, porém nesse momento pandêmico o formato permanece o mesmo o ano todo.

As turmas do ensino médio costumavam ficar no prédio I, mas por conta das regras sanitárias passaram a ocupar salas menores, pois o fundamental possui mais alunos matriculados. Os alunos tinham acabado de voltar do sistema remoto e estavam entrando no ensino médio, estavam ansiosos e animados por voltar para o sistema presencial. É um período de mudanças, pois eles são introduzidos em novas matérias e conhecem novos professores que contemplam as áreas de ciências da natureza e linguagem. Para os professores esse sentimento de mudança também estava sendo sentido, afinal as mudanças do ensino médio iriam ocorrer no ano seguinte, havia um medo de ser mandado embora por conta da redução das cargas horárias de algumas matérias e uma certa curiosidade para entender como seria aplicado o novo ensino médio.

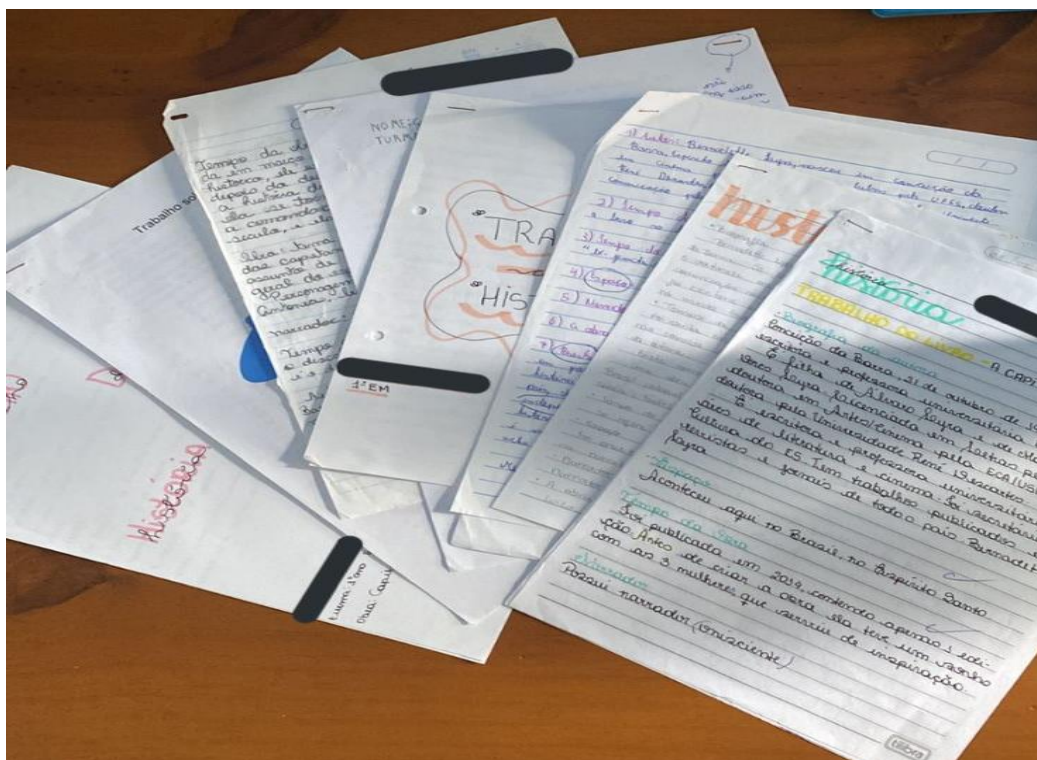
A sala na segunda aplicação é no prédio II, ao lado da coordenação, muito próximo da entrada. São três fileiras e não existe um mapa de sala, pois a turma é muito pequena. A sala possui data show, um chormebook, cadeiras novas, paredes coloridas. As regras da pandemia foram se modificando depois da aplicação das vacinas, portanto não há mais limitação de formato da sala de aula, nem a sinalização dos lugares das carteiras. O sistema Geekie não possui livros físicos, todo material está dentro da plataforma digital, portanto todos os alunos possuem um chormebook e internet. Na sala há sempre um também para o professor, todas as atividades são lançadas via a plataformas.

A primeira aplicação aconteceu no segundo trimestre de 2021, entre os dias 10 de maio a 24 de agosto, foram 27 dias letivos e os conteúdos elencados para serem trabalhados durante esse período foram o módulo 2, 3 e 4. Os temas eram Idade média, a construção da modernidade e a conquista e colonização da América. Cada aluno recebeu um livro físico da Capitoa, da escritora Bernadette Lyra, o trabalho consistiu na leitura de um livro que abordam contexto ou questões que envolvem o período do Brasil colônia.

O roteiro básico de leitura e interpretação dos textos consistiu em algumas etapas a primeira foi sobre o autor, o aluno tinha que redigir uma pequena biografia sobre a autor(a), destacando sua trajetória intelectual. A segunda era o tempo da obra, respondendo as seguintes questões: 1. quando a obra foi escrita? 2. O período de lançamento coincide com algum acontecimento histórico ou pessoal da autor(a)? 3. quantas edições da obra existem? 4. Contexto histórico e questões que o livro trás?. A terceira etapa foi o tempo do texto: qual período histórico o texto se refere? justifique com pelo menos uma citação do texto. A quarta etapa foi o espaço: o texto foi produzido em que região? a história aborda qual região geográfica? em sua leitura é possível afirmar que o local de produção do texto interfere na narrativa? A quinta o narrador: quem narra a obra? qual é o estilo de narrativa? A sexta a obra: quais são os personagens principais? qual(is) o(s) tema(s) da obra? E a sexta e ultima etapa era a construção de uma resenha onde o aluno resumiria em até 25 linhas.

A segunda parte foi uma apresentação do livro que realizamos pelo google meet, a apresentação foi individual e todos tiveram que apresentar o livro pontuando: Contexto histórico (Obra/Livro); Vida e obras (Autor); Personagens; Um pequeno resumo; Opinião de leitura; Questões que o livro apresenta sobre a matéria; Curiosidades.

Fotografia 01: Primeira Aplicação



Fonte: Acervo pessoal

Essa primeira experiência não foi satisfatória, os resultados do roteiro de leitura estavam todos muito parecidos sem nenhum aprofundamento e aprendizagem, as entrevistas com os alunos foram gravadas com o consentimento dos mesmos e termos de autorização, mas poucos alunos deram o retorno esperado com a leitura do livro. Portanto decidimos aplicar uma segunda vez, reorganizando as formas de avaliações e repartindo os trechos do livro para a melhor compreensão e análise dos dados.

As aulas iniciaram esse ano com os itinerários se tornando uma realidade, esse trabalho vai ser aplicado em um itinerário formativo de humanas denominado História das histórias, sendo contemplado por 4 capítulos. São eles: O que é ser brasileiro? As muitas origens do povo brasileiro e Personagens História: O que eles diriam?

No primeiro capítulo do itinerário trabalhamos com a temática “O que é ser Brasileiro?” tem o objetivo de debater noções e estereótipos ligados à identidade nacional brasileira, trabalhamos com as seguintes habilidades previstas na BNCC :(EMIFCHS01) Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global,

considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias. (EMIFCHS04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.

O que nos leva a definir alguém como brasileiro? Inicialmente, podemos pensar que nascer no Brasil é suficiente, mas a identidade nacional para HALL (2006) não são coisas que vem com o nosso nascimento, até porque os estados geralmente concedem cidadania aos descendentes de nativos nascidos fora de seu território – ou descendentes ainda mais distantes. As nacionalidades são coisas que são formadas e transformadas no interior da representação. Só é possível ser brasileiro se existir um conjunto de significados produzidos por essa cultura nacional. Portanto existem algumas variáveis a serem consideradas.

De acordo com Bauman (2005) “identidade” e “pertencimento” não são solidas, são negociáveis e revogáveis, pode se modificar de acordo com as decisões de cada indivíduo. Os conceitos de identidade e não estão relacionados apenas ao local de nascimento ou documentos oficiais, mas também à cultura e ao sentimento de pertencimento a um país, ou seja, expressões na sociedade que fazem com que as pessoas se sintam parte dele. No entanto, esses desempenhos podem variar de lugar para lugar.

O Hall(2006) compreende que pertencer a identidade brasileira é entender os códigos do que é ser brasileiro, para o Bauman (2005) “pertencer” e “identificar” fazem parte de escolhas do sujeito, os dois concordam que o nascimento não é algo que torna o indivíduo parte da nacionalidade, o segundo autor inclusive coloca o nascimento relacionado a identificação ao estado como algo não natural e forçado a entrar na Lebenswelt de homens e mulheres modernos. Nesse capítulo, os alunos exploraram as diferentes dimensões da identidade nacional brasileira por meio de discussão, pesquisa e análise de dados que lhe darão uma melhor compreensão do que significa ser brasileiro.

A primeira atividade que faremos foi denominada “Dominó”, foi pedido aos alunos falarem a primeira coisa que vem a mente deles quando perguntamos “O que é ser brasileiro?”. Cada estudante deverá dizer uma palavra que represente algo típico, identitário do Brasil. O resultado foi os muitos estereótipos associados a ideia de identidade brasileira como: carnaval, futebol, corrupção,

pobreza, praia, receptivo, festa, malandro, preguiçoso, alegre, cordial. Em um segundo momento os estudantes compuseram uma frase e responderam a seguinte pergunta “O que faz com que você se sinta brasileiro?” e as frases tiveram como temas a língua, cultura, culinária, festas, costumes, feriados, território, política, história.

A segunda atividade dentro desse capítulo foi visitar o museu virtual, coletivo e colaborativo, que todos podem ajudar a construir. Esse museu é denominado Museu da Pessoa, foi iniciado em 2006 e tem o objetivo de dar voz a pessoas “invisíveis” à sociedade: homens e mulheres comuns que compartilham suas histórias de vida. A classe se juntou em grupos leu e assistiu uma história diferente contada no projeto memória dos brasileiros. Os depoimentos contêm vídeos ou textos sobre diferentes pessoas.

Na sequência os alunos debateram sobre as suas respostas da primeira atividade com esses depoimentos, elencando “qual a relação das suas respostas com o depoimento?”; “De que forma suas percepções pessoais se relacionam com esses depoimentos?”; “Como a brasilidade seria definida a partir apenas do depoimento dado pelo museu da pessoa?”.

Nesse debate os alunos perceberam que as respostas dadas na primeira pergunta são estereótipos muitas vezes negativos que criamos sobre o Brasil, essa observação já havia sido elencada por um aluno quando fizemos a segunda indagação, que pediu para retirar a sua resposta da primeira questão, pois não se atentou ao fato dele também ser brasileiro e disse que “Quando incluiu o “você” na pergunta percebi que a primeira também fala de mim, mas de forma geral, por isso quero tirar, pois não me considero preguiçoso”.

Foi interessante essa experiência, pois demonstrou que o aluno não tinha um pertencimento quando a pergunta foi generalista e que só se identificou como a brasileiro através de uma inclusão externa e posterior, ao explorar o museu da pessoa os alunos perceberam que a identidade brasileira não é uma só, tentaram identificar de onde aquelas diversas pessoas pertenciam através da forma de falar, por conta do grande tamanho territorial brasileiro possuímos diversas identidades, formas de falar, comer, vestir e etc.

O objetivo é expor o grupo às diferentes realidades do nosso país, muitas das quais não costumam ser consideradas parte de nossa identidade nacional. É interessante discutir a importância dessas realidades e histórias para pensar o

desenvolvimento do Brasil, a última questão foi deixada no quadro para eles refletirem “por que temos dificuldade para conectar certas experiências características de nossa população à identidade brasileira?”

Essa pergunta foi lançada aos docentes no final da primeira aula, para responder a questão precisou introduzir a eles relação entre a construção da história nacional e a formação de uma identidade brasileira, a mesma começou a ser criada com a mudança de colônia de Portugal para uma nova nação independente pois de acordo com Bauman

Identidade nacional” foi forjada junto com o Estado moderno, como maneira de legitimar a exigência de subordinação incondicional dos seus indivíduos. A ideia de nação decorre da ideia de nascimento em determinado lugar e o estado que iria definir, classificar, segregar, separar e selecionar o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modo de vida local (2005, p.27).

A nova nação precisava legitimar a subordinação dos seus súditos afinal o Brasil era a única monarquia ao redor de outras repúblicas, necessitava criar uma “identidade nacional” para se separar culturalmente do seu passado colonial e essa identidade foi sendo construída durante o período regencial e segundo reinado, o primeiro historiador a escrever uma narrativa sobre o Brasil foi Francisco Adolfo de Varnhagen escreve inspirado nas obras europeias a “História geral do Brasil”.

A mesma foi criada da “história universal” escrita pelos europeus para legitimarem suas invasões e conquistas.[..] O objetivo é a homogeneização, que deve ser submetido por um único governo, dominado por uma única cultura, habitado por um homem, enquadrado em um padrão estético, lógico e ético. (REIS, 2017, p.7 e 8)

Dessa forma a identidade nacional brasileira foi forjada de maneira homogeneizadora pois construída e legitimada aos moldes dessa “história geral do Brasil” ou denominada de “história nacional”, o seu enfoque era na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época ou posteriormente na região sudeste, os personagens históricos eram sempre as mesmas figuras ligadas ao governo, o tempo cronológico e o ponto de vista era etnocêntrico, elitista e branco.

Contudo a cultura nacional não é única e unificada, ela é constituída por uma série de conquistas, que dominou os povos e implementou a sua cultura, costumes, línguas e tradições. A cultura nacional é formada por profundas diferenças internas, sendo “unificada” apenas através de diferentes formas de

poder cultural. Ela possui esse “mito” do nascimento de um povo em determinado lugar, mas qualquer sociedade moderna possui diversos povos, culturas e etnias dentro do seu território. (HALL, 2006)

O José Carlos Reis em seu livro *As identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro: história plural do Brasil* propõe uma outra forma de ver a história do Brasil de maneira descentralizada, ele defende que o termo “história plural do Brasil” pretende uma (re)escrita da história do Brasil diferenciando o “ponto de vista geral” de um “ponto de vista plural” compreendendo que as regiões tiveram relações diferentes com a história brasileira pois as experiências foram vividas ou repercutidas ocorreram de forma diferente. Portanto ele não compreende que na existência da apenas uma identidade, mas de diversas identidades.

Com o objetivo destacar isso aos alunos foi apresentado uma aula expositiva a releitura feita pelo José Carlos Reis das obras de José Murílio de Carvalho e Fernando Henrique Cardoso, no qual o autor apresenta a visão fluminense e paulista respectivamente sobre a história do Brasil, esses dois estados continuaram com a ação dos “descobridores”, promovendo a construção tradições, costumes e responsáveis pela interpretação da história nacional. (REIS, p.13)

Um exemplo dado aos alunos foi a independência do Brasil que ocorreu no Rio de Janeiro em 1822 e é comemorado no Brasil em 7 de setembro, e a expulsão dos portugueses que ocorreu na Bahia um ano após essa data em 2 de julho de 1823. A maior parte dos alunos não conhecia a segunda data, o que mostra o processo homogeneizador da história nacional. Trabalhamos com a construção da figura de D. Pedro I (imagens, hino, história) e o apagamento que figuras femininas como Maria Quitéria ou Joana Angélica de Jesus que lutaram e defenderam o Brasil na guerra de independência que aconteceu na cidade de Salvador.

Utilizamos os conteúdos que eles já haviam aprendido no ensino fundamental sobre Brasil colônia à primeira república para enfatizar como esse período histórico ainda tem um grande enfoque na narrativa desses dois estados e que assumem uma perspectiva econômica e política. Os personagens como os índios, mulheres e negros tiveram pouco ou nenhuma relevância na história nacional, o mesmo acontece com as histórias regionais e locais não são relevantes dentro da narrativa nacional.

No segundo capítulo do itinerário formativo trabalhamos com “As muitas identidades do povo brasileiro”, Os dois autores tanto o Hall(2006) como o Bauman (2005) refletem sobre a contemporaneidade. Suas pesquisas revelam uma dúvida sobre a identidade unificada e centralizada do estado nacional, pois para eles esse formato está ruindo, a concepção solida que existia tem assumido uma perspectiva fragmentada caracterizada pela fluidez e ao efêmero e ao presente que podem ser vividas na era líquida moderna atual.

Depois de entender que a identidade brasileira é muito diversa e que precisamos trabalhar com uma “história plural” do Brasil. Mas o que exatamente isso significa? Para que possamos compreender melhor as nossas identidades plurais, é necessário saber mais sobre como o nosso povo se formou desde a chegada dos portugueses. O Brasil é um país com uma grande comunidade estrangeira, muitas das quais são resultado de fluxos migratórios maciços ocorridos ao longo do tempo. Como os espaços ao nosso redor são moldados por pessoas, entender as origens dos brasileiros nos ajuda a entender a trama dos espaços que habitamos e como as origens culturais das pessoas que fazem parte deles são formadas.

O objetivo desse capítulo é elaborar uma pesquisa na internet a partir de uma discussão sobre como questões históricas ligadas ao desenvolvimento da nação brasileira podem afetar a população ao longo do tempo. O Brasil recebeu inúmeras ondas de imigrantes desde o seu início. Devido à história colonial do nosso país, a imigração portuguesa é a mais frequente, mas não a única. No século XVII, os holandeses ocuparam territórios no Nordeste como resultado de conflitos entre Espanha, Portugal e Holanda. A escravidão desde do século XVI trouxe grandes contingentes de negros vindos da Guiné, Angola, Congo, Benin e etc. Durante a produção do café, muitos europeus vieram ao Brasil em busca de oportunidades para o plantio de café devido à escassez de mão de obra causada pela Revolução Industrial. Nos primeiros anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, outro grupo de europeus de partes atingidas da Europa afluiu em busca de melhores condições de vida.

Todo povo que chega traz um pouco da sua cultura. No processo de troca de influências com as comunidades que já estão aqui, aos poucos uma forte mistura de culturas e etnias compõe as nossas identidades brasileiras. Com tanta diversidade, vasto território e formação estatal historicamente recente, o

Brasil se configura como um país com diversas expressões culturais, regionalizações e fortes identidades de povos imigrantes.

Utilizamos das seguintes habilidades (EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais. (EMIFCHS11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global. •(EMIFCHS03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias

Nesse capítulo propomos três atividades relacionadas a formação da população a primeira atividade é uma pesquisa no site do arquivo público, no acervo da coleção Canaã sobre os principais grupos migratórios do Espírito Santo, para isso utilizamos as informações encontradas no livro Imigrantes, do autor Cilmar Franceschetto. Os alunos foram divididos em grupos e trabalharam os seis maiores contingentes de imigrantes que vieram para o estado são eles os italianos, alemães, espanhóis, portugueses poloneses e libaneses (FRANCESCHETTO, p.114), pesquisaram as informações nos livros sobre os períodos que esses imigrantes vieram, onde se fixaram, quantos chegaram e curiosidades. Os resultados foram apresentados para a turma e depois de estudar a formação da identidade regional das diversas imigrações que o solo capixaba recebeu, foi questionado quais outras influências culturais nós recebemos?

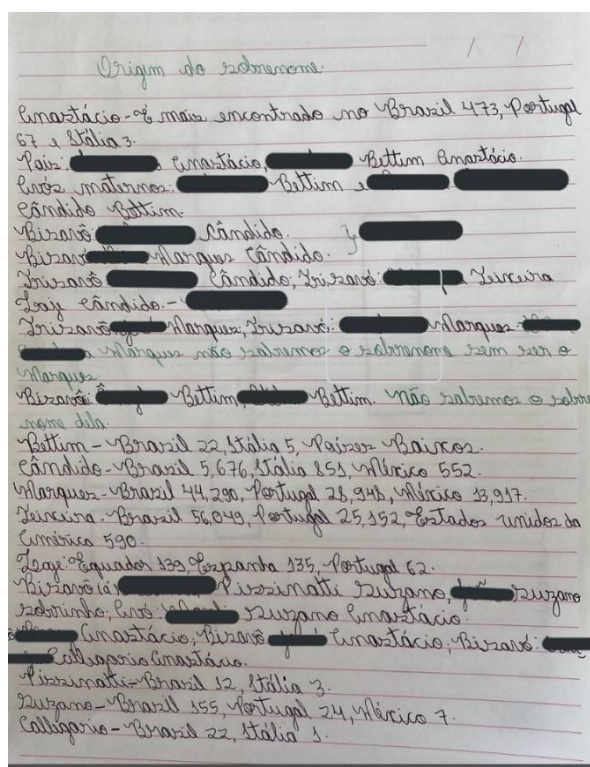
Ao trabalhar com as imigrações podemos perceber que o Brasil é formado por diversas identidades diferentes que compuseram o nosso estado em algum momento da história, os alunos descobriram curiosidades sobre esses grupos e trouxeram informações sobre danças, alimentação, festas e etc. O estado do

Espirito Santo é muito rico nessas representações culturais e ainda hoje é possível encontrar uma grande influência desses grupos.

Na segunda atividade cada aluno teve que criar uma árvore genealógica com a composição étnica da sua família, fazendo um levantamento dos sobrenomes, quais as suas origens e associando a pesquisa que foi feita. Cada aluno fez a pesquisa do seu sobrenome no site do governo do estado de Espirito Santo denominado imigrantes, alguns sobrenomes foram encontrados e outros não, os que encontrávamos existiam diversas pessoas listadas, como consequência eles tiveram que fazer uma pesquisa com as famílias sobre a origem desses sobrenomes e se aqueles nomes tinham ligação com a descendência deles.

O trabalho abaixo foi de uma aluna, ela trabalhou com os seguintes sobrenomes: Bettim, Cândido, Marques, Texeira, Lage, Pissinati, Suzano, Callegario. identificando até a terceira geração de antepassados dela. No caso específico dela possuía uma bisavó que só possuía o nome do marido, na imagem está escrito o nome da bisavó e ao lado “não sabemos o sobrenome sem ser o Marques”, existindo uma história na família que essa ancestral seria índia e não possuía sobrenome. Para ter acesso a essas informações ela teve que entrar em contato com a avó dela e perguntar sobre cada um desses antepassados, fazendo com que ela e a avó compartilhassem histórias sobre o passado.

Fotografia 2: Árvore Genealógica



Fonte: Acervo pessoal

A árvore genealógica dos alunos foi apresentada para a turma destacando a origem de cada sobrenome, a maior parte da sala se colocou como descendente de imigrantes italianos, alemães (pomeranos), espanhóis e portugueses, houve uma aluna exibindo a possível descendência indígena e nenhum aluno destacando a africana, alguns alunos não fizeram o trabalho por conta dos problemas familiares que estão inseridos.

A terceira atividade era uma pesquisa sobre a história local de São Mateus, tendo como pergunta chave “Será que a nossa realidade corresponde à realidade comum à nossa região?” Para entender melhor a nossa relação com a história dos lugares em que vivemos, organizamos uma investigação sobre a sua própria história e a da sua cidade. Para isso, os alunos se guiaram pelos seguintes questionamentos:

- Quando a cidade foi fundada? Quem foram os(as) primeiros(as) habitantes? De onde essas pessoas vieram? Quais eram suas origens?
- Após a fundação do lugar, houve algum outro movimento importante que influenciou a configuração atual da população? Algum processo migratório intenso? A anexação de um município por outro? Como isso impactou a formação da população atual?

- As origens da sua família são parecidas com as estudadas nos itens anteriores? Quais as semelhanças e diferenças culturais entre aquelas pessoas e as de hoje?

As respostas nessas atividades foram quase todas bem parecidas e sucintas, mudando algumas informações, a maior parte das informações não foram respostas pessoais ou de conhecimento deles, foram de forma mais técnica. As repostas desse questionário foram: A cidade foi fundada em 21 de setembro de 1544, rebatizada por José de Anchieta em 1566, recebeu sua autonomia em 1764, poucos alunos colocaram os índios como os primeiros habitantes dessa região, a maioria respondeu que foram os lusitanos. Os alunos destacaram o fluxo de imigração e escravidão como influências a atual população, alguns colocaram separação dos municípios vizinhos pois três alunas pertencem a municípios diferentes que já foram parte de São Mateus.

Na última pergunta foi interessante pois um dos alunos destacou que seu sobrenome e família possuía descendência africana, na segunda atividade desse capítulo, quando a árvore genealógica foi apresentada para a turma essa informação foi omitida por esse aluno, foi possível perceber há exaltação e orgulho de algumas ancestralidades e a vergonha e o apagamento de outras dentro desse espaço. O Brasil é território indígena e é o país com mais negro fora da África, mas mesmo assim dentro de alguns espaços essas etnias são minoria, a história deles é obrigatória pela lei 11.645/08, contudo é lembrada apenas em datas comemorativas.

Após a apresentação das três atividades foi projetado para eles a imagem da estátua do pilar de fundação da cidade de São Mateus, onde três representações étnicas masculinas de um negro, imigrante e o índio erguem juntas a fundação da cidade, em cima de suas cabeças o brasão da cidade, essa estátua fica localiza na entrada da cidade ao lado direito, foi posta ali por volta de 2015, não foi possível achar o autor.

Fotografia 03: Estátua da construção da cidade



Fonte: Acervo Pessoal

Os sujeitos que estão na estátua foram representados como sujeitos sociais universais, ou seja, eles representam a figura masculina e feminina, contudo uma vez que são apresentados dessa forma eles excluem a mulher, a torna invisível ou ausente. Na história as mulheres aparecem poucas vezes, justamente por conta dessa universalização. A pergunta lançada para o próximo capítulo aos alunos foi “Quais são as personalidades femininas que vocês conhecem dentro da história do Brasil?”

No terceiro capítulo trabalhamos com “Personagens históricos: O que eles diriam?” O objetivo desse capítulo é a partir das leituras dos livros da Bernadette Lyra e de sua biografia, além da pesquisa e estudo das personagens históricas e a produção de uma biografia, os alunos produziram um conto. As habilidades trabalhadas nesse capítulo são (EMIFCHS01) Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.(EMIFCHS02) Levantar e testar hipóteses sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, contextualizando os conhecimentos em sua realidade local e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.

(EMIFCHS03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias

A presença de personagens históricas nas artes e na literatura é bastante comum na contemporaneidade. Suas histórias de vida costumam ser abordadas em biografias, obras ficcionais, minisséries de época, peças teatrais, entre outros gêneros. Para além do entretenimento e dos fatos que envolvem as experiências das personagens, essas narrativas contextualizam determinados períodos históricos, dado que as ações dos sujeitos não estão desconectadas do tempo e do espaço em que eles vivem.

Entretanto, será que os romances, os filmes e/ou as novelas conseguem captar a essência, isto é, as características centrais que marcaram a trajetória de personagens históricas? Que elementos interferem na construção dessas personagens? Como o tempo influencia no modo como tais figuras são vistas pela sociedade? Ao longo deste capítulo, teremos a oportunidade de responder a essas e a outras questões. Em cada etapa, realizamos atividades que nos apoiarão na elaboração da produção final: a construção de uma narrativa envolvendo personagens históricas, para ser compartilhada em uma plataforma digital.

A História é uma ciência que estuda as ações dos seres humanos no tempo e no espaço (Bloch, 2001). Contudo para a história durante apenas dimensões estruturais de longa duração fossem capazes de recuperar os grandes momentos históricos é apenas presenciar fatos marcantes, como a pandemia do coronavírus ou uma guerra. Enquanto seres humanos, vivenciamos e construímos história desde quando nascemos, a partir de nossas experiências pessoais e coletivas, das relações que estabelecemos com a natureza, com o espaço, com o contexto ao nosso redor. Por essas e outras razões, podemos ser considerados(as) personagens históricas do nosso tempo.

Essa concepção de que todo e qualquer ser humano é personagem histórica ganhou projeção a partir da segunda metade do século XX, período em

que os(as) estudiosos(as) buscaram investigar os hábitos e as subjetividades que marcaram as mais diferentes épocas. Essas pesquisas acabaram evidenciando atitudes, crenças e costumes de grupos sociais como escravizados(as), crianças, mulheres e trabalhadores(as), majoritariamente excluídos(as) pelas perspectivas clássicas da História.

Em períodos anteriores, como no final do século XIX e início do século XX, momento em que a História se constituía enquanto ciência, figuras específicas foram amplamente reconhecidas como personagens históricas, seja pelos seus feitos, pela sua relevância em determinado momento/fato histórico, seja pela sua capacidade de representar um grupo, um povo e/ou um conjunto de ideias. Nesse cenário, as personagens mais representativas da História faziam parte dos grupos de poder, sendo comum o estudo e o enaltecimento da vida de reis e rainhas, imperadores, generais e demais membros das altas patentes do exército, papas etc., exaltando o que conhecemos como a "história dos vencedores".

Como vimos, todos os seres humanos são personagens históricas, uma vez que protagonizamos e construímos nossa história individual e, também, coletiva, conectada ao contexto político, econômico e social do período em que vivemos.

Geralmente, em obras ficcionais como filmes, minisséries e novelas ambientadas em determinada época passada, as personagens históricas selecionadas são representadas a partir do contexto do período retratado, observado em vestimentas, linguagem, costumes, ideias, situação política, econômica e social vigentes etc. Contudo, é importante destacar que, na (re)construção dessas personagens, há também uma perspectiva atual e midiática dos acontecimentos, que considera as demandas do momento presente, visando instigar o(a) telespectador(a) a acompanhar a trama, mergulhando nas aventuras apresentadas em cada cena e/ou episódio.

Nesse sentido, podemos inferir que o período e as personagens históricas reconstituídos nas obras de ficção não podem ser compreendidos como representações fidedignas de uma dada realidade. Primeiro, porque diretores(as), escritores(as) e produtores(as) de filmes, novelas e minisséries podem optar por reforçar determinados aspectos de um evento e/ou as características de uma personagem, por exemplo. Tais estratégias são utilizadas

a fim de criar efeitos humorísticos, dramáticos ou de suspense para incrementar a história e criar a sensação de realidade na narrativa, objetivando chamar a atenção do(a) telespectador(a).

Em segundo lugar, é importante lembrar que a construção de uma personagem histórica, mesmo que para uma obra ficcional, demanda um diálogo importante com a ciência histórica, que não trabalha com a ideia de "verdade absoluta". Não existe, portanto, a possibilidade de recriar figuras históricas 100% fiéis às suas características físicas e/ou psicológicas, dado que essas personagens foram frutos de um passado que não existe mais. Dele, restaram apenas fragmentos, preservados como fontes históricas (ou documentos históricos).

Assim, a reconstrução de personagens históricas provém das análises realizadas a partir de textos escritos, fotografias, pinturas, utensílios domésticos, narrativas orais e demais fontes produzidas no período em que determinada figura viveu. Esses documentos, por sua vez, estão passíveis a múltiplas interpretações, que podem partir de diferentes anseios, perspectivas e referenciais, a depender das escolhas e intenções de quem os analisa.

Para responder essas perguntas separei as turmas em duplas e entregamos as diferentes narrativas sobre a história da Maria Ortiz e da Luiza Grimaldi apresentadas no capítulo 4.1 e 4.2, para que as duplas lessem e compartilhassem com a turma, também foi entregue sobre a vida e obras dos autores que estão apresentados no capítulo 4, quando foi que escreveram e como produziram esses relatos. As duplas apresentaram as suas versões para a sala.

A sala se reuniu para compor desse estudo e levantamento um pequeno texto sobre a biografia dessas personagens, como forma de entender um pouco sobre o período histórico que elas viveram, seus feitos, suas escolhas, Nesta atividade, vamos focar nas personagens históricas selecionadas para fazer parte da nossa narrativa. Portanto os alunos com auxílio do professor construíram minibiografias delas, para a realização da atividade os alunos seguiram as etapas propostas no apêndice II.

Quem nunca mergulhou a fundo na história de uma personalidade, seja em um filme, em um livro ou em uma série? A biografia é gênero literário

responsável por contar a história de uma personagem, geralmente ligada a ciência, política, cultura, esporte etc.

Na atualidade, com bastante frequência, os(as) historiadores(as) reconstituem as experiências e trajetórias das personagens históricas em seus estudos, por entendê-las como participantes e agentes de transformação da História. Porém, ao longo dos séculos, as relações entre a ciência histórica e a biografia foram marcadas por altos e baixos.

No século XIX, por exemplo, as biografias cumpriram importante papel na construção do conhecimento histórico: nesse período, buscava-se exaltar as histórias oficiais das nações, isto é, os fatos e os acontecimentos que marcaram as origens dos países.

Para tanto, valorizavam-se os feitos e as ações das figuras ilustres, como governantes e demais pessoas de poder, elevadas às categorias de heróis/heroínas. Assim, as experiências individuais, por vezes romantizadas, de alguns sujeitos eram eleitas como representativas da história de um povo/nação, sendo difundidas em espaços como escolas, universidades etc.

A partir das novas concepções e correntes historiográficas que surgiram na primeira metade do século XX, o gênero biográfico perdeu espaço na História, dado que os(as) pesquisadores(as) passaram a demonstrar interesse pelas trajetórias dos grupos sociais, conectadas às estruturas políticas e econômicas em que estes estavam inseridos. Nesse momento, também se passou a valorizar as experiências das pessoas comuns, não apenas das figuras associadas às esferas de poder.

Por volta dos anos 1970-80, contudo, a biografia voltou a ser requisitada pelos(as) historiadores(as), mas partindo de perspectivas diferentes das destacadas no século XIX: nesse ponto, a preocupação era a de examinar como as trajetórias das personagens históricas revelavam aspectos de uma determinada época. Através dessa nova abordagem, buscava-se conhecer as relações existentes entre vida privada (ambiente do lar e da família) e vida pública (papéis sociais desempenhados pelos sujeitos em determinadas sociedades); e experiência individual e coletiva (como as subjetividades dos sujeitos dialogam com os contextos vivenciados por eles).

Na atualidade, o diálogo entre História e o gênero biográfico ainda caminha muito nesse sentido, constituindo importante ferramenta para que,

inclusive, o público geral possa ter contato com uma narrativa dos sujeitos que valoriza não só as memórias pessoais, mas também contribui para a construção de uma memória coletiva, a medida em que sua história está e é conectada ao contexto político, econômico e social vigente.

Depois de construir uma minibiografia, os alunos construíram uma narrativa envolvendo personagens históricas, que está no anexo III; IV; V e VI. Para desenvolver essa atividade, os grupos mobilizaram seus repertórios próprios, bem como os conhecimentos adquiridos ao longo das leituras, atividades e diálogos estabelecidos durante a experiência.

7. CONCLUSÃO

Os primeiros trabalhos que analisamos foram as biografias, a biografia da Maria Ortiz foi produzida em conjunto pela turma 2021/1, o texto que eles produziram está no anexo I, foram utilizadas informações importantes como as datas de nascimento, os nomes dos pais de Ortiz, o período histórico que o Brasil estava vivendo por conta da União Ibérica, é perceptível que a turma conseguiu reunir os fatos apresentados e criar uma narrativa para compor a biografia da Ortiz. Ao citar o trecho do embate entre a população e os holandeses o grupo decidiu tratar a Ortiz como liderança do movimento popular como podemos observar nesse trecho:

Em 1625 os holandeses invadiram o Espírito Santo e se instalaram na Vila de Nossa Senhora da Vitória, invadindo a vila no primeiro instante. Entretanto foram surpreendidos pelos ataques no qual Maria Ortiz se destacou sendo a principal **líder** para arregimentar pessoas do povo que não participavam das forças oficiais e organizar um reforço de defesa, **utilizando dejetos, água quente, pedras, paus e etc.** Logo, os holandeses começaram a subir a ladeira e foram atacados por essa força popular que estava alojada nos sobrados.

Esses esforços não foram suficientes para a expulsão deles, porém deu o tempo necessário para que as forças oficiais fossem se posicionando de forma a permitir a defesa de fato.

Os alunos se utilizaram mais dos dizeres da Maria Stella de Novaes, pois é uma historiadora e trouxe mais confiança em seu relato, por apresentar segundo eles mais informações sobre a invasão e a participação de Maria Ortiz e por ser uma mulher e para os alunos isso poderia interferir na forma de tratar a personagem histórica.

Nas discussões sobre a existência da Maria Ortiz ou não, os alunos decidiram que mesmo que ela não tenha existido, ela existe no imaginário popular e que ela é muito importante por ser uma mulher em um lugar de liderança e luta e por não haver muitas mulheres na história sendo sinônimos de luta, coragem e força. Eles utilizaram o exemplo de Maria Quitéria que lutou nas guerras de independência na Bahia, mas que foi marginalizada por muito tempo a sombra da imagem de D. Pedro I.

Foi escolhida essa foto da Ortiz pois ela passava a imagem de uma heroína de peito aberto, chamando o povo para a batalha, segurando a bandeira em uma mão e a panela em outra mão, para eles faz a alusão a imagem do quadro a Liberdade guiando o povo do Eugene Delacroix, decidiram manter

colorida e apagar o fundo para não aparece a marca da empresa que a imagem foi retirada.

A biografia de Luiza Grimaldi foi produzida pela turma 2022/1 e está no anexo II, eles fizeram a biografia em formato de tópicos sem criar uma narrativa como a outra turma fez, utilizou datas, local de nascimento e informações que não estavam nos trechos da historiografia apresentada, trouxeram informações da literatura da Bernadette Lyra como

Luiza era filha de Dom Pedro Correa, tinha **algumas irmãs**, elas foram **para um mosteiro** e a única que restou foi Luiza.

Naquela época as crianças casavam-se aos 8 ou 9 anos, e alguns acreditavam que ainda não estava na hora, pois ainda nem havia sangrado e não podiam copular com seus maridos.

Luiza tinha 20 anos, uma idade já considerada avançada, mas ela não **fazia questão alguma de se casar**.

O trabalho dos alunos não foi desconsiderado e nem corrigido, pois a biografia é um gênero literário e tem a liberdade de se utilizar da ficção para compor suas narrativas, a atividade da construção de uma minibiografia foi com o objetivo de auxiliar a compor o produto final que era o conto, portanto foi sinalizado a eles que se utilizaram das narrativas da autora e que algumas informações não eram ancoradas na verdade.

Os contos foram elaborados pelas duas turmas 2021/1 e 2022/2, as decisões foram tomadas em conjunto e no final foi feita uma leitura do produto final para chegar a um acordo. Os alunos da 2022/2 produziram os contos do anexo III e VI, eles já haviam estudado o conteúdo de Brasil Colônia durante esse ano que cursavam o segundo ano do ensino médio, por isso tanto em sua biografia quanto na produção deles, alguns eventos aparecem com tamanha ênfase, como a questão da União ibérica e os conflitos entre a Holanda e Espanha por conta da produção açucareira como vemos no trecho a seguir:

Filha de um casal espanhol, Sr. Marcos e Sra. Antônia, nasceu na Vila de Vitória pouco tempo depois dos seus pais virem morar no Brasil. Nessa época viviam um momento complicado, a chamada União Ibérica, que apesar de ter aproximado Portugal e Espanha, teve diversos pontos negativos, sendo um dos principais problemas a desarticulação do sistema de comercialização do açúcar brasileiro e a rivalidade entre espanhóis e holandeses, o que foi péssimo para o pai de Maria, já que além de espanhol, também era um órgão importante no comércio açucareiro e muito conhecido pela elite.

O pai de Maria Ortiz, imigrante está envolto a conflito externo que permeia o Brasil, Portugal, Holanda e Espanha durante o evento histórico do ataque dos

Holandeses a costa brasileira, os alunos foram mais fundo dentro da narrativa ficcional e produziram tramas novas para os personagens além da Ortiz.

Aos 14 anos sua mãe recebe o diagnóstico de uma doença degenerativa, e desde então a garota muda radicalmente seu comportamento, começa a frequentar boates, se relacionar com homens mais velhos, já não obedecia mais aos seus pais, e devido essas mudanças, as discussões em casa se tornaram parte da rotina. Dois anos depois a descoberta, Sra. Antônia veio a falecer, poucos dias antes de completar 46 anos. Depois desse acontecimento, Maria regrediu ainda mais, ficou depressiva e saía do seu quarto somente a noite, para ir as boates. O auge de sua revolta foi quando seu pai assumiu outra mulher, apenas 9 meses após ficar viúvo.

Os alunos decidiram usar a narrativa da heroína ser uma prostituta, mas é importante perceber que isso está associado a algo bem mais profundo, apresentando os traumas e problemas pessoais da personagem, criando um enredo totalmente complexo para a Ortiz.

Tudo muda quando Maria de Ortiz se apaixona loucamente por um holandês chamado Oliver Quinn, mesmo Sr. Marcos não apoiando, por ser um rival de sua colônia. Apesar de ficar desconfiado, ele acaba aceitando e se conformando com o romance, afinal sua filha já havia completado seus 19 anos.

Três anos se passaram, o casal parecia ter uma relação saudável, até que começa-ram a se desentender e desconfiar um do outro. Maria começou a estranhar algumas atitudes de Oliver, principalmente com algumas perguntas que o mesmo fazia, a maioria delas era relacionado com o conflito que não havia cessado e naquele ano estava no ápice. Certo dia, ela persegue seu namorado e descobre que todo relacionamento foi planejado pelos adversários do seu pai com a intenção de descobrir informações confidenciais da Espanha para derrotá-los e conseguirem se apossar da Vila, porém, seu namorado não contava que o feitiço viraria contra o feiticeiro. Assim que descobre Maria entra em contato com o seu pai para avisá-lo de tudo, principalmente sobre a data que estava marcada, e que eles só tinham 4 dias para planejar o que fariam em defesa.

Os alunos se utilizaram de um fragmento do livro Panelinha de Breu, que supõe o envolvimento da Maria Ortiz com um dos marinheiros da frota holandesa, pois a Vila de Vitória é uma região de difícil navegação e há uma teoria que os holandeses só haviam conseguido entrar com a ajuda de alguém que conhecia o terreno de navegação, em outro momento os alunos se utilizam tanto a Maria como heroína, como do texto da Nara Saletto ao colocar ela como líder das massas populares e citar a utilização de uma artilharia.

Ao verem diversas pessoas subindo a ladeira da Vila de Vitória, a voz de Maria ecoou por todo lugar. Em frente ao prédio que ela morava deu-se início aos ataques, atiraram pedras, pedaços de madeiras, facas, copos de vidro, panelas com água fervendo, fezes e urina. Mesmo assim os holandeses continuavam tentando tomar aquele lugar, foi quando Maria de Ortiz colocou fogo em uma peça de artilharia

e disparava contra os invasores, com isso, eles recuaram por falta de armamento para afrontá-los.

Devido ao seu ato heroico, a jovem aos seus 22 anos recebe uma carta de reconhecimento e ganha a oficialização como uma das maiores heroínas capixabas. Mesmo sendo muito julgada pelo seu passado, ela sempre foi aclamada por aqueles que conheciam sua história.

O conto traz novas narrativas a personagens secundários para criar uma justificativa para a prostituição, mas mesmo sendo “julgada pelo seu passado” Maria Ortiz recebe as honrarias e a homenagem da mudança de nome da vila para vila da Maria Ortiz.

O conto da turma 2022/1 sobre Maria Ortiz a coloca como uma garota totalmente avessas as tarefas domésticas, uma mulher interessada por política e por isso soube da invasão antes que a população de sua vila

Sua vida estava sendo para apenas um foco, afazeres domésticos, mas Maria não gostava tanto dessa posição e por isso queria fazer a diferença e ter um destaque maior, o destaque que ela não teve por causa de seu brilho ofuscado e não ser valorizada por ser considerada apenas uma mulher comum igual todas as outras da vila.

Por querer tanto uma visibilidade, ela começou a se informar das questões políticas do Brasil Colônia e acabou descobrindo sobre a invasão de holandeses em uma região próxima a que ela habitava. Isso fez com que ela se revoltasse e se preparasse para uma possível invasão em seu território.

No texto ela aparece também como liderança da população contra os holandeses

Maria reúne alguns habitantes da vila e explica o que estava para acontecer, sendo assim todos correm para os sobrados que se situavam perto da ladeira na qual seria utilizada para a entrada dos invasores, eles acabam surpreendendo os holandeses com ataques, utilizando dejetos, água quente, pedras, paus.

Graças ao seu comando, Maria ganha o seu reconhecimento sendo considerada uma heroína diante do povo e até hoje inspira outras mulheres a buscar sua visibilidade própria.

O Segundo conto produzido pelos alunos da turma 2021/1, foi o da Luiza Grimaldi, eles utilizaram as datas e informações para identificar o leitor sobre quem a história estava sendo contada.

, nascida em Portugal, em 1541, ficou viúva em 1589. Que tristeza. Casada com Vasco Fernandes Coutinho Filho, segundo donatário da capitania do Espírito Santo, mas a história não é sobre ele.

A história é sobre Luiza Grimaldi, esposa do donatário que viveu no século XVI que se interessava por política e que não poderia ter interesse sobre esses assuntos pois não era algo que cabia uma mulher desse período.

Os anos foram passando, passando, passando e passando, e Luiza cada vez mais, tomava seu amor pela política, aquilo virou sua obsessão, o ar que ela respirava. Fernando, que já havia percebido

isso e começou a impedir atitudes de Grimaldi, restringi-la do seu viver. Assim que ela percebeu que ele estava a chantageando, fez um plano e desse plano uma tragédia dominó.

Os alunos se utilizaram novamente de uma narrativa que estava presente no livro da Capitoa, de forma sutil a Bernadette deixa a entender que havia uma possibilidade do Vasco Fernandes Coutinho filho ter sido envenenado, mas não deixa claro, os alunos usaram isso como plano de fundo da vingança que Luiza tramou contra o marido para ter acesso ao poder.

Uma capitania inteira para governar. Uma mulher governando uma capitania. A população adorava Luiza, a chamavam de 'Capitoa', soava bem na boca dos outros. Ela amava aquilo. Defendeu seu povo dos ingleses, fez alianças. Era inteligente, estratégica. Ser boa demais foi sua ruína, A corte portuguesa tomou reconhecimento da meretriz brincando de governar, apelido que eles mesmos deram, esse não soava tão bem assim. A busca por outro líder começou, algum parente próximo de Fernandes, algum homem que não possuía metade da sua capacidade, alguém que iria esconder qualquer vestígio que ela passou por ali, que o Espírito Santo foi erguido por uma mulher. E foi assim que aconteceu.

A Luiza é apresentada como uma liderança forte, centrada que fez o povo capixaba prosperar através de alianças e estratégias políticas, mas que por ser mulher ocupando um cargo de poder foi tachada como meretriz, bruxa e etc.

O único lugar que tinha certeza que estaria segura era na igreja, não era religiosa, mas o bordel não era uma opção, talvez se fosse mais nova. Luiza matou a si mesma, se escondeu nos conventos e ficou conhecida por Soror Luiza das Chagas

Os alunos se apoiaram no final para falar sobre os lugares que as mulheres poderiam ocupar durante o contexto histórico do conto.

No conto da turma 2022/1 que se encontra no anexo V, apresentou diversas semelhanças entre a narrativa criada e o livro a Capitoa, por essa razão não houve muitos destaques nesse trabalho em específico da turma, mas é importante destacar a incomodo que a Luzia causou na população da vila

. Com Luiza no comando, os notáveis da Vila, não se conformavam com uma mulher naquele cargo, então depois de muitas conversas e acordos acharam melhor, colocar alguém que a acompanhasse pois de acordo com alguns, uma mulher não pensa, não tem boas decisões. Dom Miguel gostou muito dessa ideia, e aceitou o convite de ser o acompanhante de Luiza.

A participação dela na beatificação do José de Anchieta que a apoiou durante o mandato e a recém pesquisa e produção da estátua da Capitoa na prainha, região de Vila Velha.

Em 1626, prestou depoimento no processo de beatificação do padre José de Anchieta, que foi considerado seu conselheiro. Em 2016 foi construída uma estátua em sua homenagem na prainha de Vila Velha,

foram mais de dois meses de pesquisas para conseguir informações e fazer o mais parecido com ela.

Nas duas narrativas os alunos da turma 2021/1 se apropriaram tanto da produção historiográfica, como dos livros ficcionais de Bernadette, utilizaram através de suas narrativas as questões sobre o papel da mulher na sociedade e na história, compreenderam a diferença de uma produção história e a literária, produziram obras ficcionais na qual podemos trabalhar os conceitos de anacronismo e negacionismo.

REFERÊNCIAS:

- ACHIAMÉ, Fernando. **Maria Stella de Novaes e a cultura capixaba**. Tertúlia, Vitória, 2016. Disponível em:
https://www.tertuliacapixaba.com.br/paraler/maria_stella_de_novaes_e_a_cultura_capixaba.html. Acesso em 24 julh. 2020
- BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do Instituto histórico e geográfico do Espírito Santo pelo orador Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, a 12 de junho de 1916, in Revista do Instituto histórico do Espírito Santo, N°01, Artes gráficas de Victória, Vitória, 1917.
- BAUMAN, Zygmunt, Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi, Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. Qualitative Research for Education. Boston, Allyn and Bacon, inc., 1982
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 2.ed. Lisboa: Europa-América, 2003.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales** (1929-1989). São Paulo, Unesp, 1991.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011
- CLAUDIO, Afonso, **História da Litteratura Espirito-Santense**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2007. Disponível em:
<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt30cb.pdf> . Acesso em 24 julh 2020
- CHARTIER, Roger. **Literatura e História**. Rio de Janeiro, Topoi, 2000.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.13, 1990

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Estudos Avançados, Rio de Janeiro, n.11(5), 1991.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**. Sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatística. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: www.ape.es.gov.br. Acesso em 24 julh. 2020

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. 3.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2019 Disponível em: https://ael.org.br/publicacoes_da_academia_espirito_santense_de_letras/biografia_de_uma_ilha.pdf . Acessor em 02 out. 2021

DEMO, P. Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória, EDUFES,1999.

ELTON, Elmo. **Velhos Templos de Vitória & Outros temas capixabas**. Vitória, Conselho Estadual de Cultura, 1987.

FARIA, Manuel Severim de. Relação universal do que se succedeo em Portugal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente, desdo mes de Março de 625 até todo Setembro de 626. Braga: Fructuoso Lourenço de Basto. 1627, p.11-12. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/relacao-universal-do-que-succedeo-em-portugal-mais-provincias-do-occidente-oriente-desdo-mes-de-marco-de-625-ate-todo-setembro-de-626-de-manuel-severim-de-faria-1627/> . Acesso em: 27/09/2021.

FRANÇA, Gerson. **Maria Ortiz: A Lenda, a Verdade e a Tradição**. Blog História Capixaba. Vitória, 2016. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/blog/materias/maria-ortiz-a-lenda-a-verdade-e-a-tradicao/>. Acesso em 24 julh. 2020

FRAGA, Adolfo. Sessão solene de 13 de maio.in Revista do Instituto histórico do Espírito Santo, N°05, (p.138;202) Typographia Coelho, Vitória, 1926.

FREIRE, Mario Aristides. **Subsídios para a História Seiscentista do Espírito Santo**. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nº 12, Oficina da Vicha Capichaba, Vitória, 1938.

GINSBURG, CARLO. **Olhos de Madeira – nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11.ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2006

LAET, Johannes de. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636, de Johannes de Laet (1644)**. in Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XXX. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional. 1912, pp. 81-84, 148-150. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/periodo/seculo-17/1601-1650/historia-ou-annaes-dos-feitos-da-companhia-privilegiada-das-indias-occidentaes-desde-o-seu-comeco-ate-ao-fim-do-anno-de-1636-de-johannes-de-laet-1644/> . Acesso em: 22 julh. 2021.

LACERDA, Marcilio. **A Sessão solene do Instituto histórico** .in Revista do Instituto histórico do Espírito Santo, N°07, oficina Vida Capichaba, Vitória, 1934.

LEAL, João Eurípedes Franklin. **Espírito Santo: documentos coloniais**. Vitória, Fundação Jones dos Santos Neves, 1978. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160825_ij00730_seriedocumentosc_apixabas_v.1_1parte.pdf . Acesso em: 22 julh.2021.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LYRA, Bernadette. **A Panelinha de Breu**. Vitória, Instituto de Ensino Superior Prof. Nelson Abel de Almeida, 1992.

LYRA, Bernadette. **A Capitoa**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2014.

LYRA, Bernadette. **Livro " A Capitoa "- Entrevista com Bernadette Lyra**. OLIVEIRA, Lucas Mendes. **Youtube**, 12 de maio de 2014. Disponível em: <

https://www.youtube.com/watch?v=GGTeJ3_Lel&ab_channel=LucasMendesdeOliveira>. Acesso em: 22 julh. 2021.

LYRA, Bernadette. **Escritora Bernadette Lyra fala sobre personagens femininas em sua obra**. Ferreira, Ricardo Alexino. Rádio USP, 20 de janeiro de 2020. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/escritora-bernadette-lyra-fala-sobre-personagens-femininas-em-sua-obra/> >

LYRA, Bernadette. **“A vida da mulher é feita de três vidas”**. Século Diário. 05 abril de 2014. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/a-vida-de-uma-mulher-e-feita-de-tres-vidas> . Acesso em: 22 julh. 2021

MORAES, Julierme. **Paul Veyne e Hayden White: duas visões acerca da narrativa histórica**. AEDOS, revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 263-284, Ago. 2018.

MOTTA, Ingrid L.; AMARAL, Sérgio F. **Construção narrativa e violência em A Panelinha de breu de Bernadette Lyra**. Vitória: Fernão, ano 1, n.2, jul./dez.2019

NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do. **Escrever como homem ou como mulher?: Relações entre autoria feminina e o cânone literário**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

NEVES, Luis Guilherme Santos. Vitalidade e Permanência na historiografia. In OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed., Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Secretária de Estado da Cultura, 2008.

NEVES, Maria Clara Medeiros Santos. Prefácio. in DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**. 2 ed. Sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatística. Vitória : Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: www.ape.es.gov.br. Acesso em 24 julh. 2020

NOVAES, Maria Estella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Editorial do Espírito Santo, 1968.

OLIVEIRA, Marcio. **O Conceito de Representações Coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares**. Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012

OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira de. Afonso Claudio folclorista. in Sesquicentenário do nascimento de Afonso Cláudio (1859- 2009). Vitória: A Academia, 1998. Depois de folclorista In: Revista da Academia Espírito-santense de Letras/Academia Espírito-santense de Letras. Vol I, (1998).

ÓDALIA, Nilo. Apresentação. In: BURKE, Peter. **A escola dos Annales** (1929-1989). São Paulo, Unesp, 1991.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed., Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Secretária de Estado da Cultura, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX)**. In: Revista Anos 90, Porto Alegre, n. 4, dezembro de 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro**, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PIMENTEL, Elpidio, Por que não realizaremos?. in Revista do Instituto histórico do Espírito Santo, N°07, Oficinas da “Vida capichaba”, 1934

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n° 10, Oficina da Vicha Capichaba, Vitória, 1935.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n° 11, Oficina da Vicha Capichaba, Vitória, 1938

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n° 12, Oficina da Vicha Capichaba, Vitória, 1938.

RIBEIRO, Francisco Aurelio; MALARD, Leticia. **Dois ensaios sobre A panelinha de breu de Bernadete Lyra**. Vitória: Fernão, ano 1, n.2, jul/dez, 2019

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010a. t.I.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2010b. t.II9.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo 3. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

ROCHA, Gilda. Apresentação. In SALETTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo**, Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. Disponível em: www.ape.es.gov.br. Acesso em 24 julh. 2020

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à história até ao ano de 1817, e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo**, Vitória: Arquivo Público Estadual, 2003. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Memorias_Alberto_Rubim_1840%20111.pdf. Acesso em 24 julh. 2020

SALETTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo**, Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. Disponível em: www.ape.es.gov.br. Acesso em 24 julh. 2020

SALETTO, Nara; ACHIAMÉ, Fernando. **José Marcelino Pessoa de Vasconcelos**. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. 1627. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/historia-do-brasil-de-frei-vicente-do-salvador-1627/>. Acesso em: 27/09/2021.

SANTOS, Estilague Ferreira. **A transição republicana e a reinvenção do Espírito Santo (1882-1889)**: o pensamento político capixaba. Vitória: s/e, 2007.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Estudo Introdutório .In DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**. Sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatística. Vitória : Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: www.ape.es.gov.br. Acesso em 24 julh. 2020

VALLE, Eurípedes Queiroz, 1971, **O Espírito Santo e os espírito-santenses**, Vitória, 3a Ed.

VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. **Ensaio sobre a História e Estatística da Provincia do Espírito Santo**. Vitória: Typographia de P. A D´ Azeredo. 1858. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt9287.pdf> Acesso em: 22 julh 2021.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

VIEIRA, Antônio. **Annua ou Annaes da Provincia do Brazil dos dous anos de 1624, e de 1625**. 1626. in Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Vol XIX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger. 1897, pp. 208-211. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/periodo/seculo-17/1601-1650/annua-ou-annaes-da-provincia-do-brazil-dos-dous-anos-de-1624-e-de-1625-do-padre-antonio-vieira-1626/> . Acesso em: 22/07/2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Atividade da Primeira Aplicação no ano de 2021.

Atividade que vai ser aplicada na turma do primeiro ano do ensino médio, na disciplina de História, o trabalho consiste na leitura de um livro que abordam contexto ou questões que envolvem o período do Brasil colônia. Os livros escolhidos pelo professor foi A Capitoa, da respectiva autora Bernadette Lyra.

PLANO DE ENSINO TRIMESTRAL

O valor da atividade será na disciplina de História, a avaliação será em duas partes, a primeira parte escrita respondendo o roteiro básico de leitura e interpretação dos textos sendo necessário ser entregue ao professor para avaliação, nessa parte o trabalho será avaliado em grupo. O texto produzido pelo grupo pode ser escrito respondendo as perguntas, como também em texto corrido. A segunda parte será uma apresentação do livro, onde a avaliação será individual e todos terão que apresentar o livro pontuando:

1. Contexto histórico (Obra/Livro)
 2. Vida e obras (Autor)
 3. Personagens
 4. Um pequeno resumo
 5. Opinião de leitura
 6. Questões que o livro apresenta sobre a matéria.
 7. Curiosidades
1. Roteiro básico de leitura e interpretação de textos
 - AUTOR(A) (redigir uma pequena biografia sobre a autor(a), destacando sua trajetória intelectual)
 - TEMPO DA OBRA (quando a obra foi escrita? O período de lançamento coincide com algum acontecimento histórico ou pessoal da autor(a)? quantas edições da obra existem? Contexto histórico e questões que o livro trás?)
 - TEMPO DO TEXTO (a que período histórico o texto se refere? justifique com pelo menos uma citação do texto)

- ESPAÇO (o texto foi produzido em que região? a história aborda qual região geográfica? em sua leitura é possível afirmar que o local de produção do texto interfere na narrativa?)
- NARRADOR (quem narra a obra? qual é o estilo de narrativa?)
- A OBRA (quais são os personagens principais? qual(is) o(s) tema(s) da obra?)
- RESENHA (como você resumiria a obra – máximo 25 linhas)

Citar todos os documentos utilizados no trabalho como: livros, textos, sites, vídeos, filmes, se for encontrado plágio de material da internet será descontado pontuação.

Prazo de entrega é no dia 10 de agosto 2021, podendo ser prorrogado ou adiantado dependendo do calendário de provas.

APÊNDICE B

Construção de uma minibiografia.

Etapa 1: pesquisa, análise e elaboração de hipóteses

Retomem as anotações realizadas nas discussões feitas em sala de aula, para identificar as personagens históricas selecionadas pelo grupo.

Realizem pesquisas em livros e sites para compreender aspectos da trajetória, dos feitos e das ações realizadas pelas personagens em questão. Tentem perceber, também, como as experiências das personagens se conectam ao contexto político, econômico e social em que viveram. Registrem as informações coletadas em seu material de estudos.

Selecione fotografias e/ou ilustrações que representem as características físicas das personagens escolhidas.

A partir das informações localizadas na atividade de pesquisa, tentem definir características psicológicas e emocionais para as personagens selecionadas, considerando seu contexto de vida pessoal, a sociedade na qual esses sujeitos estão inseridos e as relações que eles estabelecem com as outras pessoas e com o mundo. Essa etapa será importante, pois ajudará na definição do enredo da narrativa, que será construída ao final da oficina.

Etapa 2: escrita da minibiografia

Munidos(as) das informações provenientes das pesquisas e das definições estabelecidas na etapa anterior, escrevam a minibiografia das personagens históricas, de preferência brasileiras, que farão parte da narrativa.

Para esta etapa, considerem os elementos fundamentais do texto: nome da personagem, apelido ou pseudônimo (nome fictício usado por um indivíduo como alternativa ao seu nome real, caso necessário ou desejado); data de nascimento e de morte, caso já tenha falecido; aspectos de sua vida e trajetória, destacando como esta se relacionava ao contexto em que a personagem viveu.

Ao lado das minibiografias, incluam a fotografia/ilustração escolhida para representar as personagens selecionadas.

Mão na massa: construção da narrativa da envolvendo personagens históricas

ANEXOS**ANEXO 1****Minibiografia da Maria Ortiz**

Figura 1: Imagem escolhida pela turma do 1º ano do Ensino Médio para representar a Maria Ortiz.



Fonte: Convento Cervejaria

Minibiografia

Maria Ortiz, considerada a primeira mulher de destaque do Espírito Santo, nasceu na Vila de Nossa Senhora da Vitória no dia 14 de setembro do ano de 1603.

Seus pais Juan Orty y Ortiz e Carolina Darico eram espanhóis e vieram para cá no ano de 1601, em uma das imigrações promovidas por Felipe II, rei da Espanha, que, à época da União Ibérica. Maria Ortiz nasce 2 anos após o a chegada dos seus pais no Brasil.

Carolina Darico (sua mãe) veio a falecer durante seu crescimento e ela acabou ficando sobre os cuidados de seu pai, Juan. Por essas circunstâncias, ela acabou ajudando o seu pai com o seu estabelecimento, além de auxiliar com os afazeres da vida na vila. Como as mulheres não tinham muita visibilidade naquela época, o único papel de Maria era apenas fazer coisas normais do seu cotidiano, assim como as outras da vila.

Em 1625 os holandeses invadiram o Espírito Santo e se instalaram na Vila de Nossa Senhora da Vitória, invadindo a vila no primeiro instante. Entretanto foram surpreendidos pelos ataques no qual Maria Ortiz se destacou sendo a principal líder para arregimentar pessoas do povo que não participavam das forças oficiais e organizar um reforço de defesa, utilizando dejetos, água quente, pedras, paus e etc. Logo, os holandeses começaram a subir a ladeira e foram atacados por essa força popular que estava alojada nos sobrados.

Esses esforços não foram suficientes para a expulsão deles, porém deu o tempo necessário para que as forças oficiais fossem se posicionando de forma a permitir a defesa de fato.

Não há muitos registros sobre Maria Ortiz, pouco se sabe dela depois desse acontecimento, a não ser que morreu aos 43 anos na mesma ilha que ajudou heroicamente a defender.

ANEXO 2

Minibiografia da Luiza Grimaldi

Figura 2: Imagem escolhida pela turma do 1º ano do Ensino Médio para representar a Luiza Grimaldi.



Fonte: Imagem disponível em: www.Ensinarhistória.com.br/capitoas-do-brasil-mulheres-no-comando-de-capitanias/, acesso em: 14/09/2022.

Minibiografia

- Luiza Grimaldi (Grinaldi) foi a primeira capitã do Espírito Santo.
- Nasceu em Nice, na França. (1551-1636).

Foi casada com Vasco Fernandes Coutinho Filho.

Luiza era filha de Dom Pedro Correa, tinha algumas irmãs, elas foram para um mosteiro e a única que restou foi Luiza.

Naquela época as crianças casavam-se aos 8 ou 9 anos, e alguns acreditavam que ainda não estava na hora, pois ainda nem havia sangrado e não podiam copular com seus maridos.

Luiza tinha 20 anos, uma idade já considerada avançada, mas ela não fazia questão alguma de se casar.

Após a morte de Vasco, como eles não tinham filhos acabou sendo a única na linha de sucessão. Porém após 4 anos perdeu em uma disputa judicial para o parente mais próximo de seu marido.

Em 1626 prestou depoimento no processo de beatificação do Padre José de Anchieta, que foi considerado seu conselheiro.

Em 2016 foi construída uma estátua para ela na prainha de vila velha. Sobre a estátua, foram mais de 2 meses pesquisando sobre ela, e no final ficou igual ao imaginado. Não tinha muitas coisas sobre ela, mas tentaram fazer o possível para conseguir informações.

ANEXO 3

Conto (Elaborado por alunos do 2 ano do Ensino Médio)

Em uma tarde ensolarada do dia 20 de fevereiro nasce uma garotinha chamada Maria de Ortiz, que desde a barriga de sua mãe foi muito guerreira, teve que lidar com várias complicações, para a família, sua vida era um milagre. Filha de um casal espanhol, Sr. Marcos e Sra. Antônia, nasceu na Vila de Vitória pouco tempo depois dos seus pais virem morar no Brasil. Nessa época viviam um momento complicado, a chamada União Ibérica, que apesar de ter aproximado Portugal e Espanha, teve diversos pontos negativos, sendo um dos principais problemas a desarticulação do sistema de comercialização do açúcar brasileiro e a rivalidade entre espanhóis e holandeses, o que foi péssimo para o pai de Maria, já que além de espanhol, também era um órgão importante no comércio açucareiro e muito conhecido pela elite.

Mesmo com tudo que vinha acontecendo no país, a pequena menina trouxe muita alegria aos seus familiares, era muito mimada e elogiada por todos. Ela cresceu na Vila, sempre rodeada de amigos, gostava muito de brincar, às vezes acabava em briguinhas, quando seus colegas resolviam contrariar suas decisões, já que Mariazinha como a chamavam sempre teve a personalidade forte.

Aos 14 anos sua mãe recebe o diagnóstico de uma doença degenerativa, e desde então a garota muda radicalmente seu comportamento, começa a frequentar boates, se relacionar com homens mais velhos, já não obedecia mais aos seus pais, e devido essas mudanças, as discussões em casa se tornaram parte da rotina. Dois anos depois a descoberta, Sra. Antônia veio a falecer, poucos dias antes de completar 46 anos. Depois desse acontecimento, Maria regrediu ainda mais, ficou depressiva e saía do seu quarto somente a noite, para ir as boates. O auge de sua revolta foi quando seu pai assumiu outra mulher, apenas 9 meses após ficar viúvo.

O tempo foi passando, seu comportamento estava cada vez pior, já tinha uma fama horrível, muitos chamavam-lhe de cafetina e outros apelidos horríveis. Tudo muda quando Maria de Ortiz se apaixona loucamente por um holandês chamado Oliver Quinn, mesmo Sr. Marcos não apoiando, por ser um rival de sua colônia. Apesar de ficar desconfiado, ele acaba aceitando e se conformando com o romance, afinal sua filha já havia completado seus 19 anos.

Três anos se passaram, o casal parecia ter uma relação saudável, até que começaram a se desentender e desconfiar um do outro. Maria começou a estranhar algumas atitudes de Oliver, principalmente com algumas perguntas que o mesmo fazia, a maioria delas era relacionado com o conflito que não havia cessado e naquele ano estava no ápice. Certo dia, ela persegue seu namorado e descobre que todo relacionamento foi planejado pelos adversários do seu pai com a intenção de descobrir informações confidenciais da Espanha para derrotá-los e conseguirem se apossar da Vila, porém, seu namorado não contava que o feitiço viraria contra o feiticeiro. Assim que descobre Maria entra em contato com o seu pai para avisá-lo de tudo, principalmente sobre a data que estava marcada, e que eles só tinham 4 dias para planejar o que fariam em defesa.

Os holandeses desconfiados da movimentação da elite espanhola, resolveram atacar um dia antes do combinado. Os moradores da Vila já estavam avisados que a qualquer momento isso poderia acontecer. De repente, Sr. Marcos é convocado para uma reunião de emergência e implora sua esposa e filha que fiquem quietas e não saiam de casa. Nesse dia, Oliver havia saído para trabalhar mais cedo que o normal, isso fez com que todos da casa desconfiassem do ataque. Ao verem diversas pessoas subindo a ladeira da Vila de Vitória, a voz de Maria ecoou por todo lugar. Em frente ao prédio que ela morava deu-se início aos ataques, atiraram pedras, pedaços de madeiras, facas, copos de vidro, panelas com água fervendo, fezes e urina. Mesmo assim os holandeses continuavam tentando tomar aquele lugar, foi quando Maria de Ortiz colocou fogo em uma peça de artilharia e disparava contra os invasores, com isso, eles recuaram por falta de armamento para afrontá-los.

Devido ao seu ato heroico, a jovem aos seus 22 anos recebe uma carta de reconhecimento e ganha a oficialização como uma das maiores heroínas capixabas. Mesmo sendo muito julgada pelo seu passado, ela sempre foi aclamada por aqueles que conheciam sua história.

Vinte anos se passaram, Maria descobre a mesma doença de sua mãe e falece aos seus 49 anos. Após a morte, recebeu várias homenagens, uma delas foi a Vila de Vitória, onde morava, que passou a ser chamada de Vila Maria de Ortiz.

ANEXO 4

Conto 1 (Alunos do 1º ano do Ensino Médio)

Título: A Heroína da Vila de Nossa Senhora da Vitória

Em uma vila não tão distante existia uma jovem heroína nomeada Maria Ortiz, uma simples moça na qual auxiliou a defesa de um ataque a sua terra natal graças a sua bravura.

Seus pais vieram refugiados em busca de uma vida melhor por viverem na precariedade, eles acabaram se instalando em um local perto da costa por causa da facilidade de se manter lá com as terras férteis. Assim após conseguirem se manter financeiramente bem... eles decidem então ter uma filha e sua mãe dá a luz a uma menina, dando-a o nome de Maria que com o tempo acabou adotando o sobrenome de seu pai "Ortiz".

Maria sempre foi uma criança prodígio, curiosa e adorava se informar das coisas que aconteciam na sua atualidade. Mas isso acaba mudando do dia para o outro, se tornando uma necessidade além de ser apenas uma curiosidade, isso tudo acontece pela perda de sua mãe, uma mulher na qual Maria se inspirava muito.

Ela acaba precisando se virar com tarefas diárias de casa logo após a morte de sua mãe pois não existia ninguém além dela para se ocupar com isso, seu pai era dono de um estabelecimento e não tinha tanto tempo para administrar o local e a casa ao mesmo tempo. Com o passar dos anos Maria foi crescendo e suas obrigações também, agora além de cuidar das tarefas diárias da casa ela também auxiliava com os afazeres da vida no lugar em que habitava, e por fim a ajuda que dava para o seu pai com o estabelecimento. Sua vida estava sendo para apenas um foco, afazeres domésticos, mas Maria não gostava tanto dessa posição e por isso queria fazer a diferença e ter um destaque maior, o destaque que ela não teve por causa de seu brilho ofuscado e não ser valorizada por ser considerada apenas uma mulher comum igual todas as outras da vila.

Por querer tanto uma visibilidade, ela começou a se informar das questões políticas do Brasil Colônia e acabou descobrindo sobre a invasão de holandeses em uma região próxima a que ela habitava. Isso fez com que ela se revoltasse e se preparasse para uma possível invasão em seu território.

Dito e feito, os holandeses acabaram invadindo e, por estar prevendo a chegada dos mesmos... Maria reúne alguns habitantes da vila e explica o que estava para acontecer, sendo assim todos correm para os sobrados que se situavam perto da ladeira na qual seria utilizada para a entrada dos invasores, eles acabam surpreendendo os holandeses com ataques, utilizando dejetos, água quente, pedras, paus. Desesperados, alguns invasores voltam para o barco e outros continuam com a sua tentativa de invasão, seus esforços não foram suficientes para a expulsão deles, mas deu o tempo necessário para que as forças oficiais fossem se posicionando de forma a permitir a defesa de fato.

Graças ao seu comando, Maria ganha o seu reconhecimento sendo considerada uma heroína diante do povo e até hoje inspira outras mulheres a buscar sua visibilidade própria.

ANEXO 5

Conto (Elaborado pelos alunos do 1º ano do Ensino Médio)

Título: Luiza Grimaldi a capitoa.

Luiza Grimaldi ou Grinalda, não se sabe ao certo qual é seu verdadeiro sobrenome. Uma menina doce e meiga e muito religiosa, que nasceu em Nice, na França. Era filha de Dom Pedro Correa, tinha algumas irmãs, todas foram para um mosteiro e a única que restou foi Luiza por ser mais velha. Naquela época as mulheres se casavam com apenas 8 ou 9 anos, alguns achavam isso inapropriado, pois ainda nem haviam sangrado e não poderiam copular com seus maridos ou terem filhos, mesmo assim Luiza não se incomodava não tinha tanta vontade de se casar.

Luiza já com seus quase 20 anos era motivo de conversa, por já ser considerada velha para se casar. Mas um belo dia conheceu Vasco Fernandes Coutinho Filho na porta de sé, ela o achou um homem feio, mal-educado, metido e suas pernas eram tortas. Ao completar 20 anos, Vasco a pediu em casamento, mesmo não estando muito contente, pelo fato de que, havia prometido a Deus que não se casaria com qualquer um, só se casaria se fosse um homem puro, virgem. Se casaram e foram para o Brasil, ao chegar Luiza teve uma febre altíssima, e a mãe de Vasco, Ana, cuidou dela, fazendo remédios, chás e compressas de águas mornas.

Luiza conseguiu engravidar só uma vez, mas sofreu um aborto espontâneo, foi considerada infértil ou como diziam tinha um ventre seco. Vasco teve filhos com outra mulher, a Antônia, mas Luiza não se importava com este acontecimento. Luiza conheceu Dom Miguel, um homem muito bonito e atraente, de olhos azuis, ela pensava nele constantemente e dizia “Oh, como é belo e traz os olhos faiscantes como lâminas azuis! Se Deus assim o fez, não pode ser pecado nele cismar”. Desde sua chegada Luiza mal saía de seu quarto, ela ficou impressionada como as pessoas neste lugar não se importavam com a nudez, pois onde ela morava isso não acontecia, mas como no Brasil havia muitos índios um lugar que ainda estava sendo descoberto, ninguém ligava para isso. Só quando os dias estavam muito quentes fazia uma caminhada com seus serviçais, ela tinha um pouco de medo de sair, por causa dos índios selvagens que atacavam as pessoas. Dona Ana dizia para Luiza ter cuidado ao sair. Mas em uma tarde Luiza resolveu sair foi até a mata por curiosidade e viu índias

dançando em volta de uma fogueira com seus peitos nus e seus rostos vermelhos, Luiza ficou com medo quando uma delas a viu e pegou em sua mão falando embolado e pedindo para que ela não contasse para seu marido, por aquilo que ela havia acabado de ver, pois era proibido. Deram a ela o mel de Oleandro, mas que era para ela tomar muito cuidado, pois ao ingerir a flor poderia ser fatal, e o chá deveria ser feito com pouquíssimas gotas. Certa noite após o jantar, Vasco começou a passar mal depois de beber um chá, passou mal a noite e madrugada toda até a sua morte.

Havia um pássaro na vila que cantava capitoa, capitoa, e todas as vezes que cantava ganhava goles de vinho de suas comadres. Com Luiza no comando, os notáveis da Vila, não se conformavam com uma mulher naquele cargo, então depois de muitas conversas e acordos acharam melhor, colocar alguém que a acompanhasse pois de acordo com alguns, uma mulher não pensa, não tem boas decisões. Dom Miguel gostou muito dessa ideia, e aceitou o convite de ser o acompanhante de Luiza.

Sua esposa não gostou muito, pois já havia sido traída muitas vezes e acreditava que com Luiza isso aconteceria de novo, proibiu Dom Miguel de citar o nome de Luiza, mas como não falar de uma mulher tão esplendorosa, Dom Miguel estava começando a ver Luiza com outros olhos. Ele dizia “seus olhos eram como flor de diamante, que sua pele tinha o tom da opala banhada em leite. Ah, Luiza, minha bela e inatingível Luiza”. Luiza estava começando a se acostumar nesse segundo ano de comando, mas as decisões finais sempre eram de Dom Miguel. No terceiro ano, o rei começou a procura de alguém que estivesse na linha de sucessão para entrar no lugar de Luiza, alguns moradores da vila começaram inventar algumas mentiras para que conseguissem tirar ela, e que o próximo candidato tivesse provas que ela não era boa para entrar no seu lugar. Luiza doou terras para que fossem construídos uma capela e um convento.

Começou a circular notícias de que Thomas Cavendish estava chegando na costa do Brasil. Quem é esse? Luiza quis saber, Thomas é o dileto de Elizabeth I, um homem que com seus três navios e seu pessoal, vieram para aterrorizar o Brasil, como em outros países e queria chegar ao Espírito Santo. Os jesuítas faziam de tudo para que Luiza continuasse no seu cargo. Por fim, um sobrinho legítimo do velho venceu e entrou no lugar de Luiza.

Após todos esses acontecimentos a vontade de ser livre fazer o que queria cresceu, então o melhor foi ir embora, ao se despedir de sua sogra, ela nem se lembrava mais dela, não lembrava de mais nada, nem mesmo do que tinha feito no dia anterior. Em 1626, prestou depoimento no processo de beatificação do padre José de Anchieta, que foi considerado seu conselheiro. Em 2016 foi construída uma estátua em sua homenagem na prainha de Vila Velha, foram mais de dois meses de pesquisas para conseguir informações e fazer o mais parecido com ela.

ANEXO 6

Conto (Elaborado pelos alunos do 2 ano do Ensino Médio)

Luiza Grimaldi, nascida em Portugal, em 1541, ficou viúva em 1589. Que tristeza. Casada com Vasco Fernandes Coutinho Filho, segundo donatário da capitania do Espírito Santo, mas a história não é sobre ele.

Luiza nunca teve a vida fácil, logo depois que se casou com Fernandes teve que viajar para uma terra desconhecida e muito distante. Após sua chegada, ficou muito triste, pois não gostava nem um pouco daquele lugar. Que repugnante, pen-sava. Mas os anos foram passando e ela começou a olhar de forma diferente para aquele grande pedaço de terra, começou a ajudar na política da pequena aldeia, ao lado de seu 'nem tão querido marido', como gostava de chamar de vez em quando.

Os anos foram passando, passando, passando e passando, e Luiza cada vez mais, tomava seu amor pela política, aquilo virou sua obsessão, o ar que ela respirava. Fernando, que já havia percebido isso e começou a impedir atitudes de Grimaldi, restringi-la do seu viver. Assim que ela percebeu que ele estava a chantageando, fez um plano e desse plano uma tragédia dominó.

De acordo com a senhora de cabelos grisalhos sentada no chão, se Luiza colocasse aquele líquido nas refeições de Fernandes ele ia morrer aos poucos, como uma morte lenta e silenciosa, então foi isso que ela fez, concebeu à seu marido a morte que ele não merecia.

A cada mês que se passava ele ficava mais fraco, mais debilitado e assim o tempo correu, lento, silencioso. Ninguém saberia explicar o motivo de sua morte 'repentina', o povo achou aquela morte precoce. Meu Deus, ele era tão novo! Diziam. Se Luiza pudesse determinar a eternidade em um espaço de tempo seria desde o primeiro dia que Fernandes tomou a primeira gota de veneno até a última.

Depois da morte dele, ela se sentiu... livre? Não sabia dizer, nunca experimentou o veneno da liberdade.

No funeral ela chorou como nunca havia chorado, não entenda mal, mas aquele traste era a única coisa que ela conhecia como família, de uma forma

indireta ele apresentou a política à ela. Obrigada, ela disse antes de sair de perto do caixão. E agora?

Uma capitania inteira para governar. Uma mulher governando uma capitania. A população adorava Luiza, a chamavam de 'Capitão', soava bem na boca dos outros. Ela amava aquilo. Defendeu seu povo dos ingleses, fez alianças. Era inteligente, estratégica. Ser boa demais foi sua ruína, A corte portuguesa tomou reconhecimento da meretriz brincando de governar, apelido que eles mesmos deram, esse não soava tão bem assim. A busca por outro líder começou, algum parente próximo de Fernandes, algum homem que não possuía metade da sua capacidade, alguém que iria esconder qualquer vestígio que ela passou por ali, que o Espírito Santo foi erguido por uma mulher. E foi assim que aconteceu.

Acharam algum gato pingado de seu falecido e ela foi deportada do seu lar. Voltou para Portugal, sem dinheiro, sem família, e com seu nome correndo pelos becos. Ela destruiu uma das capitanias mais importantes do rei! Uma mulher no poder só poderia ser enviada do demônio! Ouvi dizer que ela era bruxa, diziam várias fofocas.

O único lugar que tinha certeza que estaria segura era na igreja, não era religiosa, mas o bordel não era uma opção, talvez se fosse mais nova. Luiza matou a si mesma, se escondeu nos conventos e ficou conhecida por Soror Luiza das Chagas e assim sua vida chegou ao fim, com 84 anos, na divina casa Deus, se despediu do mundo sem pedir perdão pelos seus pecados e com ansiedade de voltar à Terra para terminar o que começou.